



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LIX – Nº 023 – QUINTA-FEIRA, 19 DE FEVEREIRO DE 2004 – BRASÍLIA - DF

MESA			
Presidente José Sarney – PMDB – AP 1º Vice-Presidente Paulo Paim – BLOCO – PT – RS 2º Vice-Presidente Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO 1º Secretário Romeu Tuma – PFL – SP 2º Secretário Alberto Silva – PMDB – PI		3º Secretário Heráclito Fortes – PFL – PI 4º Secretário Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS Suplentes de Secretário 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Slhessarenko – BLOCO – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC 4º Marcelo Crivella – BLOCO – PL – RJ	
LIDERANÇAS			
LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO E DA MINORIA - 22 (PT -13, PSB - 3, PTB - 3, PL 3)			
LÍDER Ideli Salvatti - PT Vice-Líderes Roberto Saturnino PT Ana Júlia Carepa PT Flávio Arns PT LÍDER - PL - 3 Magno Malta Vice-Líder Aelton Freitas LÍDER PSB - 3 João Capiberibe Vice-Líder PSB Geraldo Mesquita Junior LÍDER PTB - 3 Fernando Bezera LIDERANÇA DO PMDB - 23 LÍDER Renan Calheiros	Vice-Líderes Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Papaléo Paes LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA – 28 PFL 17, PSDB - 11 LÍDER Efraim Morais PFL Vice-Líderes Tasso Jereissati PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolfo Tourinho – PFL LÍDER - PFL José Agripino Vice-Líderes Paulo Octávio Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho José Borges João Ribeiro LÍDER - PSDB Arthur Virgílio PSDB-AM	Vice-Líderes Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan Álvaro Dias LIDERANÇA DO PDT - 5 LÍDER Jefferson Péres PDT Vice-Líder Almeida Lima LIDERANÇA DO PPS – 2 LÍDER Mozarildo Cavalcanti PPS LIDERANÇA DO GOVERNO LÍDER Aloizio Mercadante –PT Vice-Líderes Fernando Bezerra – PTB Patrícia Sabóya Gomes – PPS Hélio Costa – PMDB Marcelo Crivella – PL Ney Suassuna – PMDB Ideli Salvati - PT	
EXPEDIENTE			
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial		Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

CONGRESSO NACIONAL

LEI Nº 10.841, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2004

Autoriza a União a permitar Certificados Financeiros do Tesouro e dá outras providências.

Faço saber que o Presidente da República adotou a **Medida Provisória nº 137, de 2003**, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente da Mesa do Congresso Nacional, para os efeitos do disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o art. 12 da Resolução nº 1, de 2002-CN, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a União autorizada, até 31 de dezembro de 2003, a permitar, observada a equivalência econômica, Certificados Financeiros do Tesouro emitidos para fundos ou caixas de previdência estaduais nos termos do art. 16 da Medida Provisória nº 1.868-20, de 26 de outubro de 1999, na modalidade de nominativos e inalienáveis, por outros Certificados Financeiros do Tesouro com as mesmas características, mediante aditamento do contrato firmado entre a União e o Estado, que originou a emissão dos Certificados Financeiros do Tesouro.

Art. 2º A permuta a que se refere o art. 1º somente poderá ser realizada após assinatura de instrumento contratual entre o Estado e o fundo ou caixa de previdência estadual, dispondo que:

I – os Certificados Financeiros do Tesouro emitidos na permuta a que se refere o art. 1º deverão, obrigatoriamente, ser destinados ao custeio dos benefícios de responsabilidade do respectivo fundo ou caixa de previdência estadual;

II – o Estado deverá, obrigatoriamente, recompor, no mínimo, o fluxo de caixa original dos Certificados Financeiros do Tesouro resgatados na permuta a que se refere o art. 1º, incluídos os juros e as atualizações monetárias calculados nos mesmos critérios dos respectivos Certificados Financeiros do Tesouro, mediante utilização dos valores financeiros provenientes de participações governamentais obrigatórias, nas modalidades de **royalties**, participações especiais e compensações financeiras.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 18 de fevereiro de 2004. – 183º da Independência e 116º da República. – Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 3^ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 18 DE FEVEREIRO DE 2004

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicação da Presidência

Referente ao tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente que será dedicado a homenagear o Dr. Manoel Francisco do Nascimento Brito, ex-Diretor-Presidente do Jornal do Brasil, falecido em 8 de fevereiro de 2003, nos termos do Requerimento nº 229, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Senadores, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 16.04.2003.....

04764

1.2.2 – Oradores

Senador Tasso Jereissati

04765

Senador Arthur Virgílio.....

04766

Senador Mão Santa

04768

Senador Hélio Costa.....

04769

Senador Antonio Carlos Magalhães

04770

Senador Pedro Simon.....

04771

O Sr.Presidente (José Sarney).....

04776

Senador Valmir Amaral (art. 203, do Regimento Interno)

04776

1.2.3 – Ofícios de Ministros de Estado

Nº 2/2004, de 11 do corrente, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.089, de 2003, do Senador Eduardo Azeredo....

04777

Nº 62/2004, de 12 do corrente, do Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.135, de 2003, do Senador Arthur Virgílio.....

04777

Nº 66/2004, de 12 do corrente, do Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.079, de 2003, do Senador Arthur Virgílio.....

04777

Nº 157/2004, de 11 do corrente, do Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.550, de 2003, do Senador Sérgio Zambiasi.....

04777

Nº 648/2004, de 11 do corrente, do Ministro de Estado das Cidades, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.158, de 2003, do Senador Marcelo Crivella.

04778

1.2.4 – Avisos do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República

Nº 131/2004, de 11 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.112, de 2003, do Senador José Agripino.....

04778

Nº 132/2004, de 11 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.122, de 2003, do Senador José Agripino.....

04778

Nº 133/2004, de 11 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.542, de 2003, do Senador Arthur Virgílio.....

04778

Nº 134/2004, de 11 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.160, de 2003, do Senador Arthur Virgílio.....

04778

Nº 142/2004, de 12 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.118, de 2003, do Senador José Agripino.....

04778

1.2.5 – Avisos do Presidente do Tribunal de Contas da União

Nº 333/2004, de 13 do corrente, comunicando o recebimento do Ofício nº 47, de 2004-CN, encaminhando cópia do Parecer nº 1, de 2004-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.....

04778

Nº 334/2004, de 13 do corrente, comunicando o recebimento do Ofício nº 48, de 2004-CN, encaminhando cópia do Parecer nº 1,

Fevereiro de 2004

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Quinta-feira 19 04761

de 2004-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 04778

como Desembargadora e Desembargadores do Tribunal de Justiça de Minas Gerais..... 04798

1.2.6 – Comunicações da Presidência

Recebimento do Aviso nº 6, de 2004 (nº 12/2004, na origem), de 21 de janeiro último, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 4, de 2004-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre consulta formulada pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, acerca da utilização dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Fundef (TC-016.100/2003-1). 04779

Nº 179, de 2004, de autoria do Senador Augusto Botelho, solicitando à Ministra de Estado de Minas e Energia as informações que menciona..... 04798

Nº 180, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona..... 04799

1.2.8 – Discurso do Expediente

SENADOR RAMEZ TEBET – Homenagem ao Jornalista Nascimento Brito. Questão da taxa de juros no Brasil. Importância do Plano Plurianual – PPA, para o desenvolvimento estratégico brasileiro. Descontentamento com a derrubada do relatório do Senador Roberto Saturnino..... 04802

1.2.9 – Ofício do Governador do Estado do Espírito Santo

Nº 30/2004, de 12 do corrente, solicitando que o Senado Federal estude a possibilidade de reverter, por meio da edição de decreto legislativo, a decisão do Conselho Administrativo de Desenvolvimento Econômico (CADE) que determinou a desconstituição da compra da Chocolates Garoto pela Nestlé..... 04802

1.2.10 – Leitura de projeto

Projeto de Decreto Legislativo nº 318, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, que susta os efeitos da decisão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, que desconstituiu a aquisição da Chocolates Garoto S/A pela Nestlé Brasil Ltda., publicada no **Diário Oficial** da União, Seção I, página 25, do dia 16 de fevereiro de 2004..... 04804

1.2.11 – Ofícios

Nºs 8 e 9/2004, de 17 do corrente, da Liderança da Minoria no Senado Federal, solicitando a retirada do Senador Demóstenes Torres da composição das Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito, criadas pelos Requerimentos nºs 5 e 12, de 2003-CN, respectivamente..... 04805

1.2.12 – Discursos do Expediente (Continuação)

SENADOR MAGNO MALTA, como Líder – Apresentação de projeto de decreto legislativo que susta os efeitos de decisão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) relativa ao cancelamento da compra da Empresa Garoto pela Nestlé. Coleta de assinaturas para instalação de uma comissão parlamentar de inquérito e de uma frente parlamentar contra a legalização dos bingos..... 04805

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO, como Líder – Críticas a oposição do governo à criação

1.2.7 – Leitura de requerimentos

Nº 172, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado da Justiça as informações que menciona. 04779

Nº 173, de 2004, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando autorização para se ausentar do País entre os dias 20 e 28 do corrente, para participar dos seguintes eventos: Terceiro Congresso do U.S. Basic Income Guarantee Network, Fórum organizado pela New América Foundation e I Reunião Interparlamentar México – Brasil. 04779

Nº 174, de 2004, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, solicitando autorização para se ausentar do País no período de 25 a 27 do corrente, para participar da delegação oficial do Congresso Brasileiro na I Reunião Interparlamentar México – Brasil. 04785

Nº 175, de 2004, de autoria do Senador Aelton Freitas, solicitando autorização para se ausentar do País no período de 20 de fevereiro a 1 de março, para desempenhar missão no exterior, por indicação do Governo da República da China em Taiwan. 04790

Nº 176, de 2004, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando autorização para se ausentar do País no período de 25 a 29 do corrente, para representar o Senado na I Reunião Interparlamentar – Grupo Amizade Brasil-México. 04792

Nº 177, de 2004, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando votos de congratulações à MGS – Minas Gerais Administração e Serviços S/A pelo transcurso do quinquagésimo ano de sua fundação. 04798

Nº 178, de 2004, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando voto de congratulações à Senhora Vanessa Verdolim Hudson Andrade e aos Senhores José Luciano Gouveia Rios e Edilson Olímpio Fernandes, pela posse

da comissão parlamentar de inquérito para investigar a denúncia sobre o envolvimento em corrupção do ex-Subchefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil da Presidência da República, Waldomiro Diniz.

SENADORA HELOÍSA HELENA – Apoio à instalação da comissão parlamentar de inquérito que visa a investigar as ações dos bingos no Brasil.

SENADOR EFRAIM MORAIS, como Líder – Endosso a sugestão de afastamento do Ministro José Dirceu das funções durante a investigação das denúncias de atos de corrupção e de tráfico de influência atribuídos ao ex-Subchefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil, Waldomiro Diniz.

SENADOR JOÃO CABIBERIBE, como Líder – Considerações sobre o caso Waldomiro Diniz, ressaltando que o governo tomou as medidas necessárias para a apuração dos fatos e reportando-se à necessidade de análise da proposta de financiamento público das campanhas, da modificação da lei de licitação e da transparência nos gastos públicos.

SENADOR ALMEIDA LIMA, como Líder – Comentários ao pronunciamento do Senador João Capiberibe. Registro de nota oficial do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal, em repúdio às declarações do presidente da República sobre a flexibilização da CLT.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA – Declarações do Ministro do Desenvolvimento Agrário sobre a intensificação da reforma agrária no Pará. Considerações sobre o novo modelo do setor elétrico nacional, proposto no Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2004.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO – Reflexão sobre o problema do alcoolismo no país.

SENADOR JOSÉ JORGE – Aumento dos lucros dos bancos privados em 2003 e crescimento do desemprego no país. Importância da CPI do caso Waldomiro Diniz e do imediato afastamento do Ministro José Dirceu da Casa Civil.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO – Justificativas para apresentação de requerimento, que cria comissão externa do Senado para visitar o Nordeste e verificar as providências tomadas em relação às enchentes, os prejuízos causados e as medidas que estão sendo tomadas visando o aproveitamento do período de inverno naquela Região. Anúncio da possibilidade de adiamento da construção de refinaria no Nordeste. ..

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Assinatura do requerimento para a instalação da CPI dos bingos. Preocupação com o fato de

04807

que a Polícia Federal não cumpriu, de imediato, o mandado de busca e apreensão de documentos existentes na casa do Sr. Waldomiro Diniz, bem como às afirmações do Delegado César Nunes de que não requererá a prisão preventiva do Sr. Waldomiro. Repúdio às ameaças de que o governo investigará a vida de seus opositores.

04828

04809

SENADOR DEMÓSTENES TORRES – Necessidade urgente da Reforma do Judiciário....

04829

1.2.13 – Leitura de requerimentos

04810

Nº 181, de 2004, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Srs. Senadores, solicitando a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), composta de 9 (nove) membros titulares e de 6 (seis) membros suplentes, obedecido o princípio da proporcionalidade partidária, para investigar, até o dia 15 de dezembro de 2004, os procedimentos e conflitos na demarcação de terras indígenas.

04833

04814

Nº 182, de 2004, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, solicitando seja designada comissão, composta de 5 (cinco) Senadores, para visitar o Nordeste e verificar as providências tomadas em relação às enchentes, os prejuízos causados e as medidas que estão sendo tomadas visando o aproveitamento do período de inverno naquela Região.

04833

04815

1.2.14 – Comunicações da Presidência

Arquivamento definitivo do Requerimento nº 925, de 2003, do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, solicitando voto de censura e de repúdio à Relatora de Direitos Humanos da ONU, Asma Jahangir, por ter proposto que aquele Organismo internacional envie emisário para inspecionar a Justiça do Brasil.

04834

04817

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 72, de 2003, de autoria do Senador Marco Maciel, que acrescenta novo § 1º ao art. 81 do Regimento Interno do Senado Federal, para explicitar que Senador que se desligar do partido perderá o cargo que exerce em qualquer comissão. A matéria vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e Diretora.

04834

04824

Recebimento do Recurso nº 2, de 2004, de autoria do Senador Almeida Lima e outros Senhores Senadores, interposto no prazo regimental, no sentido de que o Projeto de Lei do Senado nº 26, de 1996, de autoria do Senador Fernando Bezerra, que dispõe sobre os depósitos bancários das entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e dá outras providências, seja submetido à deliberação do Plenário. Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas,

Fevereiro de 2004

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Quinta-feira 19 04763

perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 1996.....

04834

Publicação do Relatório da Presidência do Senado Federal e Congresso Nacional referente aos trabalhos da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura (períodos de 15 de fevereiro a 30 de junho de 2003 e de 1º de agosto a 15 de dezembro de 2003); da 1ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura (período de 1º a 31 de julho de 2003); e da 2ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura (período de 16 a 23 de dezembro de 2003).

1.2.15 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Expectativas de um novo impulso ao Programa Calha Norte.

04834

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Comentários à matéria de **O Estado de S.Paulo**, de 18 do corrente, do presidente da Associação Brasileira de Infra-estrutura e das Indústrias de Base, Sr. José Augusto Marques.

04835

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – A crise da Parmalat e os problemas da globalização do capital financeiro parasitário.

04836

SENADORA MARIA DO CARMO ALVES – Preocupação com a desnacionalização do setor energético brasileiro.

04837

SENADOR REGINALDO DUARTE – Registro das denúncias de envolvimento do Sr. Waldomiro Diniz com o pagamento propinas, objeto de diversas matérias publicadas no último final de semana.

04838

SENADOR ROMERO JUCÁ – Registro da publicação da Confederação da Agricultura e Pecuária – CNA, edição de 2003, intitulada: “O que pensam os produtores brasileiros”.

04839

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Existência de provas, conforme matéria publicada no **Jornal do Brasil** em sua edição de

04843

hoje, da relação do Sr. Waldomiro Diniz com o bicheiro Carlos Cachoeira, durante o ano de 2003.....

04844

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATAS DA MESA DO SENADO FEDERAL

1ª a 3ª Reuniões realizadas em 27 e 29 de janeiro e 5 de fevereiro de 2004.

04846

3 – ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Referentes às Medidas Provisórias nºs 139 a 142, de 2003.....

04852

4 – PORTARIAS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 30 a 32, de 2004.

04856

5 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 260 e 261, de 2004.

04859

SENADO FEDERAL

6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

11 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

12 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

13 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

14 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

15 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 3^a Sessão Não Deliberativa, em 18 de fevereiro de 2004

2^a Sessão Legislativa Ordinária da 52^a Legislatura

*Presidência dos Srs. José Sarney, da Sra. Serys Slhessarenko,
e dos Srs. Flávio Arns e Mão Santa*

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da presente sessão será dedicado a homenagear o Dr. Manoel Francisco do Nascimento Brito, ex-Diretor-Presidente do **Jornal do Brasil**, falecido em 8 de fevereiro de 2003, nos termos do **Requerimento nº 229, de 2003**, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Srs. Senadores, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 16-4-2003.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Tem V. Ex^a a palavra.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a, após a homenagem ao Dr. Manoel Francisco, quando a Mesa achar conveniente e conforme possilita o Regimento, a minha inscrição para uma comunicação inadiável. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – V. Ex^a será inscrita.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Tem V. Ex^a a palavra.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, da mesma forma, gostaria de me inscrever para uma comunicação inadiável, após a justa homenagem ao ex-Diretor-Presidente do **Jornal do Brasil**, que é um importante órgão de imprensa no nosso País.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – V. Ex^a será atendida após a homenagem que esta Casa prestará ao Dr. Manoel Francisco.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, para, da mesma forma, usar da palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Tem a palavra o Senador Magno Malta. (Pausa.)

Tem a palavra V. Ex^a, Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas comunique a V. Ex^a, diante da limitação do número de oradores, salvo se V. Ex^a resolver abrir uma exceção, em um procedimento de elasticidade, que a Senadora Ana Júlia Carepa chegou em primeiro lugar; o Senador Almeida Lima, em segundo; a Senadora Heloísa Helena, em terceiro; e o Senador Osmar Dias, em quarto.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O Regimento só permite que três oradores façam comunicações inadiáveis na sessão. Quem primeiro pediu a palavra foi a Senadora Heloísa Helena. A Senadora Ana Júlia Carepa a solicitou em segundo lugar, e o Senador Osmar Dias, em terceiro lugar. V. Ex^a, como é Líder, terá a palavra como Líder, por cinco minutos, em momento oportuno.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL. Pela ordem.) – Gostaria de deixar registrado, Sr. Presidente, que para mim não faz a menor diferença estar inscrita em primeiro, em segundo ou em terceiro lugar.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Convido para compor a Mesa, os filhos do Dr. Manoel Francisco do Nascimento Brito, que são Manoel Francisco do Nascimento Brito Filho e José Antônio do Nascimento Brito, e o seu neto José Francisco do Nascimento Brito.

Composta a Mesa, concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Senador José Sarney, Sr^{as}s e Srs. Senadores, senhores familiares, amigos e convidados que fazem parte da família **Jornal do Brasil**, há pouco mais de um ano, falecia, no Rio de Janeiro, Manoel Francisco do Nascimento Brito. A forma como era conhecido e tratado, o “Doutor Brito do **Jornal do Brasil**”, já revela a dimensão da sua obra, em que o trabalho do homem se confunde com a instituição a que serve, combinando-se em perfeita e quase natural simbiose. Um dos grandes nomes da imprensa nos últimos 50 anos, Nascimento Brito foi exemplo de empreendedorismo, de jornalista independente, de homem de convicções e de coragem.

Além do marco do jornalismo brasileiro, o Doutor Brito foi certamente uma testemunha privilegiada da nossa história política das últimas duas décadas. Mais do que mero espectador, a ampla visão das questões nacionais que sua inteligência e seu papel de liderança na imprensa nacional lhe proporcionavam transformou-no em protagonista dos mais preciosos episódios jornalísticos de sua época.

Carioca da Tijuca, advogado de formação, abandonou promissora carreira de Procurador do Banco do Brasil para assumir, em 1949, a convite do Conde Ernesto Pereira Carneiro, a função de advogado de seu grupo empresarial. Já em 1952, assumia a superintendência da Rádio JB e do **Jornal do Brasil**, despedindo-se das lides jurídicas para abraçar de vez a arte do jornalismo, que soube honrar em todas as suas vertentes.

Com a morte de Pereira Carneiro, em 1954, assume o comando a viúva Condessa Maurina Dunshee de Abrantes Pereira Carneiro, que tem em mente transformar o **Jornal do Brasil** de então – quase que exclusivamente destinado a classificados – em um autêntico veículo de expressão de opinião e acompanhamento dos fatos e análise da realidade nacional, sempre com profundidade e independência.

Os ideais da condessa foram levados avante por Nascimento Brito, que entendia que um jornal não se moderniza apenas em função dos avanços gráficos, mas principalmente do aprimoramento editorial. Ao lado de Odylo Costa Filho, Jânio de Freitas, Reinaldo Jardim e Amílcar de Castro, implementou completa reformulação no **JB**, imprimindo, em todos os sentidos, uma nova face ao diário, criando um padrão gráfico que foi seguido por todos os concorrentes até os dias de hoje.

Aquela obra exigia, além da modernização das máquinas, uma renovação de mentalidade, uma ver-

dadeira revolução na maneira de se pensar e fazer comunicação. Pois assim agiu o Dr. Brito, sempre inovando. Na Rádio JB, ousou, pela primeira vez, mesclar notícia, utilidade pública e música, fórmula que, em função do sucesso, tornou-se obrigatória nas rádios comerciais. Trouxe de suas experiências no exterior, inclusive na Universidade de Columbia, as hoje tão difundidas noções de estratégia e logística empresarial. Nesse sentido, insistiu na idéia da mudança da sede do jornal do centro da cidade do Rio de Janeiro, já vislumbrando seu esgotamento, para uma área em São Cristóvão, dotada de amplo espaço físico e facilidade de distribuição e acesso.

Buscou rodear-se do que havia de melhor no jornalismo nacional. Exemplo disso foi a contratação, em 1962, do grande Carlos Castello Branco, que Nascimento Brito foi buscar na **Tribuna da Imprensa**, para fazê-lo exclusivo do **JB**, onde veio a se tornar autor da mais respeitada coluna política do País.

Aliás, o elevadíssimo nível dos colunistas do **JB**, até hoje, tem raízes nas escolhas criteriosa de Nascimento Brito, que reconhecia ali residir a alma de um grande jornal.

Apesar das funções de direção, Nascimento Brito era mais feliz no papel de jornalista, no sentido amplo da palavra. Seu talento se revelava muito além do texto enxuto e do elegante estilo jornalístico. Na incansável busca da notícia, garimpava informações por entre uma vasta rede de informantes, que soube cultivar ao longo de décadas, construída e solidificada por exemplos de lealdade e discrição. Não lhe bastava apenas tomar conhecimento dos fatos antes dos demais, preocupava-se principalmente em antecipar-lhes as consequências. Tal condição o fez, por exemplo, saber de antemão do golpe de 64, do precário estado de saúde do Presidente eleito Tancredo Neves, entre outros inúmeros fatos marcantes da vida nacional.

O Dr. Brito circulava assim entre os diversos setores do pensamento nacional, freqüentando gabinetes palacianos, o meio empresarial, quartéis e universidades com a mesma desenvoltura.

Por outro lado, a redação do **JB** estava aberta a todos, numa atitude desafiadora ao regime, que tentava, de todas as formas, impor limites à linha editorial do jornal, contra o que Nascimento Brito se colocava intransigentemente.

O **JB** jamais se rendeu à censura. Não que o Dr. Brito fosse um defensor das teorias de esquerda; ao contrário, era um liberal na mais perfeita acepção da palavra e assim se manifestou em diversas oportunidades. O que não admitia de nenhuma forma era que

alguém decidisse por ele o que publicar. É dele a frase: "Sei que há censura em outras publicações, mas o nosso jornal goza de ampla, total e absoluta liberdade. Publica o que quer e só não publica o que não quer".

A ditadura não podia suportar a audácia de quem não se curvava diante dela. Chegou ao ponto de vedar a veiculação de qualquer publicidade no **Jornal do Brasil**, na prática condenando-o à morte. Paradoxalmente, o **JB** resistiu. Foi exatamente essa independência que lhe conferiu credibilidade, garantindo-lhe tiragem e vendas necessárias à sua sobrevivência. Os leitores buscavam ali os fatos que a imprensa oficiosa sonegava. Por tal comportamento, o jornal quase teve igual destino ao do **Correio da Manhã**, símbolo da resistência democrática que, infelizmente, sucumbiu. O **JB** sobreviveu, portanto, graças à inarredável presença e corajosa liderança de Nascimento Brito.

Permita-me, Sr. Presidente, relembrar um episódio, já na década de 70, que bem retrata a coragem, a argúcia, a inteligência e a ironia, temperos da personalidade daquele mestre do jornalismo: em 11 de setembro de 1973, era derrubado o Presidente do Chile, Salvador Allende. O censor de plantão transmite ao Dr. Brito a imposição governamental de que a matéria não poderia circular em manchete. Resultado: a edição do dia seguinte circula com toda a primeira página sem nenhuma manchete, mas inteiramente dedicada ao assunto. No dizer de Alberto Dines, outro ícone do jornalismo oriundo daquela escola de jornalismo que foi o **JB**, "foi o silêncio mais clamoroso já registrado na imprensa do País".

Figura de dimensão internacional, Nascimento Brito integrou a Delegação Brasileira na 16ª Assembléia-Geral das Nações Unidas, em 1960, que contou com a presença dos principais chefes de Estado de todo o mundo. Dentre as mais diversas honrarias, comendas e prêmios a que fez jus, inclusive a "Legião de Honra" do Governo francês, tem especial significado a "Ordem de Cavaleiro do Império Britânico", concedida pela Rainha somente a dois outros brasileiros: o empresário Celso Rocha Miranda e Pelé. De ascendência britânica (sua mãe era inglesa), a comenda apenas incorporava formalmente o título de *Sir* à sua já naturalmente imponente e aristocrática figura, finalmente fazendo justiça à sua nobreza d'alma, herança ancestral que soube cultivar ao longo de seus 80 anos de vida.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, assim era o Dr. Nascimento Brito, um homem que fincou, ao longo de sua vida, marcos de dignidade, independê-

cia e coragem, norte a ser seguido pelas novas gerações, especialmente pelos jornalistas de amanhã.

Rendemos aqui nossa homenagem e nos fazemos portadores do sentimento dos demais Senadores à família do Dr. Nascimento Brito na pessoa de José Antônio (Josa), de Manoel Francisco (Quico) e de seu neto José Francisco, aqui presentes, assim como estendemos nosso penhor a todos que fizeram e fazem parte da história do **Jornal do Brasil**, obra e casa do inesquecível "Doutor Brito".

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, meu prezado José Antônio, Manoel Francisco, demais membros dessa família tão ilustre, ouvi o discurso correto e, como sempre, competente, claro, clarividente do Senador Tasso Jereissati e punha-me a tentar extrair o que tivessem sido, talvez, os dois méritos mais marcantes, e seguramente, não são os dois únicos méritos, na vida pública e profissional de Nascimento Brito.

Sem dúvida nenhuma, tendo sido ele um jornalista do tipo que mistura o sangue natural com tinta nas veias, tendo trabalhado até em outros jornais –Tribuna da Imprensa, Diário de Minas –, Nascimento Brito foi o grande modernizador, o grande reformulador, o grande reformador, o grande adequador do **Jornal do Brasil** aos tempos que viriam e que exigiam a fisionomia nova no jornal que seus leitores de tão exigentes querem sempre com pé no passado. É o meu caso, por exemplo. Eu leio o **Jornal do Brasil** de maneira viciada: vejo a manchete, passo para coluna da Dora Kramer, depois vejo a política, vou para o Informe e deixo o esporte para o final, já por uma questão de deleite pessoal. Encerro com o esporte, sabendo que é um hábito que se arraigou na minha família por muitos anos e por todos esses anos. Aceito, então, qualquer reformulação gráfica no **Jornal do Brasil**, mas sempre quero que ele se pareça com o seu primeiro número, e Nascimento Brito soube fazer isso muito bem.

O outro dado significativo foi a vocação de lutar por liberdade do seu pai, José Antônio. É histórico e é de se relembrar sempre que, em 1964, quando mal alvorecia a ditadura no País, quando mal se implantava – o golpe militar havia eclodido no País –, a ditadura encontrava resistência e precisava se afirmar, e

ela só se afirmou mesmo, quem sabe, pela primeira vez, no Ato nº 2, em 1965, e se afirmou, aí de maneira mais permanente, com o Ato nº 5, em 1968. Portanto, em 1964, lutava-se, de um lado, para implantar a ditadura, consolidando-a, de outro lado, para que ela perecesse. Os democratas, com a força que herdavam do passado recente, lutavam com suas últimas forças para que a ditadura perecesse. Foi em 1964, ano de caça às bruxas, que Nascimento Brito, em Santo Domingo, denunciou, como vice-presidente que era da SIP, um comitê que tratava especificamente de liberdade de imprensa, que a liberdade no Brasil e as instituições, tudo que se havia acumulado no terreno democrático corria um enorme perigo, pelo encaminhamento que o regime ia dando. Não se via nenhum sinal de eleição direta, nenhum sinal de anistia; ao contrário, o que se via era aquela coisa odiosa de dez anos de suspensão dos direitos políticos, que não eram dez anos, era a vida inteira, até que, enfim, as regulamentações que as ruas obrigaram o Governo a fazer fizeram com que uns fossem cassados até com menos de dez anos, outros fossem cassados por mais de dez anos. Mas, enfim, só quem pôs um cobro nisso foi a pressão das ruas, a pressão democrática.

E foi um gesto de coragem. É de se lembrar de Winston Churchill disser que o homem público pode ter todas as qualidades do mundo, mas se não for corajoso, não vale a pena insistir em ser homem público. As demais qualidades todas falecerão e darão lugar a um brutal vazio. A inteligência é necessária, a capacidade de articular também, mas sem dúvida o essencial mesmo é sabermos que haveria coragem para defender as idéias que fazem parte da nossa convicção mais íntima, que entram pelo nosso coração adentro, que passam pelo nosso cérebro, que permeiam a nossa sensibilidade. E Nascimento Brito demonstrava a coragem serena do homem que amadureceu com as responsabilidades que tinha de ser um dos maiores condutores de opinião pública que se possa ter visto no País, mas, ao mesmo tempo, com a coragem de quem sabia que era preciso cumprir com o seu dever, e esse dever, portanto, fazia com que ele exercesse a coragem de maneira muito natural.

Gostaria de dizer, quando faz um pouco mais de um ano do falecimento de Nascimento Brito, aos oitenta anos de idade, que essa é uma das formas de se dar conforto a quem, como eu, não tem convicção religiosa que aponte para achar que a morte é a melhor coisa que podia acontecer na vida. Eu não tenho. Confesso uma brutal indisposição com a morte. O Dr.

Ulysses me dizia uma vez que, quando ele morresse, era para se colocar como epitáfio: "Aí jaz um homem contrariado". Também não tenho a menor vontade de sequer escolher o epitáfio, porque tenho esperança de que a medicina avance tanto que esse problema seja resolvido antes de porventura eu não estar mais aqui.

Eu não tenho convicção religiosa, não seria nunca um homem-bomba, um camicase. Aliás, quem sabe o seria para defender a minha própria vida, ou defender o meu País fosse capaz de gestos extremos, mas não seria capaz de gesto extremo por dogmas, de jeito algum.

Então, vejo que a forma de aprendermos que a relação com a morte deve começar a ser vista de maneira madura por todos nós, que, mais dia menos dia, teremos de encará-la, é olharmos a vida das pessoas que tiveram vidas que valeram a pena de serem vividas, Manoel Francisco, vidas que valeram a pena efetivamente serem vividas, vidas que deixaram a saudade nos seus familiares, mas deixaram na sociedade o exemplo, a idéia do bom exemplo, do exemplo edificante, do exemplo construtivo e deixaram a certeza de que – este é o caso de Nascimento Brito –, no ano que vem, ele será homenageado. Daqui a quinze anos, vinte anos, não sei se será homenageado, mas, daqui a cem anos, voltará a ser homenageado, daqui a trezentos anos, haverá de ser lembrado também.

Ou seja, uma das formas de se cultivar a vida correta, a vida justa é trilhá-la pelos caminhos que o grande jornalista, o grande brasileiro, o grande democrata Nascimento Brito trilhou, vivendo na certeza de que se planta para valer a idéia da melhor cidadania, a idéia da melhor integridade, do melhor respeito aos princípios que levam à construção de uma democracia que possa amanhã ser justa, do ponto de vista econômico e social, para com nossa gente.

Manoel Francisco do Nascimento Brito encontrou algo que não deixa de ser uma grande compensação para aqueles que não têm a convicção de que a morte é uma coisa boa. A idéia de que ele se imortaliza e se imortalizou, homenageado hoje, homenageado ontem, haverá de ser lembrado pelos tempos afora de um Brasil que é perene, um Brasil que é permanente, um Brasil que não terá recuo jamais na sua história, que haverá de cumprir com todos os seus compromissos com o destino e, ao mesmo tempo, sabendo que a trajetória deste grande País, com percalços aqui ou ali, é uma grande trajetória, uma grande civilização que soubemos erigir no nosso território de 8,5 milhões de quilômetros quadrados. Temos que

reconhecer que os nossos maiores – e Manoel Francisco do Nascimento Brito é um dos nossos maiores – souberam construir este País, erigir essa civilização e nos dar o exemplo para que saibamos passar para os nossos filhos e netos no amanhã a idéia de que o Brasil é um País que não tem que ter como vocação o nazismo, a traição, a pequenez, a mesquinharia, mas sim a grandeza, o encontro da sua vocação histórica com a grandeza pacifista, jamais intervencionista, capaz de resolver problemas sociais que nos atormentam há tantos séculos. Haverá de se dar essa vitória no País, e essa vitória é um pouco a soma de todos os homens que, como Nascimento Brito, souberam construir a nossa civilização e nos colocar no coração, de maneira tão arraigada, o nosso sentimento por liberdade, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente José Sarney, Srs e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que assistem a esta sessão especial por meio do sistema de comunicação do Senado, serei muito breve.

Em primeiro lugar, o Piauí não poderia deixar de comparecer a esta sessão. Faço minhas as palavras dos Senadores que me antecederam: o Líder do Ceará, Senador Tasso Jereissati, e este Líder da grandeza do Amazonas e da Pátria, Senador Arthur Virgílio.

Sintetizando, quero dizer que a história da comunicação é antiga, mas creio que o maior comunicador foi Cristo, que se manifestava da seguinte forma: “Em verdade, em verdade, eu vos digo”. Entendo que um jornal vale pela verdade que diz, e somos orgulhosos porque, merecendo o nome da nossa Pátria, aí está o **Jornal do Brasil**.

Rui Barbosa, nas suas lutas, durante as suas campanhas civilistas, como a que fez para Presidente, escreveu muitos artigos. Não chegou a ser Presidente, mas foi um brilhante jornalista e é o patrono desta Casa. Rui Barbosa, dizia ele, ensinava não só pela doutrina, mas muito mais pelo exemplo.

Eu me permitiria buscar o Presidente da nossa Casa, José Sarney, intelectual, que cultiva o Padre Antonio Vieira, que diz que “o exemplo arrasta”. E foi sobretudo o exemplo de Nascimento Brito que arrastou tantos valores à dedicação do jornalista, como os seus familiares, filhos, com quem têm um compromis-

so. E o **Jornal do Brasil** tem, acima de tudo, esse patrimônio. Não precisa buscar aquele exemplo de Rui Barbosa, de Padre Antonio Vieira, porque já tem o exemplo do Jornalista Nascimento Brito, que hoje recebe a homenagem deste Senado.

A homenagem do Piauí se deve por ele recrutar a inteligência ímpar, a coragem ímpar entre os brasileiros de Carlos Castello Branco, o Castelinho do Piauí, que escrevia a Coluna do Castello. Mas não poderia ser o Castelinho o orgulho do Piauí se não houvesse a coragem de Nascimento Brito, de colocar o seu jornal à disposição do jornalista piauiense para levar ao Brasil a mensagem do desejo de redemocratização.

Srs e Srs. Senadores, serei breve e trarei dois exemplos a esta Casa: um, do representante de Deus no Brasil, Cardeal Dom Eugênio Salles, que é o responsável pelas exéquias e que também optou por escrever no **Jornal do Brasil**. O representante de Deus na Terra destacou a coragem como a principal característica do ex-diretor da empresa na resistência à ditadura. Durante o regime militar, havia um entendimento entre eles, e o representante de Deus, D. Eugênio, chegou a dizer a respeito de Nascimento Brito: “Ajudou-me em muitas atitudes a serem tomadas”. Foi um homem de coragem. Isso é importante se aplicado para o bem. E, neste instante, eu falo, eu represento, eu lidero o MDB, cujo Líder, encantado no fundo do mar, disse neste Congresso: “Sem a coragem faltarão todas as virtudes”. Portanto, o Senado da República rende-se à mãe de todas as virtudes: a coragem. Agradecemos a Nascimento Brito pelo seu exemplo de coragem.

Concluo com o seu pensamento sobre a democracia, a liberdade, a igualdade e a fraternidade. Infelizmente, não há no Senado homenagens pós-morte, porque, se houvesse, deveríamos render uma a esse grande jornalista. Mas, por intermédio do meu Partido, farei uma homenagem à coragem de Ulysses Guimarães, que lutou com o **Jornal do Brasil** para devolver a liberdade a esta Pátria de Nascimento Brito. As palavras que citarei são dele, para que fiquem registradas em nossa mente, nos continuadores do **Jornal do Brasil**, porque ele deixou de ser da família dos Nascimento Brito. O **Jornal do Brasil** é de todo o Brasil, é de todos nós. Sabemos que existem muitos jornais grandiosos e importantes, mas este é nascido da luta de mais de um século pelas liberdades. Então, que fiquem gravadas aqui as palavras que ele profiou. Foi esta a frase que escolhi:

A nossa imprensa não é nem pior nem melhor que a mundial, e, aqui, no Brasil, temos alguns grandes jornais [quem possui bastante luz não precisa diminuir ou apagar a luz dos outros para brilhar. Atentai bem! Observem o respeito à ética], feitos por profissionais extremamente responsáveis e experientes.

Ele disse em junho de 1990: "o grande problema da imprensa brasileira, com honrosa exceção de poucos, é que todos são muito ordinários, se submetem direitinho ao Poder. Esse **Jornal do Brasil** tem um grande patrimônio, que se chama honorabilidade".

Na época, ele dizia: "Tenho 41 anos de jornal e nunca recebi nada de favor de ninguém. É isso que espero que o jornal seja daqui a 200 anos".

Nascimento Brito, receba a homenagem, o respeito e a gratidão do povo do Piauí e do Brasil.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, familiares de Manoel Francisco do Nascimento Brito, Manoel Francisco, José Antônio e José Francisco, o Senador Tasso Jereissati fez, certamente, a descrição da carreira extraordinária de um jornalista que foi exemplo para todos nós. O Senador Arthur Virgílio, da mesma forma, exaltou a figura desse homem que foi fundamental para nós, profissionais da imprensa. Por essa razão, hoje falo como Senador da República representante do glorioso Estado de Minas Gerais, mas também sinto a necessidade, Sr. Presidente, meus caros familiares de Manoel Francisco do Nascimento Brito, de falar como um profissional de comunicação, como um jornalista de tantos e tantos anos de profissão.

Fiz questão de me inscrever para, nesta tarde, participar desta homenagem, porque tive a honra e o prazer de conhecer o jornalista Manoel Francisco do Nascimento Brito, de ter estado com ele algumas vezes, e gostaria de compartilhar com seus filhos e com seu neto o quanto essa extraordinária figura do jornalismo brasileiro foi importante e influenciou a carreira de um modesto jornalista do interior de Minas Gerais, da minha pequeníssima Barbacena, que, um dia, imaginou que na rádio internacional, na BBC, na **Voz da América**, pudesse encontrar o caminho do exterior e ter a chance de fazer um curso universitário, pois, filho de funcionários públicos de salário mínimo, não

tinha eu a menor condição de estudar, na minha época, em vez de trabalhar aos 14 anos.

Comecei a estudar inglês e a me preparar para essa aventura. Para fazer esse verdadeiro vestibular do rádio internacional, apresentei como meu teste para a **Voz da América** uma idéia que me havia surgido ao ler uma separata escrita por Manoel Francisco do Nascimento Brito a respeito de uma viagem que fizera à União Soviética, no começo da década de 60, e onde descrevia a sua extraordinária aventura de passar por aquele país, na época hermeticamente fechado para as liberdades democráticas, reportando, de uma maneira tão clara, tão evidente, a necessidade de mudanças estruturais democráticas naquele país. Aproveitei essa separata de cerca de 60 páginas e fiz o meu teste para o rádio internacional. Converti essa separata em uma novela de rádio; radiofonei, por assim dizer, o livro de Manoel Francisco e, evidentemente, tinha que comunicá-lo disso. Então, pedi a um amigo comum que lhe levasse a informação de que eu havia transformado o pequeno livro de suas lembranças da viagem à União Soviética em uma novela de rádio. O fato é que ele não só concordou com a minha novela, mas leu os capítulos que eu havia preparado – em número de 20 -, os quais acabaram sendo colocados, meu caro Manoel Francisco Filho, em cerca de 200 emissoras de rádio, em todo o Brasil, durante mais de cinco anos, na década de 60. Certamente, foi o que me abriu as portas do rádio internacional, porque, mediante o sucesso dessa radiofonização, fui, eventualmente, contratado como redator, tradutor e locutor da **Voz da América** internacional.

É importante lembrar isso porque, no ciclo literário do período isabelino – Manuel Francisco, com sua fisionomia de lorde inglês, sempre me faz lembrar isso –, referimo-nos à chamada cadeia de eventos, o que, em inglês, convencionamos chamar de **channel of events**: uma coisa que provoca uma segunda coisa, que chama uma terceira, que vai, na verdade, causando uma seqüência de eventos até se transformar num grande e derradeiro evento.

Meus caros Manoel Francisco, José Antônio e José Francisco, se eu for procurar, na minha cadeia de eventos, o que provocou o início da minha carreira, acredito que tenha sido essa centelha, esse começo, essa idéia de Manoel Francisco do Nascimento Brito.

Um pouquinho mais à frente, contratado pela **Voz da América**, fui para os Estados Unidos. Ao chegar lá, imaginei, evidentemente, que se pude radiofonizar a separata feita das memórias de viagem de Nascimento Brito, por que não lhe pedir um emprego

no **Jornal do Brasil**, como correspondente em Washington? Mandei-lhe uma carta.

Já naquela época, eu estava sendo cogitado para ser contratado como correspondente internacional pela **Rede Globo**. Lamentavelmente, meu caro Manoel Francisco, quando chegou a carta do nosso querido Dr. Brito para que eu pudesse ser o primeiro correspondente do **Jornal do Brasil** em Washington, eu já havia sido contratado pela **Rede Globo** de televisão para ser o seu primeiro correspondente internacional nos Estados Unidos.

Então, fica aqui a vontade de ter sido o primeiro correspondente, nos Estados Unidos, contratado pelo nosso glorioso **Jornal do Brasil**. Essa é uma vontade que teria sido preenchida, mas tenho o imenso prazer de dizer que, lá atrás, foi aquela centelha, aquele momento criado por Manoel Francisco que me fez iniciar essa carreira que acabou por me trazer ao Senado da República.

Hoje sou, meu caro Manoel, um dos últimos jornalistas no Congresso Nacional. Da Bancada mineira, sou o último. Na legislatura passada, ainda havia o Nilmário Miranda, o Tilden Santiago e outros mineiros que passaram pelas redações dos grandes jornais do Brasil e de Minas Gerais. Lamentavelmente, hoje, na Bancada mineira formada por 53 Deputados e três Senadores, sou o único jornalista profissional.

Assim, venho dizer, em nome dos meus colegas Parlamentares jornalistas e, sobretudo, do povo de Minas Gerais, o quanto nós todos, mineiros, que aprendemos, nas páginas do **Jornal do Brasil**, a ver a verdade, a seqüência de fatos apurados e relatados por jornalistas da maior qualificação profissional, a ler a história do nosso próprio País, do nosso próprio Estado, somos gratos a essa imensa figura, a essa extraordinária e fantástica pessoa que foi Manoel Francisco do Nascimento Brito.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente José Sarney, membros da família Nascimento Brito, é importante que o Senado relembre, hoje, figuras como Manoel Francisco Nascimento Brito. É importante que a Casa do povo brasileiro, a mais alta delas, sempre se recorde de figuras que honraram o Brasil, principalmente na imprensa do nosso País; e poucos ultrapassaram Nascimento Brito, que teve uma vida inteiramente dedicada ao

serviço público fora e dentro da imprensa. Foi, com a sua coragem indômita, piloto de avião, advogado do Banco do Brasil e, sobretudo, o reformador do **Jornal do Brasil**, dando-lhe a modernidade indispensável, que, posteriormente, foi seguida por outros órgãos da imprensa.

De minha parte, conheci na intimidade Nascimento Brito, como V. Ex^a, Sr. Presidente, também o conheceu.

Houve época, no Rio de Janeiro, que convivíamos com grandes figuras do jornalismo nacional e com repórteres de primeira grandeza, em que os do **Jornal do Brasil** se destacavam.

Tive a honra de conviver, com muita intimidade, com Nascimento Brito e com a sua excellentíssima esposa, uma magnífica senhora, Leda Nascimento Brito, e pude aquilatar, a cada vez que nos encontrávamos – e os encontros eram freqüentes –, o quanto ele se engrandecia nos momentos difíceis, não só nos do País como até mesmo nos da imprensa que ele representava. O **Jornal do Brasil** passou por dificuldades. Mas Nascimento Brito, enquanto vivo, esteve e venceu a todas elas, inclusive tendo o apoio de seus filhos, sim, principalmente por parte do José Antônio, que dirigiu o **Jornal do Brasil**, e até hoje lá permanece.

Nascimento Brito era um **gentleman**. Um homem elegante no falar e na postura física. Muitas vezes, com ele, estive em sua residência – e ele muitas vezes me honrou com a sua presença em minha casa, na Bahia, ou mesmo aqui em Brasília. Portanto, quando falo de Nascimento Brito, vai muito da minha emoção. Todos sabem, ninguém ignora, pelo menos aqueles que viveram mais tempo, que a imprensa brasileira, em dado momento, ficou dividida entre **O Globo** e o **Jornal do Brasil**. A rivalidade existia, até mesmo entre seus principais dirigentes. Mas eu tive a felicidade de ver, nos últimos anos de vida de Nascimento Brito e da vida de Roberto Marinho, o casal Nascimento Brito freqüentando, no dia 3 de dezembro, data do aniversário de Roberto Marinho, a casa de Cosme Velho, numa demonstração de civilidade. Mais do que isso: os homens grandes, como eles eram, não guardavam rancores; disputavam, mas não guardavam rancores. E assim, hoje, por intermédio de seus filhos, essa mesma estima existe.

O mais importante é dizer que o jornal fundado pelo Conde Ernesto Pereira Carneiro – que teve também a Condessa, por algum tempo, em sua direção, à qual, posteriormente, foi passada a Nascimento Brito – soube honrar a imprensa do País e do mundo com seus editoriais, além de estar sempre presente nas

horas difíceis do País. Nunca houve covardia por parte do JB – e eu, muitas vezes, era um *freelancer* do **Informe JB**, quando feito pelo jornalista Elio Gaspari e Marcos Sá Corrêa. Portanto, fui íntimo dele. Também sabia do apreço e do respeito, principalmente o dos seus filhos, pelo Senador Tasso Jereissati. Era uma estima muito grande, que eu presenciei, dada a amizade com Nascimento Brito e seus filhos.

Hoje, o Senado Federal lhe presta essa homenagem. Ainda outro dia, eu dizia que os moços são rebeldes aos conselhos mas sensíveis aos exemplos. São exemplos dignificantes, como Nascimento Brito, que honram a imprensa e a vida pública brasileira. Hoje, Nascimento Brito está ausente, mas presente na figura de seus filhos, todos jornalistas brilhantes, sobretudo fiéis seguidores da conduta exemplar de seu pai.

Trago, nesta hora, uma palavra do meu Partido, mas também uma palavra pessoal a todos os seus familiares, mesmo os que aqui não se encontram, para dizer o quanto me sinto feliz relembrando a figura de Manoel Francisco do Nascimento Brito

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Com prazer.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE. Com revisão do orador.) – Nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, desejo, neste momento, associar-me à manifestação que V. Ex^a faz, não somente em seu nome, mas em nome do PFL. Reputo, de fato, muito oportuna a homenagem que se faz ao Dr. Nascimento Brito. Diria que ele marcou, de forma muito funda no século XX, a imprensa brasileira. Mais ainda que conseguiu fazer do seu **Jornal do Brasil** uma grande praça pública intelectual, como preconizava Ortega y Gasset. Equidistante de todos os extremos, o **Jornal do Brasil** é, de fato, um jornal do Brasil. Embora editado e com maior circulação no Rio de Janeiro, é lido em todo território nacional. É bom lembrar que o jornal teve um processo de grande *aggiornamento* quando Nascimento Brito assumiu a sua direção e começou a fazer um trabalho que revelou sua visão de jornalista. As suas atividades não se restringiram apenas ao **Jornal do Brasil**. Ele também fez um trabalho muito bom na Sociedade Interamericana de Imprensa e presidiu – se não estou equivocado – o sindicato de sua categoria e foi, no campo cultural, um grande mecenas. Cito o exemplo do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. Não fora o seu empenho e, mais do que isso, a sua determinação, não teria sido concluída a obra tão bonita que ali se realizou. Por intermédio de V. Ex^a,

desejo transmitir à família, a José Antônio Nascimento Brito, meu amigo de longas datas; ao seu irmão Manoel Francisco e aos demais membros da família meus cumprimentos neste momento em que o Senado Federal homenageia com muita oportunidade essa figura tão querida e respeitada do jornalismo brasileiro.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, eu disse que falava em nome do meu Partido, e falo. Mas a voz do meu Partido fala mais alto pelo Senador Marco Maciel, dado o seu passado, a sua tradição, o seu equilíbrio. O seu aparte engrandece o meu discurso e lembra uma posição cultural muito interessante de Nascimento Brito, que era um verdadeiro mecenas, sobretudo das artes, e o quanto deve a ele o Museu de Arte Moderna, que só ficou realmente pronto graças à coragem e à determinação de Nascimento Brito. Foi uma bela lembrança de V. Ex^a, Senador Marco Maciel, que agradeço porque enriquece, já que era tão pobre, o meu discurso.

Senador Eduardo Azeredo.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Antonio Carlos, quero também trazer a minha palavra de homenagem a Nascimento Brito, pela coragem, sempre a serviço dos interesses maiores do País. O jornal fez muito jus ao nome **Jornal do Brasil**, nunca foi um jornal apenas do Rio de Janeiro. Esse é um detalhe para o qual gostaria também de chamar a atenção. Nós, de Minas Gerais, sabemos bem que o **Jornal do Brasil** sempre procurou cobrir Minas, ouvir a palavra, a voz de Minas Gerais, sendo realmente um jornal que cobre a Bahia, o Nordeste e o Sul. Assim, quero trazer à família Nascimento Brito a minha homenagem pessoal, o meu abraço pela homenagem que hoje o Senado presta. Apartear V. Ex^a e integrar este momento é honroso para mim.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço a V. Ex^a, que foi um Governador brilhante do seu Estado e que sabe que a presença do **Jornal do Brasil** é constante em todos os Estados do nosso País.

O **Jornal do Brasil** enfrentou dificuldades, principalmente pelas suas posições de independência. Aqui quero contar um encontro que, talvez, não coubesse, porque não era sequer Nascimento Brito o dirigente do jornal. Mas, no regime militar, em um almoço no Copacabana Palace, passou-se algo extremamente interessante. A Condessa Pereira Carneiro, uma grande senhora, dizia ao Presidente Costa e Silva: “Presidente, o senhor não tem por que se zangar com o **Jornal do Brasil**, porque ele faz críticas construtivas”. Ao que o Presidente Costa e Silva, com

aquele temperamento um tanto rude, um tanto aberto, respondeu: "Condessa, o que eu quero mesmo é elogio. Não quero crítica construtiva. Quero elogio".

Isso ocorreu por causa da posição de independência do **Jornal do Brasil**, de fazer as críticas na hora certa, de fazer os elogios no momento apropriado. Portanto, a mudança no **Jornal do Brasil**, a modernidade da imprensa brasileira se deve muito a Manoel Francisco do Nascimento Brito, meu amigo, que me honrava com sua amizade. Repito, tem ele hoje inscrição na imprensa brasileira como a daqueles jornalistas que mais fizeram, com coragem e determinação, a verdadeira imprensa brasileira.

Muito obrigado.

(Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Magalhães, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko, 2º suplente de secretário.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – Com a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, aqui estamos nós para homenagear o empresário Manoel Francisco do Nascimento Brito, que faleceu em 8 de fevereiro do ano passado, na cidade do Rio de Janeiro, aos 80 anos. Durante mais de 52 anos, ele esteve à frente do Jornal do Brasil, período em que o grande jornal carioca viveu os seus melhores momentos: revolucionou o jornalismo impresso do Brasil e foi vanguarda na luta em defesa da liberdade de informação durante os anos mais duros do regime militar.

Manoel Francisco do Nascimento Brito ingressou na empresa em meados da década de 40, quando começou a trabalhar na rádio Jornal do Brasil. Chegou ao JB em 1949 e passou a comandar, na prática, o jornal. Nos anos 50, o **Jornal do Brasil** viria a realizar uma grande reforma editorial e gráfica, que acabou, depois, se estendendo a todos os veículos impressos do Brasil.

Foi, na verdade, o **Jornal do Brasil** que teve o gesto e a iniciativa de revolucionar toda a imprensa gráfica brasileira.

Por ocasião do falecimento de Nascimento Brito, o **Jornal do Brasil** publicou um caderno especial com depoimentos de importantes jornalistas brasileiros que trabalharam sob o comando do "Doutor Brito", como ele era chamado. Jornalistas como Marcos Sá

Corrêa, Paulo Henrique Amorim, Zuenir Ventura, Ferreira Gullar, Fernando Gabeira e Augusto Nunes foram unânimes em destacar as muitas qualidades do diretor do jornal.

Segundo esses jornalistas, Nascimento Brito – mesmo nos tempos mais duros – nunca aceitou pressões no sentido de impedir a publicação de matérias apuradas por seus repórteres ou para mudar a linha editorial do **Jornal do Brasil**; soube manter sempre uma postura de total integridade e de defesa dos interesses da livre imprensa e da Nação.

O dirigente do **Jornal do Brasil** – dizem os jornalistas que ele comandou – buscava a prática de um jornalismo de qualidade, comprometido com a verdade dos fatos. Foi um líder que soube conduzir o jornal num período muito delicado, o do regime militar, endossando todas as grandes apostas de seus editores, mesmo nos momentos mais dramáticos. Isso acabou fazendo do **JB** um dos mais respeitados jornais do País. Nascimento Brito gostava de freqüentar o ambiente de redação, de conversar com seus editores e editorialistas e se orgulhava de ser considerado uma excelente fonte de informação. Por tudo isso, deixou uma lembrança muito afetuosa entre seus funcionários.

Entre os momentos culminantes da vida jornalística de Nascimento Brito, é preciso destacar dois fatos, ambos igualmente importantes na história recente deste País. O primeiro deles foi a corajosa cobertura da explosão de uma bomba no estacionamento do **shopping** Riocentro, detonada por militares, pouco antes de um **show** comemorativo do 1º de Maio, em 1981. O segundo foi o desmascaramento de uma gigantesca fraude eletrônica que visava impedir a vitória de Leonel Brizola na eleição para o Governo do Rio, em 1982.

No caso do Riocentro, os repórteres do **Jornal do Brasil** desmontaram a versão oficial dos fatos, segundo a qual os dois militares feridos no episódio tinham sido atacados. O **JB** mostrou que a bomba explodiu no colo de um dos militares, quando ele se preparava para executar o atentado. O objetivo do atentado, segundo o jornal, era minar – com um ato terrorista – o processo de abertura política que então estava em curso. Esse foi um acontecimento que serviu para desgastar ainda mais a já muito depreciada imagem do regime militar. Foi um ato de coragem, de bravura, enfrentar o regime, discordar do Ministro do Exército e provar que a razão dos fatos, a lógica e a verdade estavam com o **JB** no caso Riocentro.

Já em outro caso, que ficou conhecido como o caso Proconsult, o **JB** denunciou a montagem de um

esquema criminoso que visava burlar os resultados das urnas, retirando os votos de Leonel Brizola nos Municípios da chamada Baixada Fluminense. O **Jornal do Brasil** montou um sistema paralelo de apuração, que desmascarou a fraude e assegurou a vitória de Brizola.

Nascido em 2 de agosto de 1922, no Rio de Janeiro, Nascimento Brito, como era conhecido, estudou o primário e o secundário com padres beneditinos. Foi oficial aviador da reserva da Força Aérea Brasileira (FAB) durante a Segunda Guerra Mundial. Graduou-se em Direito pela Universidade do Brasil (atual UFRJ) e foi procurador do Banco do Brasil.

Em 1946, casou-se com Leda Marina Marchesini, enteada do conde Ernesto Pereira Carneiro, que havia comprado o **JB** em 1918. Naquele mesmo ano, foi designado – por Pereira Carneiro – diretor da Rádio Jornal do Brasil. Reformulou a emissora, dando-lhe uma fórmula de programação que viria a ser copiada no resto do País e que sobrevive até hoje: a mistura bem equilibrada entre música e informação.

Nascimento Brito ingressou no **Jornal do Brasil** em 1949. Em 1952, foi nomeado superintendente do sistema **Jornal do Brasil**, formado pelo jornal, pela agência de notícias, pela gráfica e por emissoras de rádio. Com a morte de Pereira Carneiro, em 1954, o comando do jornal ficou sob a responsabilidade de sua viúva, a condessa Maurina Dunshee de Abrahanes Pereira Carneiro.

Nos anos seguintes, Nascimento Brito passou a comandar as áreas administrativa e financeira do **Jornal do Brasil** e, depois, também a orientação política e editorial do jornal. Foi superintendente, diretor e diretor-presidente de todas as empresas do grupo.

Data do começo da década de 50 a decisão de promover uma completa reforma, para tornar mais moderno e poderoso o **Jornal do Brasil**. Esse projeto se realizou sob o comando de Odylo Costa, filho, em 1957. A redação, nessa época, contava com jornalistas como Reinaldo Jardim, Jânio de Freitas e o escultor Amílcar de Castro (na parte gráfica). Foi quando ganhou credibilidade e conquistou a fidelidade do público mais intelectualizado.

Alberto Dines foi o editor-chefe que mais tempo ocupou o cargo na fase mais prestigiosa do jornal. Permaneceu na função por quase 12 anos, de janeiro de 1962 a dezembro de 1973, tempo suficiente para consolidar a reforma do **JB**. Em 1973, Alberto Dines conseguiu enganar os censores com a publicação de uma capa sem manchete em que noticiava o golpe militar no Chile.

Nascimento Brito dizia que muitos jornalistas se consideravam os autores da reforma do **JB**, mas que, na verdade, a maior responsável pelo sucesso do empreendimento era a condessa, viúva do conde Pereira Carneiro, que herdara a empresa.

Mesmo sem função executiva, Nascimento Brito manteve o hábito de se reunir todo dia, às 15 horas, com a equipe de editorialistas. Segundo o depoimento de chefes de redação que passaram pelo JB, ele não costumava interferir na edição de notícias, mas manteve influência sobre a página editorial. Só se afastou do jornal em 2000.

Na figura de Nascimento Brito, quero homenagear todos os jornalistas brasileiros que, mesmo correndo riscos, lutaram pela liberdade de imprensa nos momentos mais graves da vida recente deste País. Nós, homens públicos, detentores de mandatos dados pelos cidadãos, temos nos jornalistas nossos maiores colaboradores. São eles que, muitas vezes, trazem até nós os grandes problemas deste País. Sem liberdade não existe nem jornalismo nem vida pública. Infelizmente, vivemos, há pouco mais de 20 anos, um período de falta de liberdade. Alguns políticos e jornalistas não se dobraram. Nascimento Brito estava entre eles.

Tive oportunidade de conhecer e de conviver com Nascimento Brito. Ele era amigo pessoal do Dr. Ulysses e amigo muito especial do Ministro Renato Archer. Várias vezes, reunia-se na casa de Renato Archer com o Dr. Ulysses, e eu, à época, primeiro Vice-Presidente do Partido, jovem, ali comparecia. Às vezes, Renato Archer interferia para amenizar, acalmar as críticas mais azedas do **Jornal do Brasil** ao Dr. Ulysses Guimarães. Mas o impressionante era a firmeza de conduta do Dr. Nascimento Brito. Vivíamos numa época de ditadura total – digamos assim –, e ele procedia no seu jornal com a mais absoluta autoridade. Dizia o que pensava, o que sentia, parecia viver num regime democrático.

Ele argumentava que a imprensa precisava resistir. Para ele, a resistência da imprensa era mais importante do que a do político. Ele dizia que não adiantava nada o político na tribuna, se não houvesse a imprensa para publicar o que este falava. Um político é importante, assim como a tribuna, mas o jornal é mais, porque divulga; por isso, quando se fecha um jornal, está-se fechando a democracia.

O importante é a personalidade do Dr. Brito. Ele era um homem polêmico, um homem que dizia o que pensava. Era homem de criticar, de divergir. Era um homem que, quando não gostava, não gostava e tinha coragem de dizer.

Creio que parece meio estranho, numa sessão tranqüila, de certa forma – lá se vai mais de um ano que ele faleceu –, de repente prestarmos uma homenagem à figura do Dr. Brito. Por quê? Por que estamos fazendo isso? Qual a razão?

É que democracia, liberdade de imprensa, liberdade de expressão, a gente só valoriza quando não tem. Quando a gente tem, parece que tem para a vida inteira e parece que aquilo é a coisa mais natural do mundo. Ora, democracia? Mas o que é isso?

Ora, o Dr. Brito defender a democracia, garantir que os seus jornais mantivessem a publicação do que deveria ser publicado, o que é isso? É o seu dever!

Eu me lembro do que era a nossa interrogação na imprensa, do que ia acontecer com o **JB**, com a insistência de ele querer buscar a verdade e, na busca da verdade, na bomba do Rio – Centro, ele mostrar o que era.

Enquanto Golbery tinha encontrado uma fórmula normal, tranqüila, serena, já tinham descoberto a bomba, o carro estava ali parado e dois bandidos entraram correndo, atiraram a bomba, e explodiu.

Na verdade, os próprios agentes estavam ali com a bomba para detoná-la, e ela explodiu no colo deles. Hoje, pode-se falar que o jornal não fez mais do que dizer a verdade. Mas, naquela altura, discordar do SNI, fazer editoriais contra a versão oficial da ditadura, era algo que exigia mais do que respeito, exigia admiração total.

O processo já estava resolvido, o Brizola já tinha perdido aquela eleição. Aliás, ele tinha sido avisado pelo Embaixador da Alemanha. O Embaixador da Alemanha no Brasil levou-lhe a informação de que ele ia ser garfado na eleição na hora da apuração. Engracado, Sr. Presidente, que o Embaixador da Alemanha avisou que algo ia acontecer também com o candidato Pedro Simon no Rio Grande do Sul – e o meu amigo Brizola nunca me avisou. Mas ele se armou. Ele montou uma preparação especial, com seu computador, e fez sua apuração paralela. E, fazendo a sua apuração paralela, começou a aparecer a diferença entre a do Brizola e a que a Justiça Eleitoral publicava. Para sorte do Brizola – o destino é assim –, pifou a gráfica da Imprensa Oficial. Pifou, não sei durante quantos dias. Só ia ao ar a apuração do Dr. Brizola; a dele, que coincidiu com as dos dois dias anteriores, onde havia divergência entre a dele e a da Imprensa Oficial.

O Dr. Brizola era inimigo número 1 da ditadura. Deixar o Dr. Brizola ganhar era uma questão impossível no governo militar, e o Dr. Brito manteve, garantiu,

enfrentou o sistema, enfrentou os militares, e o Brizola ganhou, e a imprensa garantiu.

O Dr. Brito, cá entre nós, nunca gostou muito do Dr. Brizola, nunca teve maior relação com o Dr. Brizola. Foi um ato de jornalismo. Não é que ele quisesse. Ele até dizia a quem lhe perguntava, e eu achava interessante: – “Eu até gostaria que ganhasse fulano de tal, eu votei no fulano de tal”. Todo mundo achava que ele era apaixonado pelo Dr. Brizola. Foi tal a luta que ele fez para garantir a vitória, que parecia que ele era um brizolista doente. Não era. Mas era um homem apaixonado pela liberdade de informação. E, nessa paixão pela liberdade de informação, ele garantiu a eleição do Dr. Brizola.

Quantas vezes eu estava no gabinete da Presidência com o Dr. Ulysses – ou estava o Renato Archer –, e ele batia na gente: “Mas vocês, que políticos vocês são? As coisas estão acontecendo, e vocês estão assistindo?!”

E olhem o que estava acontecendo: cassaram o Nadir Rosseti e Amaury Müller, dois Deputados gaúchos. No interior, em Palmeira das Missões, num comício desses bem mixuruca do interior, depois de um churrasco, disseram umas palavras um pouco mais assim. Quando é que eu ia adivinhar que um filho da mãe gravaria para entregar nas mãos do Ministro do Exército? A gravação de um comício de quinta categoria, realizado para 50, 60 pessoas. E veio. Entregaram ao Ministro do Exército. Com isso, passaram a exigir a cassação de Amaury Müller e Nadir Rosseti. Uma guerra, uma luta contra, e o **JB** defendendo a incompreensão daquilo, batendo no então governador, dizendo que era um absurdo o que tinham feito, um fato acontecido lá no fim do mundo – não havia o desejo de ofender, não havia o estado de ânimo de atingir, uma coisa que era feita para não existir. E o **JB** firme, defendendo a não cassação. E eles foram cassados.

Os autênticos da época se reuniram em assembleia dizendo que iam à tribuna, um Deputado por dia, se o MDB não lançasse uma nota dura e radical contrária às cassações.

Ficamos em reunião permanente, e o Dr. Brito nos telefona para dizer: “Olha, acho que vocês não devem. Deixa que eu lanço a nota por minha conta”. Ele falando para os radicais: “Eu lanço a nota aqui pelo jornal e vocês dêem como aceito e ninguém mais fala”. Era o supra-sumo da humilhação. Reuniram-se os Deputados, e se fez uma nota.

Naquela época, dizíamos: baixa a nota 18, ou a nota 32, porque dia sim dia não tinha uma nota, que era o que podíamos fazer contra os militares. No meio

disso, vai para a tribuna o Lysâneas Maciel, da mesma religião que o Presidente Arthur da Costa e Silva, garantindo... Era fantástico como as coisas aconteciam naquela época. O pastor da igreja do Presidente era íntimo amigo do pai do Deputado, que também era pastor, e garantiu que ele não ia ser cassado. Foi para a tribuna, fez o discurso, até leve, mas Lysâneas Maciel foi cassado. Daí vivemos uma revolução. A nota publicada pelo **Jornal do Brasil** foi realmente impressionante. O ato deles, falando nos 18 do Forte, falando na capacidade de resistir, a importância de resistir, foi realmente impressionante. A nota de esclarecimento, de orientação, de mostrar a brutalidade de cassar um jovem parlamentar, brilhante como era o Lysâneas Maciel, com credibilidade no Brasil inteiro, era um ato absurdo. O artigo que ele publicou foi memorável, extraordinário. Lembro que o artigo deixou o MDB em alvoroço: ficamos aqui 3 dias e 3 noites sem dormir, em reunião permanente. Ao fim, chegamos a uma nota, em que Nascimento Brito deu alguns pontos, pois a ele foi levada. Às 4 e meia da madrugada, os autênticos me procuraram para levar a nota ao Dr. Tancredo, para ver se ele aceitava. Se aquela nota fosse lida no dia seguinte, nenhum Deputado do MDB falaria mais, e ninguém seria cassado. Se não fosse lida, cada Deputado iria, um atrás do outro.

Cheguei à sala de estar do Dr. Tancredo de madrugada, ele de pijama e pés descalços, parecia um gurizinho que tinha se levantado.

- O que há?
- Acontece isso, isso e isso.
- E daí?
- Daí que os autênticos estão reunidos, em pé de guerra, e querem sua resposta. Se o senhor garantir que essa nota sai, não se fala mais nada. Senão, fala um depois do outro, e cassa um depois do outro.
- Mas o que vocês querem, afinal?
- A nota tem que sair.
- Sim, sai.
- Mas tem uma coisa...
- O quê?
- Não pode tirar nada do que está aqui. Nada do que está na nota pode sair.
- Nada do que está aí pode sair. O que não pode é botar coisa nova. O que tinha que colocar já colocaram. Eu não penso em tirar nada. Eu não aceito colocar mais coisa do que já tem aí.

Esse fato foi narrado pelo Dr. Brito.

Na época, o Dr. Ulysses não gostou muito porque dissemos que era um grande achado... Cá entre nós, o Dr. Ulysses sempre escreveu muito bem. O Dr. Sarney, seu concorrente na escritura, pode reconhecer. Fomos ao Dr. Ulysses e sugerimos uma grande troca: o Dr. Ulysses vai para a direção do **Jornal do Brasil**, e o Presidente do **Jornal do Brasil**, nosso querido amigo, vem para a direção do MDB. O Dr. Brito concordou, riu, aceitou, achou muito bom e viu a troca com simpatia. Não sei por que o Dr. Ulysses se sentiu meio ofendido; não achou nada interessante aquela coisa toda.

Esse foi o Dr. Nascimento Brito, uma simpatia. Quando a sua doença piorou, eu dizia que ele usava aquela bengala de propósito, pois dava-lhe um aristocrático, uma pinta diferente. Ele sofreu problemas e dificuldades, fáceis de se entender, mas se manteve nessa posição até o fim.

Por isso, é uma reunião singela, mas que espeila, como muito poucas outras, o que este Congresso tem de respeito e carinho pela memória do Dr. Nascimento Brito. Dificilmente se encontrará alguém que mereça mais a credibilidade e o respeito deste Congresso, que mereça mais a nossa atenção nas horas, como agora, em que parece que vai tudo bem, do que o Dr. Nascimento Brito.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Pedro Simon, permita-me em aparte também homenagear o falecido Presidente do **Jornal do Brasil**, Manoel Francisco do Nascimento Brito, seus filhos e familiares que aqui se encontram. O **Jornal do Brasil** faz com que a imprensa brasileira seja hoje tão vigorosa, com uma qualidade de informação simplesmente fantástica. O **JB** tem uma tradição do ponto de vista da qualidade das informações nele publicadas, das análises, estendendo-se à beleza gráfica do jornal, que sempre constituiu algo muito especial. Temos aqui presente um dos exemplos de jornalismo tão significativo, representado na pessoa da jornalista Dora Kramer, que, volta e meia, como hoje, traz uma informação que só vimos a tomar conhecimento por ter lido hoje o **Jornal do Brasil**. Na sua forma de buscar informação e sempre com uma análise de muita profundidade, ela acaba trazendo fatos de grande relevância para o conhecimento da Nação. Então, quero me solidarizar com V. Ex^a e com todos aqueles que hoje cumprimentam o Dr. Nascimento Brito, a sua família e todos os que trabalham no **Jornal do Brasil**. Obrigado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço, Sr. Presidente, e encerro, dizendo que não posso

me considerar amigo do Dr. Nascimento Brito, porque eu era uma figura que estava começando, aparecendo, mas posso me considerar um conhecedor profundo do Dr. Nascimento Brito, porque, não sendo pessoa importante, eu podia assistir mais, ouvir mais, auscultar mais e conhecer mais.

Realmente, não tenho nenhuma dúvida: no seu estilo, na sua maneira de ser, no seu porte, na sua forma de responder, qualquer cidadão, por mais importante que fosse, sentia um ar de respeito, de credibilidade e se sentia na frente de um grande homem e de um grande líder.

Gosto muito de personalidades como o Dr. Brito, porque são personalidades francas. Geralmente as pessoas, até importantes, até ilustres, são mais afáveis do que ele; são mais elegantes, mais agradáveis. Ele era o estilo dele. Recebia de maneira elegante, mas sabendo da sua posição: eu sou Nascimento Brito. Pelo menos era assim que eu me sentia diante dele. Eu me sentia diante de uma pessoa superior, com capacidade superior, de inteligência superior, e que sabia o que queria.

Na vida, ao se fazer uma caminhada, não importa qual seja, sendo médico, operário, político, estudante ou militar, o importante é estar convicto daquilo que se faz. Fazer aquilo que se está fazendo da melhor maneira e fazer com que quem estiver em volta se compenetre de que se está fazendo o melhor. Nascimento Brito era esse homem. Quem estava com ele sentia que ele estava fazendo da melhor maneira e que dificilmente alguém faria melhor do que ele.

A esse homem, ao Dr. Nascimento Brito, em meu nome, em nome do velho Ulysses – diz a lenda, dizem os pescadores das margens do Rio de Janeiro que, de madrugada, ele caminha sobre as águas, de pés descalços e com bastão, e que se aproxima das crianças –, trago um abraço muito carinhoso, muito afetivo, pois foi um homem que honrou e dignificou a História do Brasil.

Muito obrigado.
(Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, a Sra. Serys Shhessarenko, 2º Suplemento de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Cumprida a primeira parte desta sessão, antes de levantá-la para que as Srs. Senadoras e os Srs. Senadores

possam cumprimentar os familiares do Dr. Nascimento Brito, quero, como Presidente da Casa, associar-me a todos os oradores que aqui se manifestaram sobre a personalidade do Dr. Nascimento Brito, que marcou com sua vida e sua obra, à frente do **Jornal do Brasil**, um dos momentos importantes de modernização da imprensa brasileira. Esta homenagem, para melhor glorificar a sua vida, deve estender-se ao **Jornal do Brasil**, órgão que, há mais de 100 anos, serve de maneira impecável à liberdade de imprensa do País.

Falo do **Jornal do Brasil** com a memória do início da minha vida e com mais êxito do que o Senador Hélio Costa, que não foi correspondente do **Jornal do Brasil** em Washington. Fui seu correspondente, durante muitos anos, no Estado do Maranhão, por indicação e por convite da Condessa Maurina Dunshee de Abranches Pereira Carneiro, então proprietária do jornal.

Quero expressar a seus filhos e netos aqui presentes, a D. Leda e a toda a sua família e a todos aqueles que fazem o **Jornal do Brasil** a minha homenagem à memória do Dr. Nascimento Brito.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O Sr. Senador Valmir Amaral enviou discurso à mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e § 2º, ambos do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs^as e Srs. Senadores, certas pessoas deixam, de sua passagem pelo mundo, um legado tão importante e profundo que suas conquistas passam a fazer parte da rotina, como se integrassem o mundo natural. Quem vê a atual feição gráfica e conhece o perfil profissional dos grandes jornais brasileiros, por exemplo, não imagina como era a imprensa diária nacional até a década de cinqüenta do século passado, quando Manuel Francisco do Nascimento Brito, na condição de diretor-presidente do grupo **Jornal do Brasil**, empreendeu a modernização do matutino carioca, mudança que seria seguida, posteriormente, por todos os outros grandes órgãos impressos diários.

Essa realização, embora marcante e definitiva, e embora de importância bastante para inscrever o nome de jornalista e empresário na História dos meios de comunicação do País, é ainda insuficiente para dar a medida da grandeza do homem cujo falecimento transcorreu a doze meses. A leitura dos artigos publicados um ano atrás, nos mais diversos ór-

gãos de nosso jornalismo, ajuda a fazermos um perfil mais humano, que se sobrepõe ao simples mito de inovador.

Nesse sentido, dois aspectos foram destacados por todos os que o conheceram ou acompanharam a trajetória do **Jornal do Brasil** durante o meio século em que teve Nascimento Brito a sua frente. Esses traços de caráter, em minha opinião, devem ser mencionados nesta sessão de homenagem à memória do homem público que ele foi. Em primeiro lugar, sua luta incansável pela liberdade de opinião; em segundo, sua personalidade cavalheiresca de homem do mundo, que não abre mão da elegância nos trajes e no trato com as pessoas, sejam as autoridades nacionais, sejam seus subordinados nas empresas que dirigiu.

A defesa intransigente da liberdade de opinião levou-o a entrar em conflito com os órgãos de censura durante a ditadura militar. Ninguém esquece, por exemplo, como o JB noticiou o *clima* político da Nação, no dia seguinte ao da promulgação do Ato Institucional de número 5, sob o disfarce de boletim meteorológico, uma idéia que partiu do jornalista Alberto Dines e foi aprovada pelo Dr. Brito. De outra feita, chegou a ser detido na Polícia Federal pelo fato de seu jornal haver publicado a lista de prisioneiros políticos a serem permutados pela liberdade do embaixador alemão, seqüestrado por uma facção da guerrilha urbana. Diante da ameaça ilegal, feita pelo policial, de ser obrigado a passar a noite em uma cafua imunda dos porões da repressão – logo ele, um verdadeiro *gentleman* -, Nascimento Brito, corajosamente, recusou-se a fornecer a seu interrogador o nome da fonte da informação dentro do Governo.

O episódio termina quando o oficial, rendido pela fibra do jornalista e pela inconveniência, para o regime, de deter figura tão notável, de prestígio internacional, finalmente anunciou sua libertação, lá pelas onze da noite. Nascimento Brito disse-lhe: “Agora posso dizer quem me passou a informação, para que o Sr. veja como são as coisas: foi o próprio Ministro da Justiça.”

O empresário e administrador comprometido com a qualidade jornalística e o homem de imprensa destemido era, ainda, um autêntico, cavalheiro, coisa que se vai tornando rara nestes tempos de grosseria e vulgaridade generalizada. Vários dos maiores jornalistas do País, que trabalharam com o Dr. Brito, como Augusto Nunes, Alberto Dines, Villas-Boas Corrêa, Fritz Utzeri, para citar alguns nomes, foram unâmnimes em mencionar esse traço de sua personalidade, tanto no trato pessoal quanto no profissional,

sempre respeitando a opinião dos seus editorialistas. O apreço das mais importantes figuras da política nacional, expresso à ocasião de seu falecimento, constitui uma medida da marca que Manuel Francisco do Nascimento Brito deixou na vida brasileira.

Com essas palavras breves, desejo associar-me a esta homenagem que presta o Congresso Nacional ao inesquecível Dr. Brito, desejando que seu exemplo continue a frutificar no progresso de nosso jornalismo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Levanto a sessão por cinco minutos, para que as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores possam cumprimentar a família do homenageado.

(A sessão é suspensa às 16 horas e 21 minutos e é reaberta às 16 horas e 23 minutos.)

O Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko, 2º suplente de secretário.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – Está reaberta a sessão.

Sobre a mesa, expediente que passo a ler.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

OFÍCIOS DE MINISTROS DE ESTADO

Nº 2/2004, de 11 do corrente, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.089, de 2003, do Senador Eduardo Azeredo.

Nº 62/2004, de 12 do corrente, do Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.135, de 2003, do Senador Arthur Virgílio.

Nº 66/2004, de 12 do corrente, do Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.079, de 2003, do Senador Arthur Virgílio.

Nº 157/2004, de 11 do corrente, do Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, encaminhando informa-

ções em resposta ao Requerimento nº 1.550, de 2003, do Senador Sérgio Zambiasi.

Nº 648/2004, de 11 do corrente, do Ministro de Estado das Cidades, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.158, de 2003, do Senador Marcelo Crivella.

AVISOS

DO MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Nº 131/2004, de 11 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.112, de 2003, do Senador José Agripino.

Nº 132/2004, de 11 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.122, de 2003, do Senador José Agripino.

Nº 133/2004, de 11 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.542, de 2003, do Senador Arthur Virgílio.

Nº 134/2004, de 11 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.160, de 2003, do Senador Arthur Virgílio.

Nº 142/2004, de 12 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.118, de 2003, do Senador José Agripino.

AVISOS

DO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Aviso n.º 333-GP/TCU

Brasília, 13 de fevereiro de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Congresso Nacional
Brasília – DF

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, registro o recebimento do Ofício nº 47 (CN), de 11-2-2004, mediante o qual Vossa Excelência encaminha cópia do Parecer nº 1, de 2004-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Em atenção ao referido expediente, informo a Vossa Excelência que remeti o assunto à Unidade Técnica competente desta Casa, para adoção, com urgência, das providências pertinentes.

Respeitosamente, – **Valmir Campelo**, Presidente.

Aviso nº 342-GP/TCU

Brasília, 17 de fevereiro de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Congresso Nacional
Brasília – DF

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Com meus cordiais cumprimentos, e em atenção aos Ofícios nºs 47 e 48 (CN), ambos de 11-2-2004, mediante os quais Vossa Excelência encaminhou cópia do Parecer nº 1, de 2004-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, informo que foram constituídos os processos nºs TC-001.993/2004-6, TC-002.028/2004-3 e TC-002.031/2004-9, encaminhados respectivamente aos Senhores Ministros-Relatores Humberto Guimarães Souto, Adylson Motta e Marcos Bemquerer Costa, para o atendimento da solicitação de esclarecimentos formulada a este Tribunal pelo Relator, Senhor Deputado Federal Jorge Bittar.

Respeitosamente, – **Valmir Campelo**, Presidente.

Aviso nº 334-GP/TCU

Brasília, 13 de fevereiro de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Congresso Nacional
Brasília – DF

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, registro o recebimento de Ofício nº 48 (CN), de 11-2-2004, mediante o qual Vossa Excelência encaminha cópia do Parecer nº 1, de 2004-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Em atenção ao referido expediente, informo a Vossa Excelência que remeti o assunto à Unidade Técnica competente desta Casa, para adoção, com urgência, das províncias pertinentes.

Respeitosamente, – **Valmir Campelo**, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – O Expediente lido vai à publicação.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – Relativamente aos Avisos do Sr. Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República, bem como aos demais Ofícios de Ministros de Estado, li-

dos no Expediente, a Presidência comunica ao Plenário que as informações foram encaminhadas em cópia aos Requerentes.

Os Requerimentos vão ao Arquivo.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 6, de 2004** (nº 12/2004, na origem), de 21 de janeiro último, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 4, de 2004-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre consulta formulada pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, acerca da utilização dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Fundef (TC-016.100/2003-1).

A matéria vai à Comissão de Educação.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 172, DE 2004

Requer informações ao Ministro da Justiça, acerca da existência de ações do Governo para coibir a prática do chamado “Turismo Sexual” no País.

Requeiro, de acordo com o art. 216, do Regimento Interno, combinado com o que dispõe o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e considerando a competência fiscalizadora do Congresso Nacional, que sejam solicitadas, ao excelentíssimo senhor Ministro da Justiça, informações que esclareçam se o Governo vem atuando no sentido de coibir a prática do chamado turismo sexual no Brasil. Em caso positivo, quais são as principais ações e onde são aplicadas.

Justificação

O jornal **O Globo** denuncia, na edição do dia 18 de fevereiro de 2004, Seção “Rio”, pág. 14, que empresas inescrupulosas promovem a divulgação do turismo no Brasil, principalmente no Rio de Janeiro, com forte conotação para o chamado turismo sexual. A propaganda com esse objetivo é veiculada, como diz o jornal, até em **sites** da Internet, apontando, com fotos, locais no Rio de Janeiro, para agenciamento de programas. Ao Senado, como órgão fiscalizador, é importante conhecer os dados solicitados, pelo que

formulo o presente requerimento de informações ao Ministério da Justiça.

Sala das Sessões, 18 de fevereiro de 2004. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À mesa para decisão.)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 173, DE 2004

Requeiro, nos termos dos artigos 13 e 40, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, seja autorizada minha ausência do país entre os dias 20 e 28 de fevereiro de 2004, quando estarei participando dos seguintes eventos:

1. Terceiro Congresso do U.S. Basic Income Guarantee Network, que terá lugar em Washington, Estados Unidos, ocasião em que debaterei com o ex-Governador Jay Hammond, do Alasca e criador do sistema de dividendos do Fundo Permanente do Alasca, a respeito da implantação do Programa de Renda Básica no Brasil. Esse Congresso ocorrerá entre os dias 20 e 22 de fevereiro. (segue anexo sua programação)

2. Fórum organizado pela New America Foundation sobre o tema Competição, Riqueza e Desigualdade (Race, Wealth, and Inequality). Ele terá lugar em Washington, Estados Unidos, no dia 24 de fevereiro. Fará uma apresentação sobre a importância da implantação de um Programa de Renda Básica para melhor distribuição da renda e a erradicação da pobreza.

3. 1ª Reunião Interpalamentar México – Brasil, que se dará de 25 a 27 de fevereiro na Cidade do México, México. Na ocasião serão discutidos temas tais como “Mecanismos Regionais de Cooperação Econômica e de Combate a Pobreza e como impulsionar o Desenvolvimento Regional”, “O Tratado de Livre Comércio da América do Norte – Nafta. Em anexo encontra-se o programa do evento.

Sala das Sessões, 18 de fevereiro de 2004. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**.

**The Third Congress of the U.S. Basic Income
Guarantee Network**
The Capital Hill Hyatt, February 20-22, 2004
Tentative Program

Friday February 20

8:30- 9:00am	WELCOME AND INTRODUCTION TO BIG AND THE USBIG NETWORK Coordinator: Karl Widerquist Coordinating Committee: Robert Harris, Steven Shafarman, Al Sheahen, Michael Lewis and Eri Noguchi "What is BIG?"	
9:00- 10:40am	1: FEATURED SPEAKERS: 9:00am: Stanley Aronowitz , the City University of New York, "Basic Income and the Jobless Future" Moderator: Michael Lewis 9:50am: Philip Wogaman , "Guaranteed Income: The Moral Issues; Reflections After 35 Years." Moderator: Michael Lewis	
11:00am- 12:30pm	2A: THE ECONOMICS OF POVERTY, PART ONE Moderator: James Hughes Louise C. Keely , "What Role Does Identity Play in the Preference for Income Redistribution?" Michael A. Lewis (coauthored by Harvey Farberman), "The Cost of Caring" David Wetzell , "On Some Unappreciated Implications of Becker's Time Allocation Model of Labor Supply" Discussants: Alexandra Bernasek and Mike Murray	2B: THE IMPACT OF POVERTY ON HEALTH Moderator: Harry F. Dahms Paula Dyan , "How Does It Feel to Be Homeless?" David Hilfiker , "On Health and Poverty" Stephen Bezruchka , "BIG medicine for achieving population health in the US"
2:00- 3:40pm	3A: THE ECONOMICS OF POVERTY, PART TWO Moderator: Pavlina R. Tcherneva David Wetzell , "On the Welfare Effects of a Minimum Wage in a Two-Sector Labor Market with Impoverished Workers" Laura Paszkiewicz , "From AFDC to TANF: Have the New Public Assistance Laws Affected Consumer Spending of Those Receiving it?" James Bryan , "How the Poor Spend: Implications for the Basic Income Guarantee" Discussants: Jorge Iván González , Michael A. Lewis , and Eri Noguchi	3B: CAN TECHNOLOGY ELIMINATE THE NEED TO WORK? Moderator: Robert Harris Karl Widerquist , "Economic Possibilities of our Grandparents" James Hughes , "Beyond Luddism: Embracing a Full-Automated Future" Marshall Brain , "Robotic Nation: Economy and Society After Robotics Replaces Fifty Percent of the Workforce"
4:00- 5:30pm	4: AN ALASKA-STYLE OIL DIVIDEND FOR IRAQ? Moderator: Karl Widerquist , Oxford University Steven Shafarman , Citizen Policies Institute Diane Pearlman , Psychologists for Social Responsibility Steve Clemons , New America Foundation Jay Hammond , Former Governor of Alaska	

Saturday February 21

9:00- 10:40am	<p>5A: CAN RESOURCE RENTS FUND A FULL BASIC INCOME GUARANTEE? Moderator: Jeff Smith Edward H. Clarke, "Sharing Rents – A Practitioner's Perspective" Nicolaus Tideman, "Ethical Foundation and Global Implications of Rent-Sharing" Alanna Hartzok, "Resource Rents for Basic Income: Alaska, Norway and Nigeria"</p>	<p>5B: THE ETHICS OF UNCONDITIONAL REDISTRIBUTION Moderator: Allan Sheahen Karl Widerquist, "Justice as Voluntary Agreements Between Free Individuals and Freedom as the Right to Say 'No.'" Richard K. Caputo, "Redistributive Schemes that Skirt Poverty: Reconsidering Economic Justice in Light of Parijs and Zucker" Jason Burke Murphy, "That We May Know What we Want: Towards an Argument for a Basic Income Based on Deliberation" Discussants: Pete Farina, Harry F. Dahms, and Richard K. Caputo</p>
11:00am- 12:30pm	<p>6A: JOB GUARANTEES AND INCOME GUARANTEES: SUBSTITUTES OR COMPLEMENTS? A ROUNDTABLE DISCUSSION Moderator: Steve Pressman Pavlina R. Tcherneva, "Job versus Income Guarantees" Philip Harvey, "The Right to Work and Basic Income Guarantees: Competing or Complementary Ideas" Charles M.A. Clark, St. John's University Karl Widerquist, Oxford University</p>	<p>6B: NATIONAL POLITICS AND THE BASIC INCOME GUARANTEE Moderator: Eri Noguchi Leland Neuberg, "Why Nixon Proposed A Negative Income Tax And What Killed It" Reid Cramer, "Stakeholdership at Birth: The Challenges and Benefits of Creating a National System of Universal Accounts for Savings and Asset Building." George McGuire, "Green Capitalism"</p>
2:00- 3:40pm	<p>7A: ECONOMIC MODELING OF THE COST OF A BASIC INCOME GUARANTEE Moderator: James Bryan Mike Murray, "A Draft Model For Calculating the Cost of a Prototype Basic Income" Charley Clark, "Ending Poverty as we Know it" Jorge Iván González, "Universal Basic Income and Targeted Policies" Discussants: James Bryan, Louise C. Keely, and David Wetzell</p>	<p>7B: IS THERE A RIGHT TO A BASIC INCOME? Moderator: Leland Neuberg Allan Sheahen, "Does Everyone Have the Right to Economic Security?" Pete Farina, "The Case Against Income Inequality (and for a Basic Income Guarantee)" Discussants: Philip Harvey, and Jason Burke Murphy</p>
4:00- 5:00pm	<p>8: FEATURED SPEAKER: Eduardo Suplicy, Member of the Brazilian Senate, "The Introduction of a Basic Income Guarantee in Brazil" Moderator: Eri Noguchi</p>	
5:00- 5:30pm	Break	
5:30- 6:30pm	<p>9: KEYNOTE SPEAKER: Jay Hammond, Former Governor of Alaska, "The Alaska Permanent Fund." Moderator: Eri Noguchi</p>	

7:00-?	RECEPTION HOSTED BY USBIG AND THE CITIZEN POLICIES INSTITUTE
--------	--

Sunday, February 22

9:00- 10:40am	<p>10A: STRATEGIES FOR SOCIAL REFORM</p> <p>Moderator: Robert Harris Theresa Funicello, "Caregiving" Steven Shafarman, "Living Wage, Job Guarantees, and the need for a Basic Income" Anna Marie Klein, "Roosevelt's Promise: Economic Security and Democracy in the 21st Century"</p>	<p>10B: A CALL TO ACTION AGAINST POVERTY</p> <p>Moderator: Allan Sheahen Cynthia Reeves Tuttle, "Hunger as a Political Issue: Results of the Alliance to End Hunger National Survey" Carla Theodore, "A Guaranteed Income as a Meaningful Step Towards a Sane Economy" Meredith Dodson, "Essential advocacy skills—how to lobby effectively, generate media and speak powerfully about U.S. poverty."</p>
11:00am- 12:30pm	<p>11A: THE IMPLEMENTATION OF SOCIAL REFORM</p> <p>Moderator: Jason Burke Murphy Harry F. Dahms, "Returning to the Future: Basic Income, Economic Rights, and Globalization" Alexandra Bernasek, Colorado State University, (coauthored by John Marangos), "A Feminist Approach to Market Socialism: The Case for a Guaranteed Minimum Income" Eri Noguchi and Michael Lewis, "Unconditional Basic Income: A Basic Condition of A More Democratic Society?"</p>	<p>11B: BUILDING THE MOVEMENT: A ROUND TABLE DISCUSSION ON REALIZING A BASIC INCOME GUARANTEE</p> <p>Moderator: Steve Shafarman, Citizen Policies Institute Roy Morrison, Independent Scholar and Author Jim Sykes, Green Party of Alaska Dave Richardson, Secretary, American Federation of Government Employees, Local 12</p>
2:00- 3:30pm	USBIG ORGANIZATIONAL MEETING	

I Reunión Interparlamentaria México-Brasil

25 al 27 de febrero de 2004, Ciudad de México

Programa

Miércoles 25 de febrero

- 17:30 hrs. Arribo y recepción de la Delegación Brasileña en el Aeropuerto "Benito Juárez" de la Ciudad de México.
- 18:30 – 19:00 hrs. Traslado al Hotel Meliá Reforma.
- 19:00 – 19:30 hrs. Registro y asignación de habitaciones en el Hotel Meliá Reforma. Registro en mesa de hospitalidad con entrega de gafetes y materiales para los miembros de la Delegación Brasileña.
- 20:30 – 22:30 hrs. Cocktail de Bienvenida que ofrece la Delegación Mexicana a la Delegación Brasileña, en el "Lobby Bar" del Hotel Meliá Reforma.
- Pernocta

Jueves 26 de febrero

- 7:30 - 8:45 hrs. Desayuno Buffet en el Restaurant "Miró" del Hotel Meliá Reforma.
- 8:45 – 9:00 hrs. Abordar autobús.
- 9:00 – 9:20 hrs. Traslado de la Delegación Brasileña, del Hotel Meliá Reforma a la sede del Senado de la República. (Xicoténcatl N° 9).
- 9:00 – 9:30 hrs. Mesa de Registro abierta para los miembros de la Delegación Mexicana, con entrega de Gafetes y materiales para la Reunión Interparlamentaria.
- 9:20 – 9:30 hrs. Arribo de la Delegación Brasileña a la Sede del Senado y traslado al Patio Central de Xicoténcatl N° 9.
- 9:30 – 10:45 hrs. Ceremonia de Inauguración de la I Reunión Interparlamentaria México-Brasil. Patio central de Xicoténcatl N° 9
 - o Palabras de Bienvenida a cargo de la Senadora Cecilia Romero Castillo, Presidenta de la Delegación Mexicana.
 - o Palabras del Sen. Eduardo Matarazzo Suplicy, Presidente de la Delegación Brasileña, sobre "Las Relaciones Parlamentarias México-Brasil".
 - o Palabras de un legislador del GPPRD sobre "La importancia de los temas a abordar en la I Reunión Interparlamentaria México-Brasil".
 - o Palabras de un Diputado de la Delegación Brasileña.
 - o Inauguración de la I Reunión Interparlamentaria México-Brasil, a cargo del Senador Enrique Jackson Ramírez, Presidente de la Mesa Directiva del Senado de la República.
- 10:45 – 11:15 hrs. Recorrido por la exposición "Grabado popular de Brasil" en la sede del Senado de la República de Xicoténcatl N° 9.

- 11:15 – 11:30 hrs. Toma de la fotografía oficial de la Reunión Interparlamentaria en la escalinata de entrada al Edificio de Xicoténcatl N° 9.
- 11:30 - 11:50 hrs. Traslado al Hotel Meliá Reforma.
- 12:00 - 14:00 hrs. Salón "Revolución 1" del Hotel Meliá Reforma. Tema 1: "**Mecanismos Regionales de Cooperación Económica y su Aportación a la Integración Latinoamericana**"
- 14:00 - 16:00 hrs. Comida en el "Lobby Bar" del Hotel Meliá Reforma. Presentación del panel informativo: "**El Tratado de Libre Comercio de América del Norte (TLCAN), la experiencia mexicana a diez años**".
- 16:00 - 16:30 hrs. Receso.
- 16:30 – 18:30 hrs. Salón "Revolución 1" del Hotel Meliá Reforma. Tema 2: "**Mecanismos Institucionales para el Combate a la Pobreza e Impulso del Desarrollo Social**".
- Receso.
- 20:00 – 20:30 hrs. Traslado a la sede del Senado de la República.
- 20:30 - 21:00 hrs. Cocktail en el Lobby de Planta Baja del Edificio de Xicoténcatl N° 9.
- 21:00 hrs. Cena en el Patio Central de Xicoténcatl N° 9.
 - Regreso al Hotel y pernocta.

Viernes 27 de febrero

- 8:00 – 9:15 hrs. Desayuno Buffet en el Restaurant "Miró" del Hotel Meliá Reforma.
 - 9:30 – 11:30 hrs. Salón "Revolución 1" del Hotel Meliá Reforma. Tema 3. "**Fortalecimiento del Sistema Democrático**".
 - 11:30 - 11:45 hrs. Receso.
 - 11:45 – 13:30 hrs. Salón "Revolución 1" del Hotel Meliá Reforma. Tema 4: "**Sistema Federal y Coordinación**"
 - Receso.
 - 13:45 – 15:45 hrs. Comida en el Lobby Bar del Hotel Meliá Reforma.
 - 15:45 – 16:00 hrs. Receso.
 - 16:00 – 17:30 hrs. Salón "Revolución 1" del Hotel Meliá Reforma. Tema 5: "**Asuntos Internacionales y Cooperación Parlamentaria**"
 - Receso.
- 18:30 – 19:30 hrs. Salón "Revolución 1" del Hotel Meliá Reforma.
- o Presentación y firma de la Declaratoria.
 - o Palabras de un representante de la Delegación Brasileña.
 - o Palabras de un representante de la Delegación Mexicana.
 - o Clausura de la I Reunión Interparlamentaria México-Brasil a cargo del Dip. Juan de Dios Castro Lozano, Presidente de la Mesa Directiva de la Cámara de Diputados.
- Noche libre.

Sábado 28 de febrero

- Desayuno Buffet en el Restaurant "Miró" del Hotel Meliá Reforma.
- Retorno de la Delegación Brasileña a su país.

REQUERIMENTO Nº 174, DE 2004

Na qualidade de membro da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e tendo sido designado por Vossa Excelênci para participar da delegação oficial do Congresso Brasileiro na I Reunião interparlamentar México-Brasil no período de 25 a 27

de fevereiro de 2004, requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento interno, autorização para o desempenho da referida missão.

Esclareço que estarei ausente do país no período de 25 a 29 de fevereiro de 2004.

Sala das Sessões, 18 de fevereiro de 2004. –
Senador **Rodolpho Tourinho**.

AINT003/2004

Brasília, 12 de Febrero de 2004

Excelentísima Señora
Senadora Cecilia Romero Castillo
Presidenta de la Comisión de Relaciones Exteriores
América Latina y el Caribe
Senado de la República de los Estados Unidos Mexicanos

*Estimada amiga.
Senadora Cecilia Romero*

Mucho le agradezco su correspondencia de 03 de Febrero por la cual me invita para participar de la delegación brasileña que visitará México para la I Reunión Interparlamentaria México-Brasil. Por más grande que sea mi deseo de volver a ese País, que tanto admiro, y de participar del intercambio de ideas y visiones entre representantes de nuestros dos Congresos, estoy, por recomendación médica, impedido de viajar, razón que me lleva a disculparme por no poder comparecer.

El Senado Brasileño estará muy bien representado por los senadores Eduardo Suplicy, Presidente de la Comisión de Relaciones Exteriores y Defensa Nacional y que Usted tan bien conoce, Eduardo Azeredo, Rodolpho Tourinho, João Alberto y Jefferson Pérez. El Presidente João Paulo Cunha está finalizando la designación de los cinco miembros de la Cámara de Diputados que complementarán la delegación de Brasil.

Estoy seguro de que ese primer encuentro, que ocurrirá en momento tan auspicioso de nuestras relaciones, tendrá frutos muy positivos y en mucho contribuirá para profundizar los históricos lazos que nos unen.

Con mis más cordiales saludos,

José Sarney
José Sarney
Presidente del Senado Federal

Brasília, 18 de fevereiro de 2004

PROCESSO N° 002065/04-5

• **Origem:** Gabinete do Senador João Alberto Souza.

• **Assunto:** informa, de ordem do Exmº Sr. Senador João Alberto Souza, que S. Exª participará, em missão oficial da delegação da Comissão de Relações Exteriores, da I Reunião Interparlamentar, na Cidade do México, solicitando, para tanto, emissão de passagens e diárias correspondentes.

A Sua Senhoria o Senhor
Agaciel da Silva Maia
Diretor-Geral do Senado Federal

Restituo o presente processo a V. Sª, para conhecimento e adoção das providências pertinentes ao atendimento, fazendo anexar cópia do documento AINT003/2004, expedido pelo Exmº Sr. Presidente do Senado, Senador José Sarney a Exmª Srª Senadora da República dos Estados Unidos do México, Cecilia Romero Castillo, no qual S. Exª designa para representar esta Casa Legislativa na I Reunião Interparlamentar México-Brasil os Exmºs Srs. Senadores Eduardo Suplicy, Eduardo Azeredo, Rodolfo Tourinho, João Alberto Souza e Jefferson Peres, com a partida prevista para o dia 25 e retomo para 28 de fevereiro do ano em curso.

Martha Lyra Nascimento, Chefe de Gabinete.

COMISION DE RELACIONES EXTERIORES AMERICA LATINA Y EL CARIBE

SEN. CECILIA ROMERO CASTILLO
PRESIDENTA

México, D.F. 3 de febrero de 2004

000231/04

Sen. José Sarney
Presidente del Senado Federal de Brasil
Brasilia, Brasil

En atención a las comunicaciones sostenidas tanto con el Senador Eduardo Suplicy, como con la Diputada Zulaiê Cobra, relativas a la imposibilidad de poder celebrar la I Reunión Interparlamentaria México-Brasil, en las fechas previamente convenidas, debido a su coincidencia con el Periodo Extraordinario al que se ha citado al Congreso brasileño, hemos acordado posponer el encuentro en dos semanas.

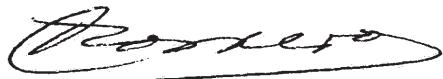
En virtud de lo anterior, los esperamos en la Ciudad de México, los días que van del 25 al 27 de febrero, en que trabajaremos conforme al Programa que anexo.

Para los legisladores mexicanos, sabedores de su conocimiento y aprecio por México, será motivo de un gran honor el que usted asista.

Quedo a la espera de saber de su confirmación, así como los nombres de los integrantes de la Delegación del Congreso Brasileño.

Con mis mejores saludos.

A t e n t a m e n t e



c.c.p. **Sen. Eduardo Suplicy**- Presidente de la Comisión de Relaciones Exteriores y de Defensa Nacional
Senado Federal de Brasil- Brasilia, Brasil.
Dip. Zulaiê Cobra Ribeiro – Presidenta de la Comisión de Relaciones Exteriores y de Defensa Nacional
Cámara de Diputados de Brasil- Brasilia, Brasil.
Emb. Cecilia Soto González- Embajada de México en Brasilia, Brasil.
Emb. Luiz Augusto S.B. De Araujo Castro- Embajada de Brasil en México- Presente.

I Reunión Interparlamentaria México-Brasil

25 al 27 de febrero de 2004, Ciudad de México

Programa

Miércoles 25 de febrero

- 17:30 hrs. Arribo y recepción de la Delegación Brasileña en el Aeropuerto "Benito Juárez" de la Ciudad de México.
- 18:30 – 19:00 hrs. Traslado al Hotel Meliá Reforma.
- 19:00 – 19:30 hrs. Registro y asignación de habitaciones en el Hotel Meliá Reforma. Registro en mesa de hospitalidad con entrega de gafetes y materiales para los miembros de la Delegación Brasileña.
- 20:30 – 22:30 hrs. Cocktail de Bienvenida que ofrece la Delegación Mexicana a la Delegación Brasileña, en el "Lobby Bar" del Hotel Meliá Reforma.
- Pernocta

Jueves 26 de febrero

- 7:30 - 8:45 hrs. Desayuno Buffet en el Restaurant "Miró" del Hotel Meliá Reforma.
- 8:45 – 9:00 hrs. Abordar autobús.
- 9:00 – 9:20 hrs. Traslado de la Delegación Brasileña, del Hotel Meliá Reforma a la sede del Senado de la República. (Xicoténcatl N° 9).
- 9:00 – 9:30 hrs. Mesa de Registro abierta para los miembros de la Delegación Mexicana, con entrega de Gafetes y materiales para la Reunión Interparlamentaria.
- 9:20 – 9:30 hrs. Arribo de la Delegación Brasileña a la Sede del Senado y traslado al Patio Central de Xicoténcatl N° 9.
- 9:30 – 10:45 hrs. Ceremonia de Inauguración de la I Reunión Interparlamentaria México-Brasil. Patio central de Xicoténcatl N° 9

- Palabras de Bienvenida a cargo de la Senadora Cecilia Romero Castillo, Presidenta de la Delegación Mexicana.
 - Palabras del Presidente de la Delegación Brasileña, Senador José Sarney, sobre "Las Relaciones Parlamentarias México-Brasil".
 - Palabras de la Senadora Leticia Burgos Ochoa, Presidenta de la Comisión de Desarrollo Social, sobre "La importancia de los temas a abordar en la I Reunión Interparlamentaria México-Brasil".
 - Palabras del Presidente de la Comisión de Relaciones Exteriores y Defensa Nacional del Senado de Brasil, y/o de la Presidenta de la Comisión de Relaciones Exteriores y Defensa Nacional de la Cámara de los Diputados de Brasil.
 - Inauguración de la I Reunión Interparlamentaria México-Brasil, a cargo del Senador Enrique Jackson Ramírez, Presidente de la Mesa Directiva del Senado de la República.
- 10:45 – 11:15 hrs. Recorrido por la exposición "Grabado popular de Brasil" en la sede del Senado de la República de Xicoténcatl N° 9.
- 11:15 – 11:30 hrs. Toma de la fotografía oficial de la Reunión Interparlamentaria en la escalinata de entrada al Edificio de Xicoténcatl N° 9.
- 11:30 - 11:50 hrs. Traslado al Hotel Meliá Reforma.
- 12:00 - 14:00 hrs. Salón "Revolución 1" del Hotel Meliá Reforma. Tema 1: **"Mecanismos Regionales de Cooperación Económica y su Aportación a la Integración Latinoamericana"**
- 14:00 - 16:00 hrs. Comida en el "Lobby Bar" del Hotel Meliá Reforma. Presentación del panel informativo: **"El Tratado de Libre Comercio de América del Norte (TLCAN), la experiencia mexicana a diez años"**.
- 16:00 - 16:30 hrs. Receso.
- 16:30 – 18:30 hrs. Salón "Revolución 1" del Hotel Meliá Reforma. Tema 2: **"Mecanismos Institucionales para el Combate a la Pobreza e Impulso del Desarrollo Social"**.
- Receso.
- 20:00 – 20:30 hrs. Traslado a la sede del Senado de la República.
- 20:30 - 21:00 hrs. Cocktail en el Lobby de Planta Baja del Edificio de Xicoténcatl N° 9.
- 21:00 hrs. Cena en el Patio Central de Xicoténcatl N° 9.

- Regreso al Hotel y pernocta.

Viernes 27 de febrero

- 8:00 – 9:15 hrs. Desayuno Buffet en el Restaurant "Miró" del Hotel Meliá Reforma.
- 9:30 – 11:30 hrs. Salón "Revolución 1" del Hotel Meliá Reforma. Tema 3. **"Fortalecimiento del Sistema Democrático"**.
- 11:30 - 11:45 hrs. Receso.
- 11:45 – 13:30 hrs. Salón "Revolución 1" del Hotel Meliá Reforma. Tema 4: **"Sistema Federal y Coordinación"**
- Receso.
- 13: 45 – 15:45 hrs. Comida en el Lobby Bar del Hotel Meliá Reforma.
- 15:45 – 16:00 hrs. Receso.
- 16:00 – 17:30 hrs. Salón "Revolución 1" del Hotel Meliá Reforma. Tema 5: **"Asuntos Internacionales y Cooperación Parlamentaria"**
- Receso.

18:30 – 19:30 hrs. Salón "Revolución 1" del Hotel Meliá Reforma.

- o Presentación y firma de la Declaratoria.
- o Palabras de un representante de la Delegación Brasileña.
- o Palabras de un representante de la Delegación Mexicana.
- o Clausura de la I Reunión Interparlamentaria México-Brasil a cargo del -- Dip. Juan de Dios Castro Lozano, Presidente de la Mesa Directiva de la Cámara de Diputados.

- Noche libre.

Sábado 28 de febrero

- Desayuno Buffet en el Restaurant "Miró" del Hotel Meliá Reforma.
- Retorno de la Delegación Brasileña a su país.

REQUERIMENTO Nº 175 DE 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, autorização para desempenhar missão no exterior, por indicação do Governo da República da China em Taiwan, para visita oficial no período de 20 de fevereiro a 1 de março de 2004.

Na oportunidade, comunico a Vossa Excelência que em cumprimento ao disposto do artigo 39, inciso I do Regimento Interno, que me ausentarei do País no período de 20 de fevereiro a 01 de março do corrente ano, para o desempenho desta missão.

Sala das Sessões, 18 de fevereiro de 2004. –
Senador **Aelton Freitas**.

ESCRITÓRIO ECONÔMICO E CULTURAL DE TAIPEI
São Paulo - SP

17 de fevereiro de 2004.

Excelentíssimo Senador
AELTON FREITAS
Fax. 61 311-2746

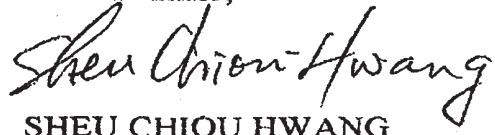
Programação Prevista para Visita a Taiwan

Na qualidade de diretor do Escritório de representação de Taiwan em São Paulo e em continuidade às tratativas em vista de sua visita a nosso País, vimos informar programação prevista, cujas datas e horários transmitiremos após confirmação de Taiwan:

1. Palácio do Museu
2. Parque Científico e Tecnológico de Hsinchu
3. Estaleiro, Porto e Administração Portuário de Kaohsiung
4. Zona Franca de Kaohsiung
5. Parque Nacional de Kenting
6. World Trade Center em Taipei
7. Chinese External Trade Center (Câmara de Comércio)
8. VISITA OFICIAL AO LEGISLATIVE YUAN (Poder Legislativo de Taiwan)

Colocando-nos à disposição para sanar quaisquer dúvidas, despedimo-nos

Cordialmente,



SHEU CHIOU HWANG
Diretor

ESCRITÓRIO ECONÔMICO E CULTURAL DE TAIPEI
São Paulo - SP

12 de fevereiro de 2004

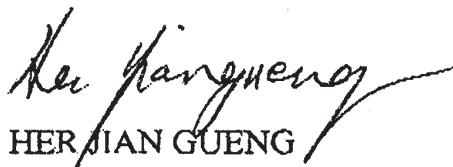
Ao Exmo. Senador
AELTON FREITAS

Prezado senhor,

Tenho a honra e a grata satisfação de, em nome do Governo da República da China em Taiwan, formalizar convite a Vossa Excelência para visitar Taiwan no período de 23 de fevereiro a 01 de março de 2004.

Aproveitamos a oportunidade para renovar meus protestos da mais elevada estima e distinta consideração.

Cordiais saudações,


HER JIAN GUENG
Diretor Superintendente

REQUERIMENTO Nº 176, DE 2004

Senhor Presidente,

Tendo sido designado por Vossa Excelência para representar o Senado na I Reunião Interparlamentar – Grupo Amizade Brasil México, a realizar-se no período de 25 a 29 do corrente, venho solicitar,

nos termos do inciso II, a, do Artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, seja concedida licença para desempenhar a referida missão, no período acima.

Sala das Sessões, 18 de fevereiro de 2004. –
Senador **Eduardo Azeredo**.

AINT003/2004

Brasília, 12 de Febrero de 2004

Excelentísima Señora
Senadora Cecilia Romero Castillo
Presidenta de la Comisión de Relaciones Exteriores
América Latina y el Caribe
Senado de la República de los Estados Unidos Mexicanos

*Excelentísima Señora
Senadora Cecilia Romero Castillo*

Mucho le agradezco su correspondencia de 03 de Febrero por la cual me invita para participar de la delegación brasileña que visitará México para la I Reunión Interparlamentaria México-Brasil. Por más grande que sea mi deseo de volver a ese País, que tanto admiro, y de participar del intercambio de ideas y visiones entre representantes de nuestros dos Congresos, estoy, por recomendación médica, impedido de viajar, razón que me lleva a disculparme por no poder comparecer.

El Senado Brasileño estará muy bien representado por los senadores Eduardo Suplicy, Presidente de la Comisión de Relaciones Exteriores y Defensa Nacional y que Usted tan bien conoce, Eduardo Azeredo, Rodolpho Tourinho, João Alberto y Jefferson Pérez. El Presidente João Paulo Cunha está finalizando la designación de los cinco miembros de la Cámara de Diputados que complementarán la delegación de Brasil.

Estoy seguro de que ese primer encuentro, que ocurrirá en momento tan auspicioso de nuestras relaciones, tendrá frutos muy positivos y en mucho contribuirá para profundizar los históricos lazos que nos unen.

Con mis más cordiales saludos,

José Sarney
José Sarney
Presidente del Senado Federal

Brasília, 18 de fevereiro de 2004.

- **PROCESSO N° 002065/04-5.**
- **ORIGEM:** Gabinete do Senador João Alberto Souza.
- **ASSUNTO:** informa, de ordem do Exmº Sr. Senador João Alberto Souza, que S. Exª participará, em missão oficial da delegação da Comissão de Relações Exteriores, da *I Reunião Interparlamentar*, na Cidade do México, solicitando, para tanto, emissão de passagens e diárias correspondentes.

A Sua Senhoria o Senhor
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

Restituo o presente processo a V. Sª, para conhecimento e adoção das providências pertinentes ao atendimento, fazendo anexar cópia do documento AINT003/2004, expedido pelo Exmº Sr. Presidente do Senado, Senador José Sarney a Exmª Srª Senadora da República dos Estados Unidos do México, Cecilia Romero Castillo, no qual S. Exª designa para representar esta Casa Legislativa na *I Reunião Interparlamentar México-Brasil* os Exmºs Srs. Senadores Eduardo Suplicy, Eduardo Azeredo, Rodolpho Tourinho, João Alberto Souza e Jefferson Peres, com a partida prevista para o dia 25 e retorno para 28 de fevereiro do ano em curso.

Marlyra Lyra Nascimento
MARTHA LYRA NASCIMENTO
Chefe de Gabinete

COMISION DE RELACIONES EXTERIORES
AMÉRICA LATINA Y EL CARIBESEN. CECILIA ROMERO CASTILLO
PRESIDENTA

México, D.F. 3 de febrero de 2004

000231/04

Sen. José Sarney
Presidente del Senado Federal de Brasil
Brasilia, Brasil

En atención a las comunicaciones sostenidas tanto con el Senador Eduardo Suplicy, como con la Diputada Zulaiê Cobra, relativas a la imposibilidad de poder celebrar la I Reunión Interparlamentaria México-Brasil, en las fechas previamente convenidas, debido a su coincidencia con el Periodo Extraordinario al que se ha citado al Congreso brasileño, hemos acordado posponer el encuentro en dos semanas.

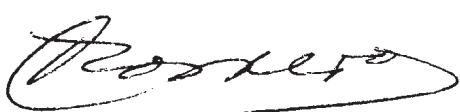
En virtud de lo anterior, los esperamos en la Ciudad de México, los días que van del 25 al 27 de febrero, en que trabajaremos conforme al Programa que anexo.

Para los legisladores mexicanos, sabedores de su conocimiento y aprecio por México, será motivo de un gran honor el que usted asista.

Quedo a la espera de saber de su confirmación, así como los nombres de los integrantes de la Delegación del Congreso Brasileño.

Con mis mejores saludos.

A t e n t a m e n t e



c.c.p. **Sen. Eduardo Suplicy**- Presidente de la Comisión de Relaciones Exteriores y de Defensa Nacional
Senado Federal de Brasil- Brasilia, Brasil.
Dip. Zulaiê Cobra Ribeiro – Presidenta de la Comisión de Relaciones Exteriores y de Defensa Nacional
Cámara de Diputados de Brasil- Brasilia, Brasil.
Emb. Cecilia Soto González- Embajada de México en Brasilia, Brasil.
Emb. Luiz Augusto S.B. De Araujo Castro- Embajada de Brasil en México- Presente.

I Reunión Interparlamentaria México-Brasil

25 al 27 de febrero de 2004, Ciudad de México

Programa

Miércoles 25 de febrero

- 17:30 hrs. Arribo y recepción de la Delegación Brasileña en el Aeropuerto "Benito Juárez" de la Ciudad de México.
- 18:30 – 19:00 hrs. Traslado al Hotel Meliá Reforma.
- 19:00 – 19:30 hrs. Registro y asignación de habitaciones en el Hotel Meliá Reforma. Registro en mesa de hospitalidad con entrega de gafetes y materiales para los miembros de la Delegación Brasileña.
- 20:30 – 22:30 hrs. Cocktail de Bienvenida que ofrece la Delegación Mexicana a la Delegación Brasileña, en el "Lobby Bar" del Hotel Meliá Reforma.
- Pernocta

Jueves 26 de febrero

- 7:30 - 8:45 hrs. Desayuno Buffet en el Restaurant "Miró" del Hotel Meliá Reforma.
- 8:45 – 9:00 hrs. Abordar autobús.
- 9:00 – 9:20 hrs. Traslado de la Delegación Brasileña, del Hotel Meliá Reforma a la sede del Senado de la República. (Xicoténcatl N° 9).
- 9:00 – 9:30 hrs. Mesa de Registro abierta para los miembros de la Delegación Mexicana, con entrega de Gafetes y materiales para la Reunión Interparlamentaria.
- 9:20 – 9:30 hrs. Arribo de la Delegación Brasileña a la Sede del Senado y traslado al Patio Central de Xicoténcatl N° 9.
- 9:30 – 10:45 hrs. Ceremonia de Inauguración de la I Reunión Interparlamentaria México-Brasil. Patio central de Xicoténcatl N° 9

- Palabras de Bienvenida a cargo de la Senadora Cecilia Romero Castillo, Presidenta de la Delegación Mexicana.
 - Palabras del Presidente de la Delegación Brasileña, Senador José Sarney, sobre "Las Relaciones Parlamentarias México-Brasil".
 - Palabras de la Senadora Leticia Burgos Ochoa, Presidenta de la Comisión de Desarrollo Social, sobre "La importancia de los temas a abordar en la I Reunión Interparlamentaria México-Brasil".
 - Palabras del Presidente de la Comisión de Relaciones Exteriores y Defensa Nacional del Senado de Brasil, y/o de la Presidenta de la Comisión de Relaciones Exteriores y Defensa Nacional de la Cámara de los Diputados de Brasil.
 - Inauguración de la I Reunión Interparlamentaria México-Brasil, a cargo del Senador Enrique Jackson Ramírez, Presidente de la Mesa Directiva del Senado de la República.
- 10:45 – 11:15 hrs. Recorrido por la exposición "Grabado popular de Brasil" en la sede del Senado de la República de Xicoténcatl N° 9.
- 11:15 – 11:30 hrs. Toma de la fotografía oficial de la Reunión Interparlamentaria en la escalinata de entrada al Edificio de Xicoténcatl N° 9.
- 11:30 - 11:50 hrs. Traslado al Hotel Meliá Reforma.
- 12:00 - 14:00 hrs. Salón "Revolución 1" del Hotel Meliá Reforma. Tema 1: **"Mecanismos Regionales de Cooperación Económica y su Aportación a la Integración Latinoamericana"**
- 14:00 - 16:00 hrs. Comida en el "Lobby Bar" del Hotel Meliá Reforma. Presentación del panel informativo: **"El Tratado de Libre Comercio de América del Norte (TLCAN), la experiencia mexicana a diez años"**.
- 16:00 - 16:30 hrs. Receso.
- 16:30 – 18:30 hrs. Salón "Revolución 1" del Hotel Meliá Reforma. Tema 2: **"Mecanismos Institucionales para el Combate a la Pobreza e Impulso del Desarrollo Social"**.
- Receso.
- 20:00 – 20:30 hrs. Traslado a la sede del Senado de la República.
- 20:30 - 21:00 hrs. Cocktail en el Lobby de Planta Baja del Edif. Xicoténcatl N° 9.
- 21:00 hrs. Cena en el Patio Central de Xicoténcatl N° 9.

- Regreso al Hotel y pernocta.

Viernes 27 de febrero

- 8:00 – 9:15 hrs. Desayuno Buffet en el Restaurant "Miró" del Hotel Meliá Reforma.
- 9:30 – 11:30 hrs. Salón "Revolución 1" del Hotel Meliá Reforma. Tema 3. **"Fortalecimiento del Sistema Democrático"**.
- 11:30 - 11:45 hrs. Receso.
- 11:45 – 13:30 hrs. Salón "Revolución 1" del Hotel Meliá Reforma. Tema 4: **"Sistema Federal y Coordinación"**
- Receso.
- 13: 45 – 15:45 hrs. Comida en el Lobby Bar del Hotel Meliá Reforma.
- 15:45 – 16:00 hrs. Receso.
- 16:00 – 17:30 hrs. Salón "Revolución 1" del Hotel Meliá Reforma. Tema 5: **"Asuntos Internacionales y Cooperación Parlamentaria"**
- Receso.

18:30 – 19:30 hrs. Salón "Revolución 1" del Hotel Meliá Reforma.

- o Presentación y firma de la Declaratoria.
- o Palabras de un representante de la Delegación Brasileña.
- o Palabras de un representante de la Delegación Mexicana.
- o Clausura de la I Reunión Interparlamentaria México-Brasil a cargo del
- - Dip. Juan de Dios Castro Lozano, Presidente de la Mesa Directiva
de la Cámara de Diputados.

- Noche libre.

Sábado 28 de febrero

- Desayuno Buffet en el Restaurant "Miró" del Hotel Meliá Reforma.
- Retorno de la Delegación Brasileña a su país.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – Os requerimentos lidos serão votados oportunamente.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 177, DE 2004

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, ouvido o Plenário, os votos de congratulações à MGS – Minas Gerais Administração e Serviços S/A pelo transcurso do quinquagésimo ano de sua fundação, ocorrida, no dia dezoito de janeiro de 1954.

Justificação

O dia 18 de janeiro próximo passado assinalou as comemorações alusivas ao 50º ano de fundação da MGS – Minas Gerais Administração e Serviços S/A, na cidade do Rio de Janeiro, inicialmente como Companhia Federal de Imóveis e Construções. Acompanhando a evolução da economia e as necessidades do Estado de Minas Gerais incluiu a prestação de serviços nas suas atividades, adotando a partir de 1992 a denominação de MGS – Minas Gerais Administração e Serviços S/A, controlada pelo Banco Credireal, este pelo Estado de Minas Gerais. Hoje está vinculada à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, atendendo a 42 órgãos públicos, contando com 5.766 empregados.

O objetivo social da empresa se concentra no fornecimento de serviços auxiliares especializados e em uma política de valorização de seus Recursos Humanos na busca de melhor qualidade dos serviços prestados ao Estado de Minas Gerais, suas fundações e autarquias. Seus empregados hoje recebem cursos de capacitação e aperfeiçoamento em algumas áreas, treinamento interno, alfabetização e complementação dos estudos básicos do 1º grau.

Em 1º de setembro de 2000, foi firmado o acordo com o Ministério Público do Trabalho, que condiciona a MGS a contratar seus empregados mediante concurso público e em novembro de 2003 foi realizado o primeiro concurso público da MGS, já homologado sendo aprovados 41.915 candidatos para comporem a reserva técnica empregados da Empresa.

Em pesquisa recente a empresa foi avaliada por seus clientes e o Grau de Satisfação Médio situou-se no nível de Muito Satisfeito.

A razão da homenagem está em valorizar aquelas iniciativas que ao longo dos anos vem se provando como as melhores práticas para tornar o Estado Brasileiro um organismo vivo, operoso e eficaz na

promoção do bem estar social e do desenvolvimento econômico, onde se enquadra a MGS.

Sala das Sessões, 18 de fevereiro de 2004. – Senador **Eduardo Azeredo**.

REQUERIMENTO Nº 178, DE 2004

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, voto de congratulações, à Senhora Vanessa Verdolim Hudson Andrade e aos senhores José Luciano Gouvea Rios e Edilson Olímpio Fernandes, por sua posse como Desembargadora e Desembargadores do TJMG – Tribunal de Justiça de Minas Gerais, perante o Desembargador Márcio Antônio Abreu Corrêa de Marins, Presidente do Tribunal, desejando a ela e a eles pleno sucesso nas novas funções e desafios.

Justificação

A homenagem que ora formulou justifica-se pela promoção de uma Juíza e dois Juízes do Tribunal de Alçada, todos com notável folha de serviços prestados à Justiça, e pela importância da renovação que se apresenta no Poder Judiciário do meu Estado, parcela fundamental no aprimoramento da democracia no nosso País, fazendo cumprir a lei.

Sala das Sessões, 18 de fevereiro de 2004. – Senador **Eduardo Azeredo**.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – A Presidência encaminhará os votos de congratulações solicitados.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 179, DE 2004

Requeiro, nos termos do § 2º, do art. 50 da Constituição Federal de 1988, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas, pela Exma. Ministra de Minas e Energia, Sra. Dilma Rousseff, as seguintes informações:

1. A Petrobrás já executou ou executa alguma atividade que vise a descoberta de petróleo ou outros combustíveis fósseis no subsolo do Estado de Roraima?
2. Pelos estudos e atividades já realizadas pela Petrobrás é possível dizer que existe petróleo em Roraima?
3. Se existem estudos e atividades da Petrobrás, que acabaram por constatar a existência de Petróleo ou outro combustível fóssil no subsolo do Estado, por que a Esta-

tal não passou à atividade de extração e beneficiamento dos mesmos?

4. Se não existe ou existiu qualquer estudo, **in loco**, visando a descoberta de fontes de petróleo no Estado de Roraima, é possível afirmar que esta existência é possível, procedendo-se a uma mera análise dos dados geológicos disponíveis da região?

Além das devidas respostas às questões acima suscitadas, gostaria que me fosse enviado todos os estudos, relatórios, notas técnicas ou qualquer outro documento demonstrativo das atividades de pesquisa e/ou exploração de petróleo ou outros combustíveis fósseis no Estado de Roraima realizados ou em vias de realização pela Petrobrás.

Sala das Sessões, 18 de fevereiro de 2004. – Senador **Augusto Botelho**.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 180, DE 2004

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam encaminhadas pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda as informações e documentos abaixo discriminados, todos relativos ao processo de intervenção efetuado pelo Banco Central do Brasil no Banco Pontual, que se encontrava aberto em 15 de maio de 1998:

a) Quais os motivos que justificaram a não-liquidação daquela instituição financeira após cinco meses de intervenção? Solicitamos enviar cópia integral do processo e do relatório da comissão de inquérito;

b) Quais os nomes e as qualificações do interventor e do presidente da comissão de inquérito?

c) Qual o débito total, em 15 de maio de 1998 e na data da intervenção, junto ao Banco Pontual e suas coligadas, da Construtora Brasil, da qual era acionista e/ou diretora a Sra. Cristina Franco, esposa do então presidente do Banco Central? Havia outros débitos, pessoais ou empresariais, da

referida pessoa nas mesmas datas? Caso afirmativo, solicitamos informar suas origens e seus respectivos montantes;

d) Qual o número total de sociedades de arredamento mercantil atuantes no Brasil em 31 de dezembro dos anos de 1997, 1999 e 2001, e quantas desse total eram ligadas a bancos?

e) Em relação à Sra. Tereza Cristina Grossi Togni, ao Sr. Sidnei Correa Marques e à Sra. Suzana Alves, as referidas pessoas são ou foram servidores do Banco Central do Brasil? Caso afirmativo, solicitamos informar qual sua atual situação funcional e que cargos exercem ou exerceram na instituição e em outros órgãos nacionais ou internacionais por indicação do Governo Federal?

f) Quantos servidores aposentados do Banco Central trabalhavam em liquidações extrajudiciais de instituições financeiras em 31 de dezembro dos anos de 1997, 1999 e 2001?

Sala das Sessões, 18 de fevereiro de 2004. – Senador **Demóstenes Torres**.

(À *Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania*)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – O requerimento lido vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos do art. 9º do Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – Concedo a palavra, por até 20 minutos, ao Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, como não tive oportunidade, no horário reservado para as homenagens ao **Jornal do Brasil**, de solicitar que algum dos oradores que falaram pela efeméride pudesse receber minha palavra de solidariedade, faço-o agora por ocasião do reinício dos trabalhos, quando ainda, felizmente, encontram-se nesta Casa os responsáveis pelo **Jornal do Brasil**.

Sou leitor do **Jornal do Brasil** desde os tempos de estudante. Vejo com alegria e satisfação a figura de quem dá continuidade ao grande trabalho que registra a História do Brasil e que marca a defesa dos postulados democráticos do País. Sei que aqueles que me antecederam o fizeram melhor do que eu, mas quero dar o humilde testemunho de um estudan-

te que, nos bancos acadêmicos, não perdia a oportunidade de ler as páginas do **Jornal do Brasil**.

Portanto, a todos que dirigem esse órgão, aos que têm a responsabilidade com o trabalho, aos que meus olhos fitam neste momento e aos colaboradores do referido jornal, a homenagem do meu Estado, Mato Grosso Sul. Esse jornal chega a todo o Brasil para honra e glória de todos nós.

Sr^a Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, por que estou nesta tribuna agora? Estou aqui porque tenho esperança no desenvolvimento do Brasil. Podem acreditar nisso.

Hoje, o Copom vai se reunir. Não sei o que acontecerá com a taxa de juros, que, segundo alguns economistas, dizem ser importante instrumento para a promoção do desenvolvimento do País. Muitos afirmam – e é verdade – que, neste País, se pratica a taxa de juros mais elevada do mundo. Esperamos que um dia percamos esse título e que o Brasil possa realmente se desenvolver economicamente. E, quando digo “desenvolver economicamente”, também me refiro ao desenvolvimento econômico e social, porque uma coisa está unida à outra, redundando em benefícios para a sociedade brasileira.

Não tenho muita esperança de que isso aconteça, mas quero dizer que não vou deixar de lutar, não vou deixar de participar, pois esta é a razão de ser da nossa vida pública: estarmos aqui sempre atentos para buscar o melhor para o povo brasileiro.

Porém, tomei conhecimento, nos jornais de hoje, de que o relatório apresentado pelo Senador Roberto Saturnino ao Plano Plurianual, o famoso PPA, não foi aprovado. O que queria o Senador Roberto Saturnino? S. Ex^a queria diminuir o que se gasta com a taxa de juros neste País. Mas a sua proposta, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, foi derrotada.

Sr^a Presidente, o que é o Plano Plurianual? É um documento que resume uma visão estratégica sobre os grandes problemas do País, constituída em uma interação entre o Governo e a sociedade organizada. Eu diria que é o espelho do que se pretende para os três próximos anos. É o espelho do que se pretende até o ano de 2007.

O que quis a Constituição de 1988 ao prever o Plano Plurianual? O que quiseram os constituintes? A nossa Carta Magna marca que o Plano Plurianual tem por objetivo garantir um instrumento de planejamento estratégico de longo prazo – e é isso o que o PPA é –, a fim de permitir o desenvolvimento econômico sustentado do País. Não existe – todos sabemos – de-

senvolvimento sustentado sem políticas de investimentos públicos, o que faz com que o Plano Plurianual tenha, na definição dos recursos a serem investidos, o seu principal elemento a ser definido.

O Plano Plurianual, como peça de planejamento do Governo, deve conter informações que indiquem de onde se irá partir e aonde se quer chegar. Deve trazer números que permitam o diagnóstico da situação atual, o chamado valor de referência, e a visualização da situação futura, ou seja, o valor em 2007. É nesse sentido que o projeto do Plano Plurianual de 2004/2007, da mesma forma que o Plano ainda vigente, traz indicadores associados aos programas, no intuito de mostrar um quadro da situação a ser enfrentada e o resultado esperado após quatro anos.

O PPA tem dimensões e objetivos; eu diria que tem megaobjetivos. Tem como objetivos, por exemplo, a inclusão social, a redução das desigualdades sociais, aliados a desafios que podem ser resumidos em ações como o combate à fome, a transferência direta de renda, o acesso à segurança social, à educação e aos bens de consumo de massa, a implementação da reforma humana, a proteção das crianças e dos adolescentes, a redução das desigualdades de raça e de gênero e a inclusão digital. Ele tem por objetivo promover o crescimento do País, para que haja geração de emprego e de renda num ambiente sustentável e a consequente redução das desigualdades regionais. Portanto, Sr^a Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, ele tem por objetivo também a promoção e a expansão da cidadania, o fortalecimento da democracia, a garantia dos direitos humanos, a integridade dos povos indígenas, a valorização da diversidade das expressões culturais do País, a segurança pública, a integridade e a soberania nacionais.

Em suma, o Plano Plurianual deve conter um plano estratégico. Ele direciona, procura mostrar o que o País vai ser até 2007, o que se pretende para o País nesses próximos anos. É este o objetivo do Plano Plurianual: traçar um rumo, uma diretriz. Por isso, recebi perplexo informação referente ao relatório do Senador Roberto Saturnino, Parlamentar cônscio de suas responsabilidades, que quis melhorar o Plano Plurianual enviado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, em data de 31 de agosto de 2003. O Senador Roberto Saturnino quis melhorar o Plano Plurianual para que realmente caminhasse na direção do crescimento econômico. Portanto, propôs que o Brasil pagasse menos juros e adotasse um superávit primário um pouco menor. Em seu relatório, objetivou adotar novas metas do superávit primário no período de 2005 a 2007. Não concordou com a

taxa do superávit primário de 4,25% para 2004; de 3,75% para 2005, e assim por diante. S. Ex^a propôs adotar uma redução desse superávit primário. Em outras palavras, que se investisse mais no setor público.

O setor público é importante, pois investe em infra-estrutura, como a conservação das nossas estradas. Também deve investir no setor habitacional e social, ou seja, tanto na educação quanto na saúde. Isso é de fundamental importância.

Esse relatório não foi aprovado. Caberá ao Senador Sibá Machado elaborar novo relatório, sustentando a peça do Governo. O que significa sustentar a peça do Governo? Significa dizer que, sem dúvida nenhuma, até o ano 2007, marcharemos com um superávit anual de 4,25%, por insistência da equipe econômica. Em outras palavras, Sr^a Presidente, o atual Governo reservará R\$70 bilhões anuais para o pagamento dos juros, portanto, acima do que lhe devolvem sob a forma de compra de bens e serviços. Isso nos desanima, tira a nossa esperança. Se até 2007 insistirmos no superávit primário de 4,25%, pagando juros de cerca de R\$70 bilhões anuais, como teremos recursos para as obras de infra-estrutura? Essa é a grande indagação.

O Senador Roberto Saturnino nem sabe que ocupo a tribuna nesta tarde, não tenho procuração para falar em seu nome, mas quero louvar o trabalho de S. Ex^a. O relatório derrotado propunha, modestamente, que a meta do superávit primário caísse para 3,75% do PIB em 2005, fosse para 3,5% em 2006 e 3,25% em 2007. Não foi aprovada uma redução de 4,25% para 3,75%. Como é que a Nação acreditará em investimento público. O meu Estado, o Mato Grosso do Sul, e as outras Unidades da Federação acreditarão em aplicação de recursos em infra-estrutura? Alie-se a tudo isso o corte orçamentário recentemente anunciado.

Sr^a Presidente, venho fazer este apelo. O Senador Sibá Machado não poderá fugir, porque S. Ex^a relatará o vencido! O relatório do Senador Saturnino foi vencido. Então, é necessário que se sustente o ponto de vista da maioria, que já decretou a necessidade de uma taxa de superávit primário de 4,25% até 2007. Crescer como?

Penso que é uma questão de ponto de vista, Sr^s e Srs. Senadores. Sou dos que entendem que dívida se paga com o estímulo da produção. Se tenho uma dívida, não adianta apenas cortar gastos, pois preciso investir e produzir. Essa é a cabeça dos que pensam no progresso e no desenvolvimento. Se eu devo, tenho de pagar minha dívida. Terei de fazer força para obter melhor produção e, consequentemente, mais renda para pagar. Para que isso ocorra, é preci-

so aplicar em infra-estrutura, no que realmente gera lucro. Ora, deixaremos as estradas esburacadas, por exemplo? Deixaremos de construir habitação popular? Até quando? Como estimularemos a geração de emprego e de trabalho se não investirmos na produção? Repito que dívida se paga com produção. Mas estamos caindo na velha fórmula: em vez de mirarmos o futuro e sonharmos em produzir, usamos a ótica inversa da redução do consumo. Creio que o gastar menos aplica-se ao supérfluo, não a matérias essenciais como a pavimentação asfáltica para melhoria de nossas estradas, a saúde e a educação. Isso não é economia, mas prejuízo para o povo e para o País, o que nos leva ao desânimo e à descrença.

A meu ver, é preciso que haja a mudança de mentalidade e que se acene um pouco mais para o crescimento do Brasil. Que se ouse, para que haja o aumento de produção em uma economia que me permitam falar está praticamente estagnada.

Sr^a Presidente, permita-me dizer que há uma visível contradição entre o discurso que prega a retomada do crescimento econômico e a realidade, ou seja, a necessidade de se criarem condições infra-estruturais para que isso possa acontecer realmente. Filio-me à idéia de que somente a retomada do investimento público poderá permitir que o Brasil saia da recessão e realize políticas públicas ativas que visem à inclusão social e à melhoria dos serviços públicos.

Por essa razão, entendo que a proposta de redução gradual da meta de superávit primário seria etapa essencial no estabelecimento de uma política consistente para o desenvolvimento do Brasil. Infelizmente, tal proposição foi fulminada na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Concedo o aparte ao Senador Flávio Arns.

O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT – PR) – Quero me associar às palavras de V. Ex^a e dizer que todo o Brasil se preocupa com essa redução da meta de superávit primário, com a retomada do desenvolvimento, com a educação, a saúde, o sistema viário. O Brasil precisa desses recursos. O Poder Público ainda é um grande investidor em termos nacionais. Basta observar o exemplo das estradas: gasta-se muito com gasolina, seguro, hospital – em virtude dos acidentes –, quando poderíamos, com R\$5 bilhões, recuperar toda a malha viária. As palavras de V. Ex^a nos fazem realmente pensar que esse debate tem que continuar, aqui no Senado, no Congresso, com a sociedade, com os empresários, porque é fundamental o Brasil retomar o desenvolvimento para ter recursos e gerar emprego. Esse é o grande desafio. E esses bilhões que, na verdade, são destinados para o superávit primário fazem muita

falta ao País. Então, associo-me à preocupação de V. Ex^a. Espero que a matéria seja debatida na Comissão de Assuntos Econômicos e também na Comissão que analisa o Plano Plurianual. Faço um apelo ao Senador Sibá Machado, que está substituindo o Relator, Senador Roberto Saturnino – cujo relatório foi rejeitado pela comissão –, ambos do meu Partido, para que o assunto seja repensado, discutido ainda mais, a fim de encontrarmos caminhos que realmente atendam aos anseios nacionais. Quero me associar a essas preocupações externadas por V. Ex^a.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Flávio Arns, V. Ex^a não imagina o quanto seu aparte me deixa contente, pois ajuda muito o meu modesto pronunciamento.

Não faço parte da Comissão Mista de Orçamento; presido modestamente a Comissão de Assuntos Econômicos, de que V. Ex^a é membro. Portanto, fiquei assustado e perplexo quando esse relatório foi derrubado na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, porque a redução prevista pelo Senador Roberto Saturnino para o superávit primário é muito modesta, é quase nada, digamos. Dessa forma, como vou acreditar no crescimento?

Observamos que 30% dos recursos orçamentários autorizados pelo Congresso Nacional, no ano passado, não foram aplicados. E grande parte se destinava à área social. Tenho verificado que a lógica econômica está prevalecendo sobre o desenvolvimento social, o que não pode acontecer. Temos que aplicar em infra-estrutura a fim de que haja desenvolvimento social. Se estamos apenas pagando juros, como faremos para pagar a conta, se precisamos produzir mais?

Confesso que defendo os interesses de meu Estado, Mato Grosso do Sul, com os olhos voltados para o País. O agronegócio está sustentando o Brasil. Portanto, meu Estado tem dado uma grande parcela de contribuição, mas não tem recebido a contrapartida, os investimentos públicos de que necessitamos, no setor de estradas de rodagem e em todos os setores da atividade econômica e social.

Sei que estou ultrapassando o limite de tempo. Agradeço a generosidade da Sr^a Presidente, Senadora Serys Slhessarenko, que também é do Centro-Oeste e tem essa mesma preocupação, porque a nossa Região está dando, sem dúvida, uma grande contribuição ao País.

A classe produtora está confiante. Estamos vendendo os nossos campos, antes destinados à pecuária, modificando-se, Senador Flávio Arns. Os produtores estão se voltando para a agricultura, porque o nego-

cio está vantajoso, e todos estamos animados. Esse setor cresce de forma vertiginosa nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. É espantoso ver isso. Entretanto, no setor industrial, realmente ainda estamos muito atrasados, por exemplo, em relação ao Estado do Paraná, aqui representado por V. Ex^a, Senador Flávio Arns.

É preciso haver produção no País para haver emprego. No entanto, nem sempre o aumento da produção resolve o problema. Sabemos que atualmente as nossas lavouras, os nossos campos estão mecanizados, mas não podemos ficar estagnados, cortando os recursos no Orçamento apenas para pagar os juros que devemos aos nossos credores. Positivamente, não considero essa a melhor forma.

O Copom se reúne hoje, e espero sinceramente um bom sinal para todos nós, embora esteja desanimado, Sr^a Presidente, Senadora Serys Slhessarenko, porque não acredito que haverá queda de juros, principalmente depois do acontecimento relativo ao Plano Plurianual. No entanto, como disse o Senador Flávio Arns, talvez ainda haja um jeito de melhorarmos essa situação.

Como vou viajar, pois teremos uns dias de descanso devido ao carnaval, quero, com a permissão de V. Ex^a, desejar que esses dias sejam efetivamente de descanso e que todos voltemos revigorados em nossas forças físicas e, mais importante ainda – pois está no nosso coração –, fortalecidos no nosso ideal de servir ao País.

Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr^a Presidente, peço a palavra como Líder do PSDB.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – Em seguida à leitura do Expediente, sua solicitação será atendida, Senador Arthur Virgílio.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo 1º Secretário em exercício, Senador Mão Santa.

É lido o seguinte

EME nº 30

Vitória (ES), 12 de fevereiro de 2004

A Sua Excelência o Senhor
José Sarney
Presidente do Congresso Nacional
Brasília – DF

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Dirijo-me ao amigo por entender que o Senado, como Casa representante dos Estados Federados,

tem um papel constitucional relevante na defesa dos interesses da Nação brasileira, podendo, neste momento específico, ajudar firmemente o povo capixaba.

No dia 4 de fevereiro último, o Conselho Administrativo de Desenvolvimento Econômico (Cade), cuja composição se faz mediante aprovação do Senado Federal tomou decisão radical acerca da compra da Chocolates Garoto pela Nestlé determinando a desconstituição do negócio fechado há cerca de dois anos.

A morosidade do processo decisório permitiu que se criasse uma situação de fato, com execução de investimentos e previsão de novos aportes na Garoto, uma empresa com mais de 70 anos e que soube passar pelo processo de abertura da economia nacional com desenvoltura e competência.

A decisão de desconstituir a compra da Garoto pela Nestlé e as condicionantes impostas pelo Cade para um possível novo comprador podem levar a empresa à bancarrota. A surpreendente posição do Cade põe em risco 12 mil empregos, dos quais três mil diretos e nove mil indiretos e vem causando uma verdadeira comoção em nosso Estado, principalmente no município de Vila Velha, que sedia a Garoto e tem a maior população do Espírito Santo.

Além de trazer riscos para o presente, a decisão já compromete o futuro da economia capixaba. A Nestlé anunciou o cancelamento de projetos de expansão de suas atividades no Estado. Seriam investidos US\$150 milhões em novas linhas de chocolate e uma fábrica de café solúvel, dentre outros, inclusive agregando valor a culturas tradicionais da nossa economia.

Mas não é só o Espírito Santo que soma prejuízos com essa situação. Buscando recuperar sua credibilidade internacional, para, dentre outros, atrair novos investimentos estrangeiros, o Brasil impõe sacrifícios à população, como o superávit primário que temos de produzir e a dura política monetária em andamento. No entanto, essa decisão alcança negativamente os esforços dos brasileiros constituindo uma nódoa de incerteza no processo de expansão dos negócios já em atividade no País e de abertura de novos empreendimentos.

Se considerarmos o mercado mundial de chocolate e mesmo o histórico dos posicionamentos do Cade, vamos observar que há um certo preciosismo na decisão relativa à venda da Garoto. Questões que afetam muito mais a economia popular, como no caso da fusão de cervejarias e de empresas de higiene e cosméticos foram decididas com outros critérios.

Há também de se registrar que, na mesma sessão em que determinou a desconstituição da venda da Garoto, o Cade decidiu pela maior concentração do setor de fertilizantes no Brasil. O Conselho aprovou, com restrições mais brandas do que as sugeridas pela Secretaria de Direito Econômico (SDE), do Ministério da Justiça, e pela Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE), do Ministério da Fazenda, o controle de oito das nove cadeiras, por parte da Bunge e da Cargill, do conselho de administração do consórcio Fertiplós.

Para evitar o desemprego e não comprometer o desenvolvimento socioeconômico do Estado – e também do Brasil –, os capixabas estão permanentemente mobilizados e tomando todas as medidas cabíveis para reverter a decisão sobre a Garoto. Uma das alternativas vislumbradas durante audiência da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, nessa quarta-feira – iniciativa pela qual saúdo Vossa Excelência e o presidente da Comissão, Senador Ramaz Tebet – é a edição de um Decreto Legislativo, com base no Artigo 49 da Constituição Federal, cancelando a decisão do Cade. Escrevo, em nome do povo do Espírito Santo e no interesse do Brasil, pedindo que o amigo estude com atenção e sensibilidade social a viabilidade de tal medida.

Desde a passagem pelo Senado, tenho defendido, nos marcos da estabilidade institucional, a reformulação do Cade. Não há prazos para emissão de decisões e, muitas vezes, permite-se a constituição de negócios, para depois julgá-los incompatíveis com as regras do mercado, estabelecendo-se um processo de avaliação de fusões e aquisições peculiar em todo mundo.

Outra razão para mudanças é tornar racional e eficaz a gestão dos interesses econômicos nacionais. Atualmente há múltiplas instituições que tratam do mesmo tema: além do Cade, há as supracitadas secretarias nos Ministérios da Fazenda e da Justiça.

O momento que estamos vivendo talvez seja a oportunidade de o Brasil – seu povo e suas instituições – tomar a firme decisão de reformular esse e outros Conselhos, contribuindo para que o País se torne uma terra de oportunidades e prosperidade para todos.

Contando com a liderança e articulação do amigo Presidente do Congresso Nacional na busca por desdobramentos positivos acerca desse processo que tanto aflige os capixabas,

Respeitosamente, – **Paulo César Hartung Gomes**, Governador do Estado do Espírito Santo.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Ithessarenko) – O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projeto de decreto legislativo que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mão Santa.

É lido o seguinte

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 318, DE 2004**

Susta os efeitos da decisão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE – que desconstituiu a aquisição da Chocolates Garoto S/A pela Nestlé Brasil Ltda., publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, página 25, do dia 16 de fevereiro de 2004

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São sustados os efeitos da decisão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE – que desconstituiu a aquisição da Chocolates Garoto S/A pela Nestlé Brasil Ltda., (Ato de Concentração nº08012.001697/2002-89), publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, página 25, do dia 16 de fevereiro de 2004, nos termos do inciso V do artigo 49 da Constituição Federal.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A sustação da recente e controvertida decisão do CADE publicada no **DOU** do dia 16 de fevereiro de 2004, se impõe, haja vista que extrapolou os limites constitucionais insculpidos no artigo 49, inciso V, da Lei Maior.

Como é de público conhecimento, o CADE, pelo voto da maioria de seus membros e com exceção do voto de seu ilustre presidente, Dr. João Grandino Rodas, determinou a desconstituição da aquisição da empresa Garoto pela Nestlé.

Vários pontos da decisão do Conselho mostram-se, no mínimo, inusitados. Em primeiro lugar insta ressaltar que a Nestlé adquiriu a Garoto em 2002 e, somente agora, passados quase dois anos o CADE profere sua decisão final.

Do voto do Relator, vale destacar o prazo exíguo para a venda dos ativos – 150 dias. Tal prazo é evidentemente incompatível com a complexidade do negócio entre ambas as companhias, que segundo informações colhidas demorou um ano para se concretizar.

Em face dos argumentos expostos e da forte repercussão social da decisão do CADE em especial no Estado do Espírito Santo, conclamamos nossos ilustres pares nesta Casa a aprovar o presente Projeto de Decreto Legislativo.

Sala das Sessões, 18 de Fevereiro de 2004. – Senador **Magno Malta**.

LEGISLAÇÃO CITADA

ATO DE CONCENTRAÇÃO Nº 08012.001697/2002-89

Requerentes: Nestlé Brasil Ltda., e Chocolates Garoto S/A

Advogados: Carlos Francisco de Magalhães, Tércio Sampaio Ferraz Júnior, Eduardo Caio da Silva, Fábio Nusdeo, Maria da Graça Britto Garcia e outros.

Relator: Conselheiro Thompson Almeida Andrade.

Ementa: Ato de Concentração. Aquisição da totalidade do capital social da Chocolates Garoto S/A pela Nestlé Brasil Ltda. Hipótese prevista no artigo 54, § 3º, da Lei nº 8.884/94. Concentração horizontal. Apresentação tempestiva. Acordo de Preservação de Reversibilidade de Operação – APRO. Denúncias de descumprimento do APRO. Ausência de comprovação de descumprimento do APRO. Aprovação dos relatórios definidos no APRO pela CAD/CADE. Produtos relevantes: balas e confeitos sem chocolate, achocolatados, cobertura de chocolate e chocolates sob todas as formas. Dimensão geográfica dos mercados relevantes: território nacional. Grau de concentração resultante: mercado de balas e confeitos sem chocolates:

2,7%; mercado de achocolatados: 61,2%; cobertura de chocolate: 88,5%; e chocolates sob todas as formas: 58,4%. Reduzidos danos à concorrência nos mercados de balas e confeitos e de achocolatados. Eliminação de um dos três grandes players dos mercados de coberturas de chocolates e chocolates sob todas as formas. Estudos quantitativos e simulações mostram que operação reduz rivalidade no mercado de chocolates sob todas as formas. Adequação do modelo price standard às condições definidas no § 1º do artigo 54 da Lei 8.884/94. Eficiências (reduções reais de custo) em torno de 12% dos custos variáveis de produção e de distribuição são necessárias para compensar dano e impedir aumentos de preço. Eficiências insuficientes para compensar dano à concorrência e garantir a não redução do bem estar do consumidor. Não aprovação da operação. Solução estrutural. Desconstituição do Ato.

Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, na conformidade dos votos e das notas eletrônicas, acordam o Presidente e os Conselheiros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, por maioria, determinar a desconstituição da operação, nos termos do voto do relator. Vencido o Presidente que a aprovava com restrições. Participaram do julgamento o Presidente João Grandino Rodas e os Conselheiros Thompson Almeida Andrade, Roberto Augusto Castellanos Pfeiffer, Fernando de Oliveira Marques, Cleveland Prates Teixeira, Luiz Alberto Esteves Scaloppe. Presente a Procuradora Geral Maria Paula Dallari Bucci.

Brasília, 4 de fevereiro de 2004 (data do julgamento – 312^a S.Q.). – **João Grandino Rodas**, Presidente do Conselho – **Thompson Almeida Andrade**, Conselheiro Relator.

(À Constituição de Constituição, Justiça e Cidadania)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – O projeto lido será publicado e remetido à Comissão competente.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mão Santa.

São lidos os seguintes

Ofício nº 8/LM/2004

Brasília, 17 de fevereiro de 2004

Exmo. Sr.
Senador José Sarney
DD. Presidente do Senado Federal
Brasília – DF

Senhor Presidente,

Tendo sido criada, pelo Requerimento nº 5, de 2003 – CN, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de apurar as responsabilidades sobre a evasão de divisas do Brasil, especificamente para os chamados paraísos fiscais, em razão de denúncias veiculadas pela imprensa, reveladas pela Operação Macuco, realizada pela Polícia Federal, a qual apurou a evasão de US\$30 bilhões efetuada entre 1996 e 2002 por meio das chamadas contas CC5, solicito providenciar a retirada do nobre Senador Demóstenes Torres da composição da referida Comissão.

Cordialmente, – Senador **Efraim Moraes**, Líder.

Ofício nº 9/LM/2004

Brasília, 17 de fevereiro de 2004.

Exmo. Sr.
Senador José Sarney
DD. Presidente do Senado Federal
Brasília – DF

Senhor Presidente,

Tendo sido criada, pelo Requerimento nº 12, de 2003 – CN, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de “apurar irregularidades cometidas por empresa de seguros, revendedores de automóveis, recuperadoras de veículos e oficinas de desmanche de automóveis, em relação aos veículos “salvados”, conforme denúncia do programa Fantástico da Rede Globo de Televisão”, solicito providenciar a retirada do nobre Senador Demóstenes Torres da composição da referida Comissão.

Cordialmente, – Senador **Efraim Moraes**, Líder.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – A Presidência comunica o desligamento do Senador **DEMÓSTENES TORRES** das Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito, em atendimento aos expedientes que acabam de ser lidos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Sr^a Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – Peço escusas ao Senador Arthur Virgílio, a quem concederei a palavra após o Senador Magno Malta, que já estava inscrito.

Concedo a palavra ao Senador Magno Malta, como Líder, por cinco minutos, para uma comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, II, a, do Regimento Interno.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, quero tratar de três assuntos.

O primeiro refere-se ao projeto decreto legislativo que será encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Tenho certeza de que os 51 Senadores que assinaram o requerimento de instalação de uma CPI para investigar o Cade, por conta da estranheza que nos causou a decisão tomada em relação ao nosso Estado, estarão ao nosso lado no momento da votação desse projeto na CCJ. Precisamos bloquear uma ação infeliz, nefasta, contra três mil empregos diretos e doze mil empregos indiretos de famílias no Estado do Espírito Santo, uma ação contra investimentos feitos num Estado que sofre há dois anos

as mazelas impostas pelo crime organizado e que agora tenta levantar-se, reerguer-se.

No momento em que a Garoto entrou em sofrimento, em angústia de morte, a Nestlé apresentou-se e comprou a empresa em processo de falência, recuperando-a, operação assistida pelo Cade por dois anos. Esse comportamento é diferente do observado em países civilizados, que investigam e fazem cálculos antes de permitir a compra. No Brasil, não, permite-se a compra e, depois, manda-se desfazer ou continuar o negócio. Também são utilizados dois pesos e duas medidas nas ações do Cade, como se comprovou nos casos da Kolynos-Palmolive, da AmBev e de outras empresas.

Por isso, esperamos e contamos com o socorro dos Senadores ao meu Estado, pois, num momento de necessidade dos seus Estados, poderão contar com este amigo, que estará a postos para defender interesses de Estados pobres principalmente que precisam de investimentos.

Em segundo lugar, Sr^a Presidente, já protocolei e estou colhendo assinaturas – sei que V. Ex^a vai assinar o requerimento, juntamente com os Senadores Suplicy e Papaléo, que já o fizeram – para a Frente Parlamentar Contra a Legalização dos Bingos no Brasil. Não podemos legalizar e institucionalizar a lavanderia de dinheiro do narcotráfico e do crime organizado. Não podemos cometer essa indignidade contra a Nação brasileira. O crime, quando cresce e se sobrepõe ao Estado de Direito, põe os pés na parede, dizendo o que quer, mostrando a sua força, surgindo como bom moço, alegando que emprega e faz uma série de coisas. Gera-se emprego de outra forma: no turismo, na indústria, na legalidade.

Parece que arrefecemos, que queremos mudar as leis, legalizar e institucionalizar. Há quem diga que o bingo vai continuar na clandestinidade, o que é pior. Ora, que melhoremos os instrumentos legislativos, que convoquemos uma nova assembléia constituinte e que instituamos prisão perpétua no País, com arresto de bens do narcotráfico e do crime organizado. Assim, daremos um basta na malandragem do Brasil.

Sr^a Presidente, em terceiro lugar, entendo que o objeto das denúncias ocorridas na semana passada que envolvem o Sr. Waldomiro Diniz é a contravenção brasileira. O Sr. Waldomiro Diniz entranhou-se nas vísceras da contravenção juntamente com o Sr. Cachoeira e com os irmãos contraventores que comandam parte do País, com seus caça-níqueis e bingos.

A CPI que proponho trata de uma investigação ampla. Com a CPI de bingos, vamos investigar o Sr.

Cachoeira e os “bingueiros” contraventores. O Sr. Waldomiro será ouvido nessa CPI.

Sr. Presidente, quero reprovar o que ouvi e vi ontem: os acintes desnecessários, as ofensas feitas ao PSDB e aos seus Líderes, que não têm relação com esse episódio, na minha visão. Essa não é uma briga de Partido. Na verdade, o fato determinante não é o recolhimento de dinheiro de campanha. O fato determinante é a contravenção. Não podemos ficar nessa Casa nos ofendendo mutuamente, digladiando-nos, fazendo ofensas desnecessárias, enquanto o crime cresce, avoluma-se e invade as vísceras do Estado. Perdemos tempo atingindo a honra de companheiros e de Partidos que nenhuma relação têm com a questão.

Faço essa observação em homenagem ao Senador Arthur Virgílio, grande Líder do PSDB, e ao Líder José Agripino, do PFL. Isso é contravenção, e temos que investigá-la.

Com todo respeito, Senador Antero Paes de Barros, meu companheiro, meu Líder na CPI do Banevestado, fiz esse requerimento e espero que ainda hoje consigamos as 27 assinaturas necessárias para a criação da CPI dos Bingos, a fim de ouvirmos quem de direito e, depois, possamos responder à sociedade brasileira.

Eu não estava aqui ontem, Senadores Arthur Virgílio e José Agripino, Líderes que cooperaram significativamente e de uma maneira definitiva com a Base do Governo quando da votação das reformas. Portanto, não estou autorizado, Senador Arthur Virgílio, mas, do alto da minha ousadia, peço desculpas a V. Ex^a pelo que ontem ouviu.

Precisamos nos juntar, mas para investigar a contravenção, o bingo no Brasil. Por isso, estou dando entrada nesse requerimento, que já conta com mais de 25 assinaturas. Espero atingir rapidamente 27, para que possamos investigar o fato determinado.

Obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Magno Malta, a Sra. Serys Shhessarenko, 2º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Flávio Arns.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Senador Efraim Moraes, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição como Líder, após o Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Passarei a palavra a V. Ex^a após ouvirmos o Senador Arthur Virgílio, como Líder do PSDB.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Sras. Senadores, agradeço as palavras sempre gentis e companheiras do Senador Magno Malta, que apresenta um requerimento para instauração de uma CPI de inegável mérito que conta com a minha assinatura e com a recomendação de que todos do PSDB aponham seus nomes na lista.

De fato, vejo, na iniciativa do Senador Magno Malta, mais uma tentativa de se passar a limpo um episódio que não deve ser visto, Senador Efraim Moraes, com a figura do ódio que ontem acometeu o Governo, mas, sim, como algo a ser esclarecido em defesa, em primeiro lugar, da Nação; em alguma instância, em defesa do próprio Governo, que, mostrando-se limpo para a opinião pública, transparente, haverá de encontrar credibilidade para recuperar o prestígio que, a olhos vistos, vem perdendo perante a Nação.

Ontem, de fato, foi infeliz a ação parlamentar do Governo nas duas Casas. Insultos para cá; piadinhas de baixo nível para acolá. E o que transparecia para a opinião pública era exatamente o medo de ver as investigações serem tocadas.

Volto, com a serenidade de ontem e, se Deus quiser, com a de amanhã, a dizer que assinaremos requerimentos de instauração de Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar atos do Governo passado, em qualquer época. Tragam os papéis que assinaremos. Não queremos fazer um pacto de **omertà**, aquele pacto de silêncio que é prática de quem lida com máfia, e não de quem trabalha a vida pública e a vida pessoal de maneira decente. Nada de “eu não mexo contigo que você não mexe comigo”. Nada! Se houver alguma coisa do Governo passado para apontar, apontem que aqui assinaremos. Se há algo do Governo passado a ser apontado e que não denunciam, passam a ser cúmplices – e o nome disso é prevaricação.

Nós aqui não negociamos silêncio. Portanto, vamos fazer, de maneira muito serena, a coleta das assinaturas para que seja implantada a CPI que investigará esse caso Waldomiro.

Já assinamos a proposta do Senador Magno Malta, que vem na mesma direção e, sem dúvida alguma, com a mesma intenção saneadora.

Sr. Presidente, trago algo grave para o conhecimento da Casa. O Senador Antero Paes de Barros tem sido perseguido por forças que, a meu ver, se abrigam nos porões deste Governo.

S. Ex^a cometeu o “crime” de, recebendo uma denúncia, encaminhá-la para o Ministério Público, até para não fazer o papel do prevaricador. E depois, constatando o teor, fez essa denúncia chegar à opinião pública pela sua palavra vigorosa e sempre correta.

O Senador Antero Paes de Barros acredita plamente que foi seguido por figuras ligadas aos porões deste Governo. Ao mesmo tempo, disseram – ou em **off**, ou em **on**, mas disseram – que vasculharam a vida de S. Ex^a no Mato Grosso. Chegaram a tentar estabelecer uma ilação entre o tal “Comendador” Arcanjo, que é uma espécie de Carlos Cachoeira do Mato Grosso, e políticos do meu Partido, com a intenção de atingir o Senador Antero Paes de Barros.

Falo aqui como Líder do PSDB e, sem dúvida alguma, pelo Senador Antero Paes de Barros. Podem investigar a vida de S. Ex^a à vontade, porque tudo que o Senador quer é que passemos este País a limpo. Eu, o PSDB e o Senador Antero Paes de Barros pensamos que quem não agüenta profunda investigação de sua vida não merece permanecer na vida pública brasileira, pertença a que Partido pertencer, pertença a Partido que nunca tentou passar-se por puro ou a Partidos que, durante anos, tentaram convencer que a pureza residia ali e para ela não haveria espaço em nenhum outro lugar.

O Senador Antero Paes de Barros está às ordens para as investigações, mas S. Ex^a deseja que tudo transcorra às claras. Não quer ser seguido à noite; não quer intransqüilidade para sua família; não quer desrespeito à sua liberdade de ir e vir; não quer, de forma alguma, que atitudes ilegais sejam praticadas por pessoas que talvez tenham um pé nessa coisa de Waldomiro, que talvez não tenham o devido respeito à vida humana.

Aqui chamo atenção para a segurança e para a vida do Senador Antero Paes de Barros, que – repito – está à disposição para qualquer investigação.

Falo agora na mesma linha que segui em meu pronunciamento de ontem. O Governo está perdido, desarticulado. O Governo está com seu quadro mais relevante ferido, com seu quadro talvez mais preparado politicamente machucado do ponto de vista político.

co, e não está sabendo sair do emaranhado em que se encontra.

O Governo diz que não quer a CPI, não por temer alguma coisa que dela possa resultar, mas alega que não quer paralisar a Nação. É uma resposta aceitável para uns, para outros, não. Quando o Governo diz que não deseja a CPI para que a economia brasileira não sofra e, ao mesmo tempo, diz que proporá outra, com 250 itens, para investigar quem quer que seja, está sendo hipócrita e – perdoe-me – não está sendo corajoso. Nesse momento, o Governo está jogando uma cortina de fumaça, tentando fazer com que quem tenha medo de ser investigado fuja da investigação para não ser atingido.

No meu Partido, ninguém teme nada disso. O Governo diz que não quer ser investigado e, assim, não nos investiga. Nós dizemos que investigaremos sempre que necessário e não temos medo de que pedra sobre pedra das nossas vidas sejam removidas, porque o nosso compromisso é com um país efetivamente ético, efetivamente limpo.

O Governo perde seu argumento. Então, alega que não quer desestabilizar a economia investigando o Waldomiro Diniz, mas aceita desestabilizar a economia brasileira investigando uma plêiade de 20, 30, 40 itens ou 9, ou quanto mais sejam.

Portanto, recomendo ao Governo que volte à serenidade, ao compromisso com respeito a esta Casa, que volte ao compromisso com respeito à Nação, que perceba que há uma Constituição sobre nós.

Aqui digo: a partir de hoje, responsabilizo o Governo do Presidente Lula por qualquer coisa que possa acontecer à integridade física e familiar do Senador Antero Paes de Barros. Mais ainda, o Governo não pode ficar seguindo quem quer que seja, porque a Constituição garante o direito de ir e vir a qualquer pessoa, muito mais ainda a um Senador, que tem imunidade para atuar no âmbito da sua função.

O Governo tem que dizer por que não quer e quais CPIs deseja, e aqui endossamos, assinamos. Repito, assinamos porque esse é o nosso dever.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Senador Arthur Virgílio, peço a V. Ex^a que conclua.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, já concluo.

Mas pedimos que entendam como um gesto muito simples, muito natural, de cumprimento do dever, um Senador ter tomado conhecimento de algo escabroso e ter denunciado à Nação. Teria sido uma prevaricação, uma falta de patriotismo não o fazer. Se o Governo raciocinar que tem um problema grave a

enfrentar e que, para resolvê-lo, é preciso competência política, seriedade, coragem, sinceridade, fará muito melhor do que eventualmente mandar seguir o Senador Antero Paes de Barros ou inventar desculpas para esconder a sua lamentável decisão de impedir, por qualquer meio, que se faça uma investigação profunda sobre o caso Waldomiro Diniz.

Não sei se posso conceder aparte.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Infelizmente, o tempo de V. Ex^a já está ultrapassado. Peço a V. Ex^a, então, que conclua o pronunciamento.

A Sr^a Heloísa Helena (Sem Partido – AL) – Não haverá aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, minha mensagem final é que o Governo perceba uma verdade política relacionada ao respeito pela coisa pública. Governar é, sem dúvida alguma, o exercício permanente de desgaste – o Governador Tasso Jereissati governou por três vezes e sabe disso. Assim, recomendo ao Governo que coloque a cabeça no lugar, pois ela não está no lugar. Daqui a pouco, começarei a duvidar se o Governo tem cabeça. Por enquanto, digo que a cabeça não está no lugar. Então, o Governo coloque a cabeça no lugar e perceba que não deve deixar estiolar o seu patrimônio de credibilidade, porque prestígio, é possível que alguém o perca; mas, quando se tem credibilidade, recupera-se o prestígio no momento em que as condições econômicas ou políticas forem favoráveis a essa recuperação. A credibilidade, quando vai, não volta. A credibilidade, quando se perde, é geralmente para sempre.

Se o Governo continuar de evasiva em evasiva, de escapismo em escapismo, acabará perdendo o compromisso com a democracia, o respeito pela pessoa humana e acabará fazendo com que ninguém mais o tema. Até porque, neste País, aprendemos a enfrentar os que querem ser temidos, aprendemos a respeitar os que querem ser respeitados. Eu cobro do Governo que ele volte a dar sinais de que pretende ser respeitado por nós.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

O SR. ALVARO DIAS (PSBD – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Pois não, Senador Alvaro Dias. V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (PSBD – PR) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Flávio Arns, justificarei ao final a indagação que farei à Mesa.

A Comissão Parlamentar de Inquérito é um instrumento precioso do Parlamento e não pode ser banalizado. A preciosidade desse instrumento está nos fatos conhecidos pela Nação: **impeachment** do Presidente Collor; a CPI da Comissão do Orçamento, que levou os “anões do Orçamento” à cassação de mandato; a CPI do Futebol, que ainda ontem possibilitou a decretação da prisão preventiva do ex-Deputado Eurico Miranda, além do que produziu de nova legislação, como o Estatuto do Torcedor.

O que se vê hoje é a tentativa de se apresentar verdadeira enxurrada de CPIs nesta Casa. Parece-me ser uma estratégia adotada pelo Governo para evitar que a CPI do Waldomiro Diniz signifique prejuízos à imagem do Governo, imagem essa maculada pelo escândalo anunciado até pela imprensa internacional, pelos grande jornais do mundo. Não tenho nenhuma dúvida de que esta é a estratégia do momento: apresentar CPIs, pacotes de CPIs...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Senador Alvaro Dias, peço a V. Ex^a que formule a pergunta.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, finalizarei para fazer a indagação.

A estratégia é apresentar pacotes de CPIs para retirar o foco da questão central deste momento: a corrupção no centro do Poder da República. Evidentemente, se desejarmos abraçar o mundo por meio da CPI, não chegaremos a lugar algum.

Como não tenho condições de saber, indago à Mesa quantas CPIs estão formalizadas e quantas ainda poderão regimentalmente ser formalizadas, uma vez que, sem dúvida, há uma corrida para atropelar a CPI do Waldomiro Diniz.

Sr. Presidente, gostaria de que essa informação fosse fornecida à Casa se possível neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Senador Alvaro Dias, respondendo à pergunta levantada por V. Ex^a, informo que, no Senado Federal, existe uma CPI em funcionamento para apurar responsabilidades relativas ao contrabando de sementes transgênicas de soja, bem como seu plantio ilegal realizado em todo o território nacional.

Também estou sendo informado de que há um requerimento, dependendo de leitura, para a instalação de outra CPI.

Comunico ainda a V. Ex^a que, no Senado Federal, não há número limitante para a instalação de CPIs.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Concederei a palavra a V. Ex^a, como Líder, depois de ouvir o Senador Efraim Moraes.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem para falar sobre o andamento dos trabalhos. Se V. Ex^a quiser conceder a palavra aos Líderes, esperarei.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Concedo a palavra a V. Ex^a, Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL) – Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, se eu tiver a oportunidade de falar no período das comunicações inadiáveis, como solicitei, por economia processual, esperarei. Discorrerei sobre a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito. Já conseguimos as 29 assinaturas necessárias; portanto, não caberá mais cinismo, dissimulação ou qualquer vigarice para impedir a instalação da CPI, assunto sobre o qual quero falar. Então, se eu estiver inscrita para falar nas comunicações inadiáveis, não falarei agora.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – V. Ex^a está inscrita, Senadora. E estão inscritos dois Líderes que falarão antes de V. Ex^a.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Concedo a palavra a V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e também da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, havia convocado para hoje, às 18h30min, uma reunião da Comissão Mista para analisar inúmeros requerimentos dos Senadores Antero Paes de Barros, Arthur Virgílio e dos Deputados Luiz Carlos Hauly e José Carlos Aleluia, referentes às atividades da Abin (Agência Brasileira de Inteligência). Em virtude da reunião de hoje da Comissão de Relações Exteriores, destinada a ouvirmos os Embaixadores Adhemar Bahadian e Macedo Soares sobre a Alca, adiamos a reunião da Comissão Mista para três de março, ocasião em que também trataremos do requerimento mencionado há pouco pelo Senador Antero Paes de Barros, na comunicação de Liderança do Senador Arthur Virgílio.

Quero apenas informar que o requerimento relativo à convocação do Ministro da Abin, pelo Sena-

dor Antero Paes de Barros, será considerado nessa reunião do dia três de março.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Agradeço a participação de V. Ex^a, apesar de não haver, propriamente, uma questão de ordem, mas uma comunicação ao plenário.

Concedo a palavra ao nobre Senador Efraim Moraes, Líder da Minoria, por cinco minutos, para comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, II, a.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, quais são os Líderes que estão inscritos?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Além de V. Ex^a, ouviremos o Líder João Capiberibe.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Houve um acordo entre mim e o Líder João Capiberibe, por uma questão de respeito à nossa Senadora Heloísa Helena, para que S. Ex^a fizesse uso da palavra. Posteriormente, nós o faremos.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, solicito a minha inscrição pela Liderança do PMDB. Gostaria de ter a oportunidade de falar ainda esta tarde.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – V. Ex^a está inscrito e falará depois do Senador João Capiberibe.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Passo a palavra, primeiramente, à Senadora Heloísa Helena por deferência dos Líderes Efraim Moraes e João Capiberibe, para uma comunicação inadiável, no prazo de cinco minutos, nos termos do art. 14, inciso VII, do Regimento Interno.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL) Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s. e Srs. Senadores, primeiro agradeço, de coração, a deferência dos Líderes. A eles eu dizia, há pouco, que às vezes não sou muito dama, mas me sinto lisonjeada, evidentemente, com a deferência que os Senadores Efraim de Moraes e João Capiberibe me fazem nesse momento.

Sr. Presidente, durante esses últimos dias, divulgou-se uma fita onde se apresentam não apenas suspeitas ou indícios relevantes de crimes contra a Administração Pública; o que se apresentou para a opinião pública estarrecida, identificado no noticiário, não foi uma suspeita ou indício relevante de crime contra a Administração Pública; foi uma prova de tráfico de influência, intermediação de interesse privado, exploração de prestígio por meio da estrutura das chamadas lavanderias do dinheiro sujo do narcotráfico. Sr. Presidente, houve uma polêmica nesta Casa

durante esses dias para ver se se conseguiam ou não as assinaturas. Alguns sugeriam uma CPI global sobre financiamento de campanha. Inacreditável, Sr. Presidente, que muitos que alardearam perante a opinião pública que estariam assinando requerimento para uma Comissão Parlamentar de Inquérito ampla, geral e irrestrita sobre financiamento de campanha correram do plenário, correram das assinaturas; não o fizeram. Assinei todas. Seja sobre o financiamento de campanha amplo, geral e irrestrito; seja a que foi conduzida de forma brilhante e corajosa pelo Senador Antero Paes de Barros; a que trata do caso específico do Sr. Waldomiro Diniz, ex-Assessor do Gabinete Civil da Presidência da República. E hoje o Senador Magno Malta trouxe um requerimento a esta Casa para a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito com o objetivo de investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado.

Sr. Presidente, Sr^{as}s. e Srs. Senadores, resolvi assinar esse requerimento. O Senador Antero Paes de Barros também o assinou, bem como os Senadores Efraim Moraes, Arthur Virgílio, Flávio Arns, Eduardo Suplicy e vários outros. Pode-se ver que, quando queremos dar agilidade, conseguimos. Já conseguimos 31 assinaturas. Espero que todos mantenham as assinaturas. Quando peço a assinatura de um homem ou de uma mulher, não aceito que depois o homem ou a mulher apresentem aqueles medíocres requerimentos à Mesa pedindo para retirarem suas respectivas assinaturas. Aqui, “o mais besta não anda, voa”. A idade mínima para concorrer ao Senado da República é de 35 anos; portanto, não temos inocentes aqui. Conseguimos as assinaturas e tenho a convicção de que, ninguém, sob pena de querer se desmoralizar, retirará sua assinatura. O requerimento apresentado pelo Senador Magno Malta é extremamente importante para identificar a lavagem de dinheiro. Sabemos, Sr. Presidente, que lavagem do dinheiro sujo do narcotráfico está no bingo, na maquininha caça-níquel e no jogo do bicho. Então, ninguém que tenha vergonha na cara vai poder chegar à instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito e dizer que o caso do Sr. Waldomiro não será o primeiro a ser investigado porque, se é o caso que está dominando o noticiário, se é o caso que esta Casa tem obrigação constitucional de começar a investigar, já estão coladas as assinaturas. Espero que os Líderes façam as respectivas indicações, e aí, depois da escola de samba, do frevo, da alegria do Carnaval, não teremos

mais nem o trabalho de buscar as assinaturas, porque elas já estão aqui. Sei o que estou falando, porque pedi a assinatura de homens e mulheres, e não de moleques, no feminino ou no masculino, que pudessem retirar as suas assinaturas. Quando ofereci ajuda ao Senador Magno Malta foi na certeza de que quem estava aqui apondo a assinatura o fazia com a responsabilidade de querer dar uma resposta ao País sobre a maldita estrutura suja de lavagem do dinheiro sujo do narcotráfico. Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Concedo a palavra, em seguida, ao nobre Senador Efraim Moraes, Líder da Minoria, por cinco minutos, para comunicação urgente de interesse partidário, também nos termos do art. 14, inciso II, alínea “a” do Regimento Interno.

Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, eu gostaria de parabenizar a Senadora Heloísa Helena pela agilidade com que conseguiu assinatura para a CPI dos Bingos, assunto que muito diz respeito ao Sr. Waldomiro Diniz, que foi da Loterj e entende muito bem de bingo. Vamos insistir na instalação da CPI do Waldomiro.

Ainda a respeito do escândalo das propinas protagonizado pelo ex-Assessor Parlamentar do Gabinete Civil da Presidência da República volto à tribuna.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, gostaria de endossar a sugestão feita hoje pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Maurício Corrêa, ao Ministro José Dirceu para que S. Ex^a se afaste das funções até que as todas as dúvidas e indagações, que não são poucas, se dissipem. Maurício Corrêa, hoje pela manhã, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a autoridade de quem foi Ministro da Justiça, no Governo do Presidente Itamar Franco, relembrou que, à época, o então Chefe da Casa Civil, Henrique Hargreaves, pediu afastamento – não foi afastado – a fim de que fossem apuradas denúncias contra a Casa Civil. O próprio PT foi um dos protagonistas das denúncias. Ele se afastou, as denúncias foram apuradas. Nada comprovado, o Ministro retornou. Todos nós nos lembramos que Henrique Hargreaves se licenciou da função, aguardou as investigações e, uma vez inocentado, reassumiu o cargo com autoridade moral e política redobradas. Em má situação ficaram seus detratores, a maioria deles, aliás, do PT.

É como se diz, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores: a mulher de César não precisa apenas ser honesta; tem de parecer honesta também. Um Governo

que se preza e que preza a sociedade que o elegeu não pode ser indiferente a isso. Por isso, minha sugestão ao Ministro José Dirceu é que considere o conselho dado pelo Ministro Corrêa e avalie a gravidade da situação.

O PT fez história, entre outras coisas, pelo ânimo investigativo que o moveu neste Congresso Nacional. Bastava que uma dúvida sobre a conduta moral de alguma figura de expressão de Governo – ainda que já fora de Governo – fosse posta em circulação para que o PT propusesse o remédio: a instalação de uma CPI.

Quero lembrar, Sr. Presidente, que, no caso das propinas, protagonizado por Waldomiro Diniz, o PT acredita indispesável uma CPI. E isso só será possível se ele se submeter às indagações, que, como eu disse, não são poucas. São muitas as dúvidas e, para enunciá-las, sirvo-me do resumo preparado pelo **site** Primeira Leitura, da **Internet**. Peço permissão a V. Ex^a para que possamos levantar essas perguntas que o Governo, a Casa Civil, o PT teriam de responder desta tribuna para que não acontecesse uma CPI.

Então, vejamos:

A mando de...

Waldomiro Diniz operava o esquema de corrupção Loterj-bicheiros por conta própria ou com conhecimento de alguém da direção do Partido dos Trabalhadores? Se o PT não tem nada a ver com o esquema, por que Waldomiro foi parar na assessoria do Ministro José Dirceu (Casa Civil), no Planalto?

Essa é a primeira pergunta.

Diz a revista **Época** que Benedita manteve Waldomiro Diniz no comando da Loterj apesar de a nomeação ter sido feita por Garotinho. A que se deve a permanência de Waldomiro no cargo? Foi para manter o esquema de corrupção que funcionaria tanto para o PT (Benedita) como para o Garotinho (PSB)?

Carlinhos Cachoeira teria doado R\$100 mil para a campanha de Magela (PT-DF) e R\$150 mil para as campanhas de Benedita da Silva (PT-RJ) e Rosinha Matheus, que disputou pelo PSB, mas agora está no PMDB. As doações foram feitas por meio de empresas? Estão registradas junto à Justiça Eleitoral? Ou foram doações clandestinas, caixa-dois?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Senador Efraim Morais, peço a V. Ex^a que conclua o seu pronunciamento.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Vou tentar concluir. Peço a V. Ex^a mais um minuto, por favor.

Outra pergunta que tinha de ser feita.

Por que, entre tantos cargos a escoller e preencher na máquina do governo do Estado sob o comando de Garotinho, o PT foi se interessar especificamente pelo comando da Loterj?

O bicheiro Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, pediu a Waldomiro Diniz, então presidente da Loterj (Loteria do Rio), que reescrevesse um edital de licitação? O edital foi reescrito? Foi validado e publicado depois de reescrito ou prevaleceu o edital anterior à pressão de Cachoeira?

Sr. Presidente, meu tempo está esgotado e obedecerei ao Regimento Interno, mas digo a V. Ex^a que são 17 perguntas que queremos fazer. Por exemplo:

Por que o Presidente da República demitiu o assessor do ministro José Dirceu, mas poupou o ex-candidato do PT ao Governo do DF, Geraldo Magela, que é funcionário do Banco do Brasil e está desempenhando funções de assessoria no Congresso?

São essas as perguntas que não nós os Senadores queremos saber, mais a sociedade brasileira. Então, só há uma forma: a CPI. Fizemos a CPI do Bingo, para a qual conseguimos assinaturas. Espero que, da mesma forma, Senadora Heloísa Helena, aqui não venham apresentar requerimento com a argumentação de que assinaram a CPI sem saberem o que estavam assinando. É essa a minha preocupação, porque nesse caso a desmoralização será maior.

Portanto, Sr. Presidente, devo agradecer primeiramente a paciência de V. Ex^a e dizer que voltarei amanhã a esta tribuna para ainda comentar o caso do Waldomiro, misturado agora com os bingos – bingos, Waldomiro e bicheiros estão no mesmo caminho, juntamente com os companheiros.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Eu gostaria de indagar de V. Ex^a se deseja considerar como lido o pronunciamento.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a que seja considerado como lido e publicado na íntegra o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento Interno.

SEGUE, NA ÍNTegra, PRONUNCIA- MENTO DO SR. SENADOR EFRAIM MORAIS

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Sem apinhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs Senadores, é ainda o escândalo das propinas, protagonizado pelo ex-assessor parlamentar do Gabinete Civil da Presidência da República, Waldomiro Diniz, que me traz a esta tribuna.

Quero, antes de mais nada, endossar a sugestão feita hoje pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Maurício Corrêa, ao ministro José Dirceu, para que se afaste da função até que todas as dúvidas e indagações (que não são poucas) se dissipem.

Maurício Corrêa fala com autoridade. Afinal, integrou, como ministro da Justiça, um governo o de Itamar Franco que teve a coragem e integridade de adotar essa atitude. Todos se recordam que o chefe da Casa Civil de Itamar Franco, Henrique Hargreaves, foi acusado pela CPI do Orçamento de envolvimento em manobras escusas. Eram acusações sem provas, infundadas, mas que, uma vez postas em circulação, geraram desconforto ao governo.

Hargreaves se licenciou da função, aguardou as investigações e, uma vez inocentado, reassumiu o cargo, com sua autoridade moral e política redobradas. Em má situação, ficaram seus detratores, a maioria deles, aliás, do PT.

É como se diz: a mulher de César não precisa apenas ser honesta; tem de parecer honesta também. Um governo que se preza e que preza a sociedade que o elegeu não pode ser indiferente a isso. Por isso, a sugestão que faço ao ministro José Dirceu é que considere o conselho do ministro Maurício Corrêa e avalie a gravidade da situação.

O PT fez história, entre outras coisas, pelo ânimo investigativo que o moveu neste Congresso Nacional. Bastava que uma dúvida sobre a conduta moral de alguma figura de expressão do governo ainda que já fora do governo fosse posta em circulação para que o PT propusesse o remédio: a instalação de uma CPI.

Lembro, por exemplo, o assim chamado caso Eduardo Jorge. Ele já não era secretário-geral da Pre-

sidência da República, mas bastou que seu nome fosse citado no âmbito da CPI do Judiciário, como interlocutor circunstancial do juiz Lalau que, na época, era considerado figura acima de qualquer suspeita, presidente que era do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, para que a bancada petista iniciasse um verdadeiro bombardeio pedindo a instalação de uma CPI específica para investigar o ex-secretário. Ele foi inquirido pela CPI do Judiciário e pela Comissão de Fiscalização do Senado, que nada apuraram contra ele.

No caso presente, estou de acordo com o senador Eduardo Suplicy, que, segundo o **Correio Brasiliense**, foi a Lula pedir que determinasse que José Dirceu viesse ao Senado prestar esclarecimentos. Ele diz que não tem dúvidas a respeito da isenção de Dirceu no caso das propinas, protagonizado por Waldomiro Diniz, mas acredita que é indispensável deixar isso claro ao público. E isso só é possível se ele se submeter às indagações, que, como disse, não são poucas.

Para enunciá-las, sirvo-me do resumo preparado pelo site *Primeira Leitura*, na Internet. Eis-las:

A mando de

Waldomiro Diniz operava o esquema de corrupção Loterj-bicheiros por conta própria ou com conhecimento de alguém da direção do Partido dos Trabalhadores? Se o PT não tem nada a ver com o esquema, por que Waldomiro foi parar na assessoria do ministro José Dirceu (Casa Civil), no Planalto?

Benedita-Waldomiro

Diz a revista *Época* que Benedita manteve Waldomiro Diniz no comando da Loterj apesar de a nomeação ter sido feita por Anthony Garotinho. A que se deve a permanência de Waldomiro no cargo? Foi para manter o esquema de corrupção que funcionaria tanto para o PT (Benedita) como para os Garotinho (PSB)?

Doações/Registros

Carlinhos Cachoeira teria doado R\$ 100 mil para a campanha de Magela (PT-DF) e R\$ 150 mil para as campanhas de Benedita da Silva (PT-RJ) e Rosinha Matheus, que disputou pelo PSB, mas agora está no PMDB. As doações foram feitas por meio de empresas? Estão registradas junto à Justiça Eleitoral? Ou foram doações clandestinas, caixa-dois?

Nas loterias

Por que, entre tantos cargos a escotilhar e preencher na máquina do governo do Estado, sob comando de Garotinho, o PT foi se interessar especificamente pelo comando da Loterj?

Edital reescrito

O bicheiro Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, pediu a Waldomiro Diniz, então presidente da Loterj (Loteria do Rio), que reescrevesse um edital de licitação? O edital foi reescrito? Foi validado e publicado depois de reescrito ou prevaleceu o edital anterior à pressão de Cachoeira?

Nomes e números

Na fita de vídeo, Waldomiro evita falar em números e nomes de certas pessoas, mas anota tudo. Quem eram as pessoas, de que números ele tratou e quais escreveu na conversa com Carlinhos Cachoeira? Como é que a fita de vídeo foi entregue ao senador Antero Paes de Barros?

Novos bingos

Supostamente protegido pelo novo editorial da Loterj, que não teria permitido o avanço da concorrente Hebara sobre as empresas de loterias virtuais, Carlos Cachoeira acabou ampliando os negócios e lançou, em julho de 2003, uma rede de 400 franqueados de loterias virtuais. Onde estão os registros de fluxo de caixa do novo negócio?

Máfia e testa-de-ferro

José Renato Granado Ferreira (Zé Renato) seria testa-de-ferro de um grupo de máfia italiana instalado no Brasil e que teria como representantes os irmãos Alejandro e Johnny Ortiz? O que há de concreto sobre o Zé Renato? Quais são as relações com os Ortiz? Onde estão e como operam os Ortiz?

Infraero

Como é que as câmeras de vídeo que vigiavam o aeroporto de Brasília no governo FHC (2002) foram preferencialmente organizadas para filmar um encontro de Waldomiro e Cachoeira? Como é que a fita de vídeo com essas filmagens da Infraero foi parar na mão do Ministério Público?

Sacola

A filmagem das câmeras da Infraero exibe uma sacola misteriosa que Waldomiro

passa no detector de metais. O que havia na sacola?

Magela

Por que o presidente da República demitiu o assessor do ministro José Dirceu, mas poupou o ex-candidato do PT ao governo do DF Geraldo Magela, que é funcionário do Banco do Brasil e está desempenhando funções de assessoria no Congresso?

Duas pessoas

Segundo a revista *Época*, o Ministério Público já tomou os depoimentos de duas testemunhas importantes do esquema de corrupção envolvendo bicheiros, loterias e financiamento de campanhas. Quem são essas pessoas? Um deles seria o empresário e "bicheiro eletrônico" Messias Ribeiro Neto?

Jogo/Dirceu

Que interesses levaram o governo a criar um Grupo de Trabalho sobre o jogo no Brasil sob coordenação da Casa Civil, onde era lotado Waldomiro Diniz?

Gtech/Caixa

Diz a revista *Época* que Waldomiro Diniz, quando estava à frente da Loterj, interferiu na discussão da Caixa Econômica Federal sobre a renovação do contrato da multinacional Gtech, que faz o processamento de dados das loterias federais. Que interferência foi essa?

Gtech/Gravações

Por conta da interferência de Waldomiro, a direção da CEF chegou a gravar as reuniões com a Gtech. O que há nessas fitas que estão em poder do Ministério Público? Quem foram e onde estão os seguranças da CEF afastados das funções por terem permitido as gravações da CEF com a Gtech?

Um por cento

Na fita de vídeo transcrita pela *Época*, Waldomiro aparece pedindo 1% dos contratos que Carlinhos Cachoeira ganharia a partir da manipulação das concorrências da Loterj. Há registro de algum contrato depois da gravação do vídeo? Por que Waldomiro não entrega o sigilo bancário, telefônico e fiscal à Comissão de Fiscalização e Controle do Senado?

Armando Dili

O senhor Armando Dili era assessor de Waldomiro na Loterj. Deixou a Loterj e foi

assessorar o empresário e bicheiro Carlinhos Cachoeira. Na gravação, Waldomiro sugere que Cachoeira e Armando Dili reescrevam um edital de forma a proteger os negócios do empresário e bicheiro. Por que Dili foi trabalhar com Cachoeira? Dili funcionava como laranja-procurador de Waldomiro nos negócios do empresário-bicheiro?

Essas são as indagações principais, que mostram a necessidade de uma CPI. Guardo a esperança de que governo e ministro José Dirceu entendam que a CPI que esta Casa quer instalar não é contra eles é a favor do país. Considero arriscado, do ponto de vista da governabilidade, um governo sem crédito junto a seus governados.

O caso em pauta, queiram ou não, compromete a imagem do governo Lula, pois atinge o seu principal colaborador. Se, como sustenta o presidente do PT, José Genoíno, isso não é verdade, não há por que temer uma CPI. Ao contrário, deveria ser o PT o mais interessado em instalá-la. Espero que o longo feriado do carnaval favoreça uma reflexão mais profunda por parte do governo e que os conselhos do ministro Maurício Correa ganhem eco junto ao ministro José Dirceu.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de ratificar o meu pedido de uso da palavra pela Liderança do PDT, formulado no início da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – De fato, não consta o nome de V. Exª na minha relação, mas terei o máximo prazer em incluí-lo...

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Poderá ser atestado pelo Secretário da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – ... após os Senadores João Capiberibe e Papaléo Paes, havendo a necessidade regimental do credenciamento.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Concedo a palavra ao nobre Senador João Capiberibe, como Líder, por cinco minutos, para comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea a, do nosso Regimento Interno.

O SR. JOÃO CABIPERIBE (Bloco/PSB – AP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, as denúncias envolvendo o Sr. Waldomiro Diniz, assessor parlamentar do Ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, são graves e de-

vem ser investigadas, esclarecidas. Entretanto, a questão deve ser situada em sua real dimensão, não deve ser transformada no que não é, por razões e lógicas próprias dos Partidos de oposição.

A Presidência da República tomou as medidas que se impunham em um caso em que existem fundadas suspeitas de corrupção. Houve a exoneração do envolvido para, em seguida, encaminhar o problema ao Ministério Público e à Polícia Federal. Além do mais, como apropriadamente manifestou o Ministério da Justiça, as investigações sobre a atuação de Waldomiro Diniz devem estender-se ao cargo de assessor parlamentar da Presidência da República. É necessário que se investigue o ano em que Waldomiro Diniz esteve como assessor da Presidência. Evidentemente, não há como fazer um amálgama entre as atividades do assessor quando responsável por um cargo público no Rio de Janeiro e as atividades do mesmo na Presidência da República. Tomamos conhecimento de que a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro já instalou uma CPI para apurar o escândalo envolvendo o Sr. Waldomiro Diniz.

O PSB não tomou ainda uma posição com respeito à instalação da CPI. O Partido está na expectativa. Caso surjam novos fatos graves envolvendo o acusado e outras pessoas próximas ao Governo, o Partido assumirá uma posição compatível com a necessidade inerente a essa situação de aprofundamento das investigações, incluindo a CPI. Ao avaliar esse quadro não se pode esquecer que o problema da corrupção é uma questão mais vasta e abrangente. Está institucionalizada e entranhada na sociedade brasileira, ela caminha nos traços da impunidade. A corrupção não pode ser combatida apenas com ações pontuais, importantes, porém de alcance limitado. Necessitamos de ações concretas e imediatas.

Esse novo episódio que veio macular parte da trajetória do PT deve servir para que conjuguemos nossos esforços no sentido de reduzir e erradicar a corrupção. Temos vários instrumentos para isso como legisladores. O primeiro e mais importante é a reforma política; em seguida o financiamento dos partidos políticos, que já faz parte dessa reforma; outro é a modificação da Lei de Licitações – a Lei 8.866 –, que permite dirigir as licitações, fazendo vencedor aquele que o Poder deseja, o que pudemos ver nas gravações envolvendo o bicheiro Carlinhos Cachoeira e o assessor Waldomiro Diniz; finalmente, mas não menos importante, a lei da transparência dos gastos públicos. Essa lei permitiria que o cidadão se transformasse num fiscal da execução dos orçamentos públicos nos vários níveis.

Desejo, porém, chamar a atenção para a necessidade de se encarar o problema sob novo ângulo, que talvez termine por ser o mais decisivo de todos. Em consequência do triste episódio, é afetada não apenas a imagem de um partido, a imagem de um governo, ou mesmo a imagem do País, mas também a condução da política externa, em especial nos seus aspectos econômicos, não pela existência de corrupção, uma vez que o mundo inteiro “está careca de saber” que o Brasil está mal situado nesse quesito.

Como bem disse o Presidente da Câmara, Deputado João Paulo Cunha, não vamos apagar o incêndio com gasolina. O episódio Waldomiro deve ser tratado com absoluta responsabilidade. Ele não deve servir para abrir uma guerra de trincheiras, cujas consequências seriam romper com os grandes equilíbrios econômicos que o Brasil conquistou, a saber: a balança comercial conhece sucessivos déficits entre 1995 e 2000; em 2003, a balança comercial alcança o maior saldo já obtido pelo País, de US\$25,12 bilhões, um esforço sobre-humano de exportação. O déficit em transações correntes, que foi negativo entre 1995 e 2002, passou a ser superavitário. Em 1998, alcançou US\$33 bilhões, o maior déficit da história do País. Em 2003, o Brasil conseguiu um resultado positivo nas transações correntes de US\$4,1 bilhões, o que demonstra claramente um verão nas crises econômicas em função da variação do humor do mercado. A taxa de juro real do Brasil, retirada a inflação, era de 14% ao ano em janeiro de 2002; chegou ao pico de 24% em janeiro de 2003 e está atualmente em 8,5%.

Portanto, Sr. Presidente, devemos refletir e decidir, com absoluta responsabilidade, para que o País tenha, pelo menos, um verão longo de equilíbrio e controle econômico, para que possamos gozar, pelo menos, dois anos sem crise econômica e um prazo mais longo sem crise política.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Agradeço a participação de V. Ex^a, particularmente no respeito ao tempo regimental de cinco minutos.

Concedo a palavra, na seqüência, ao nobre Senador Almeida Lima, que falará pela Liderança do PDT, também para uma comunicação urgente de interesse partidário, na forma do art. 14, inciso II, alínea a, do Regimento Interno.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, embora não tenha o propósito de responder ao Senador João Capiberibe, impossível não dar

uma palavra em atenção ao que S. Ex^a acaba de pronunciar. Com certeza, Senador, o Brasil, lamentavelmente, não viverá este momento de estabilidade a que V. Ex^a se refere, diante do encaminhamento das questões de governo pelo atual Governo Federal.

É lamentável o que vem acontecendo. O que estamos antevendo é a ruptura do Governo com toda a sociedade. E como a coisa anda e com o andar dessa carruagem, não podemos antever uma outra situação senão a de, estabelecida a ruptura, a insustentabilidade deste Governo. Como disse, cometeu um estelionato político ao pregar idéias contrárias ao neoliberalismo e, assumindo o Governo, está cumprindo o receituário do Fundo Monetário Internacional, caindo, como já disse, um dos esteios desse Partido e deste Governo.

Agora, e eu não poderia deixar de falar – embora não seja este o propósito neste instante – da questão Waldomiro, outro grande esteio que entra em derroda neste Governo. E do jeito que a coisa anda, a ruptura, com todos os segmentos, se tornará inevitável.

Trago aqui uma nota oficial – e farei questão de lê-la na sua inteireza, pois acredito que o tempo e a bondade da Presidência irão permitir – emitida pela diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal. Diz a nota:

Reforma trabalhista de Lula ameaça trabalhadores

A Diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal vem a público, com indignação e tristeza, repelir as declarações do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que, em entrevista coletiva, defendeu a flexibilização da legislação trabalhista e chegou a afirmar: "...excluído o direito de férias, tudo pode ser mudado".

Tal posicionamento do ex-sindicalista, além de representar uma ruptura com as causas mais nobres dos trabalhadores na luta pela ampliação dos direitos trabalhistas frente à voracidade da acumulação do capital, é um grave motivo de terror para os trabalhadores brasileiros.

Os trabalhadores estão hoje sujeitos ao desemprego crônico e crescente; à precarização das relações de trabalho; à queda vertiginosa do poder de compra dos salários; ao descumprimento básico da legislação e à persistência de formas expressivas de trabalho escravo, agravada pelo corte orça-

mentário de 80% no valor destinado ao combate desse tipo de exploração.

Caso não sejam retificadas, as declarações de Lula – cujo governo, até o momento, reage com indiferença e paralisia conservadoras ante o drama de milhões de pais de família desempregados ou ameaçados de demissão – indicam que o tal Fórum Nacional do Trabalho, supostamente destinado a discutir o aperfeiçoamento das legislações trabalhista e sindical, é apenas uma farsa. Para o ex-sindicalista, as parcas conquistas da legislação trabalhista são, de antemão, passíveis de anulação.

Se efetivada na linha política agora publicamente sustentada pelo ex-metalúrgico, a reforma trabalhista o colocará em situação à direita de Getúlio Vargas, que criou a CLT, cabendo agora ao governo Lula, em sintonia com a filosofia "reformista" do FMI, a sórdida tarefa de eliminá-la, por meio da flexibilização e da desregulamentação, tarefa que Fernando Henrique Cardoso não foi capaz de cumprir em oito anos de governo.

A Diretoria do SJPDF conclama as Centrais Sindicais – especialmente a CUT, à qual o Sindicato é filiado – a convocar os trabalhadores para impedir esse grave crime que o governo Lula ameaça cometer contra um povo trabalhador e humilhado por um dos salários mínimos mais baixos do mundo e por verem seus filhos a caminho da prostituição ou da criminalidade como forma de sobrevivência.

Enquanto isso, a terra permanece ociosa; os usineiros têm suas dívidas perdoadas; os banqueiros vomitam dinheiro e felicidade, diante de um presidente que, a seguir nesta política, terminará por colocar-se entre os mais desastrosos de toda a História republicana.

A Diretoria. (Sic.)

Esta nota, veiculada no dia de hoje, trago a público pela sua importância, por se tratar de um segmento trabalhista deste País (os jornalistas), que, pela sua consciência e pelo trabalho que desenvolvem diariamente, têm condições de antever o futuro mais próximo do nosso País, a derrocada deste Governo e, por conseguinte, a da sociedade brasileira,

que vive exatamente estrangulada diante de ações deste Governo, uma atrás da outra, uma após a outra, que só vêm no mesmo sentido: desestruturar a organização da sociedade brasileira, como hoje ela se encontra.

Flexibilização da CLT significa, em outras palavras, a anulação dos direitos trabalhistas de todos os trabalhadores deste País. Portanto, é um momento de apreensão contra o qual uma das categorias mais prestigiosas deste País, vinculada aos trabalhadores, procura se insurgir. E é preciso ter voz e eco no Parlamento nacional.

Por esta razão, Sr. Presidente, pedi a palavra, em nome da Liderança do meu Partido, o PDT, para tornar público para todo o País esta nota oficial que vem em repúdio às declarações do Presidente Lula de estabelecer a flexibilização da CLT. Isso significa a anulação dos direitos dos trabalhadores: Sua Excelência diz que, excluído o direito de férias, tudo pode ser mudado. É lamentável que este Governo e este Presidente pensem desta forma.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras Senadoras e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Voltamos agora à lista de oradores inscritos.

Passo a palavra a nobre Senadora Ana Júlia Carepa, que utilizará da palavra por cessão da Senadora Ideli Salvatti.

Tem V. Ex^a a palavra pelo prazo de 20 minutos.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, ontem não tive oportunidade de falar, apesar de estar inscrita, dada a dificuldade que temos tido por conta das Lideranças. Então, eu quero que conste como lido um pronunciamento importantíssimo sobre uma reunião, realizada na segunda-feira, entre várias entidades, sindicatos de trabalhadores rurais, a Feta-cri, e também instituições como o Incra da Região Sul e Sudeste, cuja superintendente é a Sr^a Bernadete. Estavam também presentes o representante do Incra Nacional, o Ouvidor Agrário Nacional, representantes do Ministério do Trabalho e do Ibama, o representante do meu gabinete, e o Senador Sibá Machado. O Ministro da reforma agrária, Miguel Rossetto, e todas essas entidades e instituições foram lá muito preocupadas com a ocorrência, infelizmente, de mais uma morte no Estado do Pará. O Di-

retor do Sindicado dos Trabalhadores Rurais (especialmente do Município de Rondon do Pará), Riba-mar Francisco dos Santos, foi assassinado neste mês de fevereiro. Mais uma morte!

O Pará concentra quase a metade de todas as mortes desse setor; isso, infelizmente, é o campeão. E quero registrar a coragem da atual Presidente do Sindicato, que é viúva de um ex-Presidente, o companheiro Dezinho, morto no ano de 2000, em Rondon do Pará. Ela está à frente do Sindicato, sofrendo ameaças. Dona Maria José, que tem a coragem própria das mulheres do meu Estado, não somente das mulheres, mas também a coragem dos homens do campo do meu Estado disse:

Quero ver preso os assassinos do meu marido e de meus companheiros, mas estou certa de que a maior resposta a eles é ver o povo assentado, é fazer a reforma agrária.

O Ministro anunciou que o Pará é prioridade nacional do Ministério do Desenvolvimento Agrário e que o Incra das Região Sul/Sudeste, que é o instituto que tem a maior quantidade de assentamentos no Brasil, estará em breve recebendo mais funcionários, mais equipamentos, mais possibilidades e mais infra-estrutura para efetuar uma reforma agrária real no País, diferente da famosa favelização agrária feita no Governo anterior para constar das propagandas eleitorais.

Eu gostaria de fazer integrar esse pronunciamento ao meu discurso de hoje. Mas hoje vou falar de um assunto que poderíamos estar votando hoje e que é tão importante para a população e que mexe com todos. Vou falar de nossa conta de luz. Poderíamos ter votado a medida provisória do setor elétrico, se tivéssemos tido clima para isso. Infelizmente, não estão querendo que este País faça as reformas e cresça.

Eu sei, Senador Flávio Arns, que agora preside a sessão, quais são os setores responsáveis por essas mortes. Numa operação da Polícia Federal, que tinha mais de 30 ordens de prisão, a maior operação nessa área, chamada Feliz Ano Velho, prenderam madeireiros que fazem a exploração ilegal da madeira. Fez-se um cálculo aproximado e descobriu-se que deixaram de recolher aos cofres do Estado e da União R\$45 milhões, causando prejuízos à geração de empregos e distribuição de renda.

Quero parabenizar nosso Presidente por ter enviado à Câmara, na convocação extraordinária, a votação urgente de uma emenda constitucional, de autoria de dois Parlamentares da minha terra, o ex-Senador Ademir Andrade e o Deputado Federal Paulo Rocha, para exatamente expropriar a terra daqueles que ainda praticam o trabalho análogo ao trabalho escravo no Brasil – infelizmente, essa é a realidade. Sei que vários fatos estão incomodando muitas pessoas. Neste caso, há a justificativa daqueles que querem tumultuar e parar o País.

Talvez não seja interessante votar a medida provisória da energia elétrica, que estancará os sucessivos aumentos de luz no País. Eu gostaria de falar sobre essa proposta. Quero conversar diretamente com os brasileiros e as brasileiras que estão nos assistindo e falar sobre a conta de luz. Por que a conta de luz está ficando cada vez mais alta? E o que o Governo está tentando fazer para frear os aumentos?

Primeiramente, considero importante esclarecer que, nos Governos passados, houve uma grande confusão sobre as responsabilidades de cada órgão do setor elétrico. Até o Governo anterior, quem definia as políticas da área não era o Governo Federal, mas a Aneel, a agência fiscalizadora criada em 1996. A Aneel, que não é controlada pelo Governo Federal, é o órgão responsável por analisar e autorizar os pedidos de aumento das contas de luz, entre outras funções. Aliás, os pedidos de aumento das contas de luz são feitos pelas empresas, conforme previsto nos contratos de concessão e também na legislação. Não é papel da Aneel definir as políticas da área. Aliás, faço questão de citar um artigo da nossa Constituição:

Art. 21. Compete à União:

XII – explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão:

b) os serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água, em articulação com os Estados onde se situam os potenciais hidro-energéticos.

Portanto, é competência da União explorar ou conceder, e isso já não estava mais ocorrendo.

Quando foram feitas as privatizações do setor elétrico, nos Governos passados, os editais de venda das empresas públicas previam que as contas de luz seriam vinculadas ao dólar. Quer dizer, todo ano as contas seriam reajustadas, considerando-se, entre outros fatores, a variação do dólar, ou seja, se o dólar subisse, a conta de luz também subia; se o dólar baixasse, a conta deveria cair, mas, infelizmente, isso não acontecia nem acontece. As empresas sempre alegavam que haviam assumido compromissos com base no dólar mais alto e a Aneel, agência reguladora e fiscalizadora responsável pela autorização dos aumentos, acabava concordando com esse argumento.

Voltando um pouco no tempo, percebemos que os problemas atuais, na verdade, tiveram início em 1995, com a política de privatização das empresas públicas brasileiras. Com a desculpa de que o Estado não tinha dinheiro para investir no setor elétrico e de que havia a necessidade de atrair investimentos privados, várias distribuidoras de energia elétrica foram vendidas.

A partir daí, ao contrário do resultado prometido – que era a conta de luz mais baixa e melhor atendimento –, a população foi penalizada com muitos apagões. Em nosso Estado, o povo reclama muito do que chama de “olhões”, que faz com que a população de baixa renda seja a mais atingida pelo fato de não poder pagar conta de luz.

Esses muitos apagões em várias regiões do País vieram acompanhados de aumentos exorbitantes de contas de luz. Todos aqui devem se lembrar do apagão de março de 1999 que deixou no escuro mais de 76 milhões de brasileiros. Em fevereiro de 2001, houve outro apagão também de grandes proporções, demonstrando, inclusive, a fragilidade do sistema. Porém, parecia pouco. Em junho de 2001, aconteceu o que eu chamaria de impensável: um racionamento de proporções como nunca houve, em nenhum país do mundo, em tempos de paz. Cortou-se 20% da energia elétrica do Brasil.

Aí, faço um registro. Nós do Pará, que sediamos a maior hidrelétrica totalmente nacional, a de Tucuruí, não conseguimos ficar fora desse racionamento, apesar de não termos nenhum problema. Infelizmente, o Governador, à época, não conseguiu sensibilizar o Presidente do seu próprio Partido a deixar o Pará de fora.

Para se ter uma idéia de como o racionamento foi grave, basta dizer que há mais de 20 anos o Brasil luta, sem sucesso, para conseguir atingir taxas de crescimento da economia superiores a 3% ao ano, sendo que, nesses últimos anos, essas taxas sempre ficaram perto de zero. Graças ao racionamento, em apenas sete meses jogou-se fora 2% do PIB nacional, ou seja, em sete meses jogou-se fora o esforço de anos de crescimento.

Numa consequência direta do racionamento, aprofundaram-se as crises na indústria nacional, elevando-se ainda mais as já dramáticas taxas de desemprego.

É preciso deixar muito claro, com todas as letras: **O RACIONAMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA CAUSOU PREJUÍZOS INCALCULÁVEIS AO BRASIL.**

Sr^{as}s e Srs. Senadores, o público que aqui está, o público que nos ouve e o que nos assiste, os Governos passados não permitiram que as empresas públicas de energia elétrica como a Eletrobrás, Furnas, Chesf, Eletronorte, Eletrosul e outras construíssem novas usinas, nem sequer permitiram linhas de transmissão que poderiam ter impedido o racionamento. Não. Elas estavam proibidas, porque faziam parte do Plano Nacional de Desestatização. Ou seja, a idéia era vendê-las. Aliás, estamos a mudar esta realidade com a nova regulamentação do setor elétrico. Entretanto, como o mercado, representado pelas empresas privadas não construiu as obras de que o Brasil precisava e continua precisando, assistiu-se a um verdadeiro desmantelamento do setor elétrico. Talvez o problema mais grave do modelo de 1995 tenha sido a falta de planejamento e, mais uma vez, faço o registro de que, nesse novo modelo, o planejamento é prioritário.

Para construir uma nova usina de energia elétrica leva muito tempo. Às vezes, mais de cinco anos. Assim, para que o Governo possa garantir energia para os próximos anos, é necessário que se comecem a construir as novas usinas agora. Um bom planejamento permite que o Governo saiba, com antecipação, quanta energia vai precisar, quantas usinas e quantas linhas de transmissão terá que construir e quanto isso vai custar.

Sem planejamento, ficamos à mercê da sorte e passamos a conviver com problemas freqüentes como a falta de luz, a energia fraca e o aumento nas contas e a ameaça permanente de outro racionamen-

to. Para evitar essas ameaças, como já disse, custou e continua custando muito caro e isso fez as contas de luz subirem de forma assustadora, mas os problemas do modelo passado não acabam aí.

Outra questão que afeta as nossas contas de luz é a possibilidade de uma empresa comprar energia dela mesma e revender para os seus consumidores e, no caso, vou dizer como funciona: uma empresa que é distribuidora de energia elétrica, aquela que traz a luz até a nossa casa, por exemplo, a Celpa, no Estado do Pará, privatizada, a CEB, aqui em Brasília, a Light, no Rio de Janeiro, e outras criam uma outra empresa para construir uma usina. É uma outra empresa, mas faz parte do grupo. Depois, a distribuidora compra a energia daquela usina que pertence a ela mesma, e ela paga os preços bem mais altos do que pagaria se comprasse de uma empresa do Governo, por exemplo. Em seguida, ela repassa esses preços altos para a nossa conta de luz. É assim que funciona. E, dessa forma, a distribuidora ganha duas vezes: uma, como distribuidora; e outra, como geradora. E a nossa conta vai ficando cada vez mais alta.

Então, é lógico que o Governo não poderia deixar de fazer essa proposta para impedir isso, porque deixaria que os consumidores cativos, que somos nós, a população brasileira, continuassem sem proteção. Não! A atitude do Governo de impedir esse tipo de situação, a meu ver, uma grande maracutaia, faz com que muitos reclamem contra esse novo modelo.

É sempre bom lembrar que a maioria dos produtos que consumimos no nosso dia-a-dia, desde o pãozinho até os automóveis, passando pelos remédios, as roupas etc., usam a energia elétrica na sua fabricação. Assim, quando sobe a conta de luz, sobe quase tudo e, por consequência, também sobe a inflação. Foi por causa das contas muito altas e da ameaça de outro racionamento, além de outros problemas, que o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva teve de pensar em uma nova forma de organizar o setor elétrico. Ou seja, um novo modelo que definisse como se gera energia, como se distribui essa energia, quem pode gerar, quem pode distribuir e, principalmente, como e quanto vai ser cobrado nas contas de luz. O novo modelo, por exemplo, devolverá ao Governo Federal a responsabilidade de acordo com a Constituição Federal: a responsabilidade do controle do setor elétrico, que, de forma errada, foi transferida para uma agência, sobre a qual a socieda-

de não tem controle. Essa agência, a Aneel, deverá cuidar, sim, da fiscalização a fim de garantir que todas as empresas estejam cumprindo a lei. É esse o papel da Aneel, além da regulação também. Portanto, não é o de dizer qual será a política do setor.

O Governo também fará com que as empresas estatais construam novas usinas – conforme já citei –, ou sozinhas ou associadas a empresas privadas. Além disso, com o novo modelo, o Governo vai atrair empresas privadas que queiram trabalhar seriamente no setor elétrico, recebendo os lucros justos. Dessa forma, vai garantir que não venha a faltar energia no presente e no futuro.

Tenho certeza de que, com estabilidade e regras bem definidas, as empresas, tanto estatais quanto privadas, vão investir os recursos necessários para construir as usinas e as linhas de transmissão de que o Brasil necessita.

As empresas públicas que, no passado, foram proibidas de investir na ampliação do setor elétrico agora voltarão a fazer os investimentos de que tanto necessitamos, inclusive na implantação do programa Luz para Todos, que levará energia elétrica para os mais de doze milhões de brasileiras e brasileiros que ainda não contam com esse serviço em pleno século XXI.

Outra providência prevista pelo novo modelo será exatamente impedir que ocorram manipulações nas contas de luz, não permitindo que as distribuidoras vendam energia elétrica para si mesmas ou que tenham outros negócios fora da distribuição.

Eu gostaria de esclarecer que, quando falamos de aumentos menores nas contas de luz, não estamos falando de forma populista ou até irresponsável. Não se trata de politicagem ou de simplesmente dizer que a conta tem que ser mais barata a qualquer custo. Não, trata-se de conta mais barata possível. Isto é, uma conta que todos possam pagar, mas que também seja capaz de garantir o ganho justo das empresas. O que não se quer é o ganho absurdo.

Penso que é importante dizer que essa nova proposta de organizar o setor elétrico não surgiu de uma hora para outra. Pelo contrário, ela foi muito bem pensada e debatida com todos os setores interessados e com quem tinha condição de contribuir, desde os institutos e universidades até empresas e associações de trabalhadores e de empresários.

O novo modelo foi apresentado à sociedade e está em discussão desde julho de 2003. A partir de então, o Ministério de Minas e Energia passou a receber contribuições e a debater com todos que o procuraram, visando ao aprimoramento da proposta. Somente depois de todo esse processo é que o Modelo foi enviado ao Congresso Nacional, em dezembro de 2003, para análise e votação, o que a Câmara já fez, inclusive acatando diversas emendas.

Também é importante esclarecer que o Governo decidiu fazer a alteração no setor elétrico por medida provisória devido à urgência do assunto.

Como disse antes, o setor elétrico precisa ser planejado com anos de antecedência. Para evitar problemas futuros, o Governo tinha que tomar providências imediatamente. Caso contrário, corremos o risco de novos problemas, que custariam muito caro a todos, aumentando ainda mais nossas contas de luz, como aconteceu no Governo anterior.

Sabemos que é muito difícil viver sem luz hoje em dia. Por isso, o Governo assumiu a responsabilidade de tentar diminuir os aumentos e também impedir novos racionamentos, além, é claro, de levar energia para os doze milhões de brasileiras e brasileiros que ainda estão sem luz.

Portanto, está nas nossas mãos, nas mãos do Senado Federal ajudar o Governo a resolver os graves problemas do setor elétrico, mesmo com os ajustes necessários, que eu mesma propus, garantindo que pelo menos 30% da nova empresa de planejamento possa ser para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Para concluir, proponho a aprovação dessa medida provisória, que torna possível a implantação do novo modelo. E digo à sociedade: escrevam, mandem e-mails, façam com que os Senadores do seu Estado votem no novo modelo do setor elétrico, porque, com ele, evitaremos tanto o racionamento de energia quanto aumentos absurdos nas nossas contas de luz.

Muito obrigada, Sr. Presidente, pela sua paciência.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA ANA JÚLIA CAREPA EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

**GABINETE SENADORA
ANA JULIA CAREPA PT/PARÁ**

**Pronunciamento da Senadora Ana Júlia Carepa PT-PA na Sessão
Plenária do Senado Federal do dia de fevereiro de 2004.**

Senhor Presidente,
Senhoras Senadoras e Senhores Senadores,

Ocupo esta Tribuna no dia de hoje para registrar um fato e refletir um pouco sobre a reforma agrária e a violência no campo do meu estado, o Pará.

Na última segunda-feira, dia 16 de fevereiro, estiveram reunidos, por mais de três horas, com o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, representantes de trabalhadores rurais do Pará (especialmente do município de Rondon do Pará), da Comissão Pastoral da Terra, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará – FETAGRI, a Superintendente Regional do Incra da região Sul e Sudeste do Estado, Sra. Bernadete. Estavam presentes ainda, Representante do Incra Nacional, o Ouvidor Agrário Nacional, representantes do Ministério do Trabalho e do IBAMA, o Senador Sibá Machado e representantes de parlamentares do meu estado, inclusive eu estive representada por um assessor do meu gabinete.

Senhor Presidente, a reforma agrária no Pará tem uma longa história de luta e de violência. A persistência do homem do campo pelo acesso à terra para produzir, aliado aos problemas com a titulação da terra (grilagem, fraudes em cartórios, superposição de documentos) e ainda, a existência de grandes latifúndios, na maioria improdutivos, formam um emaranhado de questões que têm resultado na violência, no crime por encomenda e na pistolagem, métodos utilizados por grileiros e latifundiários na tentativa de intimidar o avanço da reforma agrária e a luta dos trabalhadores.

Aggrega a esses fatores a morosidade no enfrentamento dos conflitos, a ineficiência da polícia do estado em apurar os crimes e prender os culpados, que muitas vezes está combinada com os maus fazendeiros, ineficiência também do Poder Judiciário e com isso a consequente impunidade dos crimes cometidos. Talvez, o conjunto destas questões explique o fato de o Pará ter registrado, no ano de 2003, quase a metade das mortes em decorrência da luta pela terra em todo o território nacional.

O fato ocorrido recentemente no Município de Rondon do Pará é emblemático sobre o que tem sucedido ao longo de muitos anos na nossa região. No último dia 06 de fevereiro, o Diretor do Sindicato de Trabalhadores Rurais, Ribamar Francisco dos Santos, foi brutalmente assassinado por dois pistoleiros. Esta foi a segunda morte no município, no espaço de quinze dias, em consequência da luta pela posse da terra. Este sindicato, Senhores e Senhoras Senadoras, é atualmente presidido pela Sra. Maria José Dias da Costa, viúva do então Presidente José Dutra dos Santos, conhecido como Dezinho, também morto por pistoleiros em novembro de 2000.

Um detalhe que ilustra bem esta situação é que o mandante do assassinato do Dezinho, apontado pelas investigações policiais, foi o fazendeiro José Délcio Barroso Nunes, que é também suspeito de outros crimes na região, e que chegou a ser preso por treze dias e posteriormente solto, e vejam a ironia Senhores Senadores, por decisão do desembargador Otávio Marcelino Maciel que é o Ouvidor Agrário do Estado.

Quero também chamar a atenção aqui sobre a coragem e a determinação de D. Maria José em assumir e permanecer na presidência do sindicato de Rondon do Pará, em apoiar os acampamentos que estão sendo organizados na região, mesmo sob ameaça de morte. É de fato algo que chama a atenção, a coragem de D. Maria, que é própria das mulheres e dos homens do campo da minha região. Por suas palavras, ao argumentar com o Ministro Rossetto sobre a impunidade, já que quase todos os assassinos e mandantes dos crimes aqui relatados são conhecidos e permanecem soltos, afirmou: ***“quero ver preso os assassinos do meu marido e de meus companheiros, mas estou certa de que a maior resposta a eles é ver o povo assentado, é fazer a reforma agrária”***.

Na reunião com o Ministro, ficou acertado, como resposta imediata ao problema especificamente da região de Rondon do Pará alguns encaminhamentos: a organização de uma força tarefa para concluir as vistorias das fazendas em conflitos e posterior assentamento dos trabalhadores, o que já está em andamento; gestão junto aos órgãos do estado para agilizar a apuração dos crimes cometidos e punição dos executores e mandantes; e ainda, a articulação de segurança para os líderes que estão sofrendo ameaças. Além disso, os líderes e autoridades presentes na reunião ouviram do próprio Ministro a confirmação de que o estado do Pará é prioridade no Ministério da Reforma Agrária e por isso, a

Superintendência do Incra da região Sul e Sudeste do Pará, que é sediada no município de Marabá, receberá, com brevidade, mais servidores, mais equipamentos e mais recursos para acelerar o processo de reforma agrária naquela região.

Estou certa de que a resposta do governo do PT ao recrudescimento da violência no campo, promovida por maus fazendeiros, por grileiros, por latifundiários e por bandidos instalados na minha região, será o avanço da reforma agrária, como quer D. Maria José Dias da Costa e todos nós; da mesma forma como está sendo, aos maus madeireiros, o avanço na fiscalização do IBAMA para por fim ao desmatamento irregular e comércio ilegal de madeira; assim como está sendo o combate ao trabalho escravo, que nas últimas semanas libertou centenas de trabalhadores escravizados em várias fazendas do Pará, sem se importar quem são os proprietários e até prendendo fazendeiros.

E por falar em trabalho escravo, o governo Lula teve a coragem de incluir na convocação extraordinária do Congresso Nacional e propor tramitação rápida para a Proposta de Emenda a Constituição que determina o confisco das terras onde forem encontrados trabalhadores submetidos a condições semelhantes à de escravos. Esta proposta, de autoria de dois parlamentares do meu estado: ex-Senador Ademir Andrade e Deputado Paulo Rocha, cujo texto tramita no Congresso desde 1999, e que estou certa será aprovado em breve, fará parte do texto da nossa Constituição e será mais um forte instrumento no combate ao trabalho escravo.

Por fim Senhor Presidente, gostaria de dizer que é determinação do governo Lula enfrentar questões como estas que relato neste breve pronunciamento, sem temer às reações que se afloram, já que estão sendo feridos interesses de grandes grupos, que até então viviam livremente e intocáveis a margem da legalidade. Isso não nos assusta! A nossa determinação é continuar, pois, sabemos que o que estamos fazendo é exatamente o que o povo quer, e foi para isso que elegeu Lula para governar o Brasil, governo do qual tenho orgulho de fazer parte.

Era o que tinha a dizer.


Senadora ANA JÚLIA CAREPA

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns) – Senadora Ana Júlia, esta Presidência recebe o documento mencionado por V. Ex^a para as providências solicitadas, na forma do Regimento Interno.

Por cessão do Senador Marco Maciel, concedo a palavra, com satisfação, ao Senador Augusto Botelho. S. Ex^a dispõe de, no máximo, vinte minutos.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente Flávio Arns.

Srs. Senadores, venho hoje a esta tribuna, aproveitando a ocasião da Semana Nacional contra o Alcoolismo, que se inicia hoje, dia 18, propor uma reflexão sobre esse grave problema que persiste no nosso País.

Antes de mais nada, é preciso reconhecer que nossa sociedade tem, em geral, uma atitude no mínimo ambígua em relação ao consumo de bebidas alcoólicas.

Por um lado, o álcool é, incontestavelmente, uma droga. Como outras substâncias psicotrópicas, altera a consciência de quem a consome e pode vir a causar dependência, tanto física quanto psicológica. Como tal, merece as restrições e mesmo a condenação que a sociedade devota a outras substâncias do mesmo tipo.

Por outro lado, o consumo de bebidas alcoólicas é socialmente aceito e freqüentemente associado a um modo de vida alegre, leve e descontraído. Quantas vezes a figura do bêbado não foi motivo de riso, um riso às vezes complacente, senão cúmplice, em vez de reprovação? No imaginário popular, muitas vezes, o bêbado simpático e engraçado – boa praça, como se dizia antigamente – toma o lugar do alcoólatra, freqüentemente violento e vítima de uma doença grave, o alcoolismo.

Há, portanto, uma tolerância incomum com essa droga que é o álcool. Maior até do que a tolerância com outras substâncias intoxicantes também socialmente aceitas, como o tabaco.

Nas últimas décadas, o movimento antitabagista cresceu a ponto de influenciar decisivamente a imagem social que tinha o cigarro. Hoje, há restrições louváveis de todo tipo ao fumo. As bebidas alcoólicas, no entanto, que têm efeitos até mais perniciosos, porque extrapolam a saúde individual e se espalham por toda a sociedade, gozam de permissividade ímpar.

A verdade é que o consumo de bebidas alcoólicas é quase tão antigo quanto a própria humanidade. As provas mais antigas do uso de bebidas alcoólicas, segundo os arqueólogos, têm mais de oito mil anos.

Não é exagero dizer que o domínio do processo de fabricação de bebidas fermentadas – o hidromel, o vinho, a cerveja – foi um dos momentos que marcaram, ao longo do processo de diferenciação da espécie humana das outras espécies animais, o desenvolvimento da cultura. A técnica de fabricação de bebidas fermentadas, de fato, desenvolveu-se simultaneamente à agricultura, atividade que praticamente inaugura a cultura humana.

As bebidas alcoólicas, portanto, existem há muito tempo e, até por isso mesmo, as tentativas radicais de eliminá-las foram sempre fracassadas. O consumo de bebidas alcoólicas está de tal modo arraigado na cultura humana, nas nossas práticas sociais e de sociabilidade, que não é razoável querer bani-las. No que diz respeito ao seu consumo, cabe o sábio preceito da religião délfica, da Grécia antiga: “nada em excesso”.

O problema é que essa aceitação social e essa inserção imemorial das bebidas alcoólicas nos nossos hábitos e costumes não são empecilhos apenas àqueles que, de forma exagerada, já defenderam o seu banimento. Dificulta também a ação daqueles que, corretamente, lutam para combater os excessos. Isso porque a aceitação social muitas vezes assume o caráter de estímulo. As pessoas não se sentem apenas autorizadas a consumir essas bebidas; sentem-se também estimuladas. Encontramos exemplos claros dessa atitude de estímulo, protegida pela aceitação social, na publicidade, que, na sociedade contemporânea, na qual os meios de comunicação são onipresentes, acaba sendo o principal fator de incentivo ao consumo de álcool.

O mais triste, o mais preocupante é que o estímulo é mais sentido justamente por aqueles que são mais vulneráveis: os jovens. Sobre a questão, gosta de deter-me um pouco.

Pesquisa realizada em 1999 mostrou que 35% dos jovens entre 12 e 17 anos já haviam experimentado bebidas alcoólicas. Srs. Senadores, esse é um dado muito relevante, visto que, como sabemos, a venda de álcool é proibida a menores de 18 anos neste País. O que está acontecendo, então, que jovens de 12 anos têm acesso à bebida? Duas explicações, Sr. Presidente, ocorrem-me, e ambas apontam para um triste cenário.

A primeira é a de que, no que diz respeito à proibição da venda de bebidas alcoólicas a menores, a lei não é respeitada. Os comerciantes, certos da impunidade, “não se dão ao trabalho”, como já vi dono de bar dizendo à imprensa, de conferir a idade de seus compradores. Junte-se a isso o fato de que as bebi-

das alcoólicas estão disponíveis em praticamente toda parte e muitas vezes por um preço atraente para o jovem. Com acesso fácil e cumplicidade dos comerciantes, só não compra bebida alcoólica quem não quer.

A segunda explicação é a de que esses jovens se iniciam no consumo de álcool com a convivência de suas famílias. Muitas vezes, não é apenas o exemplo do consumo abusivo de álcool que os jovens encontram em suas famílias. Quantos desses jovens de 12 a 17 anos não se iniciaram no uso de bebidas alcoólicas pelas mãos de familiares e amigos próximos que têm livre acesso às bebidas? Em vez de ter os limites fixados por aqueles que lhes estão próximos e devem cuidar de seu bem-estar, são estimulados a consumir precocemente. Perversamente, muitas vezes se associa à bebida o valor positivo que se atribui à passagem da infância à vida adulta. Para os rapazes, muitas vezes a iniciação ao consumo de álcool é sinônimo de conquista da masculinidade, de entrada na vida adulta, de introdução aos prazeres reservados aos adultos. Infelizmente, essa iniciação, cada vez mais precoce, é também muitas vezes a porta de entrada para o vício do álcool e outras drogas.

Sr. Presidente, incentivado pela facilidade de acesso à bebida, pela cumplicidade de familiares e de amigos, o jovem é ainda estimulado pela publicidade. A propaganda cria em torno da bebida alcoólica toda uma mitologia que fala de perto aos jovens, associando o consumo de álcool a grandes conquistas, à sensualidade e à sexualidade. Belas mulheres cortejadas por rapazes igualmente belos e saudáveis. Já houve mesmo, como muitos ainda estarão lembrados, filmes de publicidade que até pareciam direcionados a crianças, mostrando animais engraçados em situação de humor quase infantil se não fosse pelo fato de que tinham a intenção de vender cerveja.

Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Senador Cristovam Buarque, é difícil, em um contexto como esse que descrevi, mostrar para o jovem onde estão os limites. A própria sociedade dá sinais contraditórios: por um lado, proíbe; por outro lado, estimula. A mão esquerda diz não enquanto a direita serve drinques, com cega liberalidade. Essa ambigüidade tem consequências. A prevenção é extremamente difícil, tornando, então, necessário que apostemos na recuperação. Mas ela é sempre penosa e, muitas vezes, tardia.

Aqueles que se dispõem à recuperação do vício geralmente o fazem porque já causaram muitos males e sofrimentos a si mesmos, às suas famílias e à sociedade. E quantos desses males não são, por sua

vez, irrecuperáveis e irreparáveis? Todas as pesquisas e estatísticas apontam para a estreita correlação entre bebidas alcoólicas e violência, entre álcool e acidentes, seja no trânsito, seja no trabalho, seja no lar. Muitas vezes, esses acidentes e essa violência, como no caso da que ocorre no seio da família, são os que deixam as seqüelas mais traumáticas e difíceis de reparar.

Além desse preço imponderável, ainda há o custo concreto e palpável que pagamos pelo abuso de bebidas alcoólicas. São muitos milhões gastos anualmente com reparações, indenizações, tratamentos, internações decorrentes seja do próprio vício do alcoolismo, fonte de inúmeras doenças, seja dos efeitos provocados por pessoas alcoolizadas.

Aproveito o momento também para fazer um apelo a que neste Carnaval as pessoas não se excedam nas bebidas. Vamos ser alegres sem estar bêbados.

É certo que a grande maioria das pessoas que consomem bebidas alcoólicas não são alcoólatras. Ainda assim, o problema do alcoolismo justifica plenamente que dediquemos uma atenção especial e criemos regras específicas para o consumo de álcool em geral e para toda e qualquer atitude que possa estimular esse consumo. A prevenção é nossa melhor aposta contra essa doença, que afeta indivíduos e se reflete sobre toda a sociedade. A prevenção só será eficiente se o contexto mais amplo em que se dá o consumo de bebidas alcoólicas for adequado.

No que se refere à prevenção, os dois pontos mais importantes a tratar são a regulamentação da venda e do consumo, sobretudo entre jovens, e a da publicidade, seguramente o maior meio de estímulo ao consumo de bebidas alcoólicas. Quanto a isso, Sr. Presidente Mão Santa, mesmo que muito ainda reste a fazer, alegra-me ver que o Poder Público se mostra atento e sensível ao problema. No ano passado, um decreto do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva instituiu um grupo de trabalho interministerial com a finalidade principal de lançar as bases de um plano de atenção integral ao usuário de álcool, incluindo aí ações preventivas e educativas, entre elas também a regulamentação da publicidade. O prazo inicialmente dado à Comissão para apresentar suas propostas foi ampliado, mas aguardamos para breve seu relatório – e devemos estar preparados para cobrá-lo. Da mesma forma, nas duas Casas do Congresso Nacional tramitam cerca de 200 proposições relacionadas com a questão do consumo e da propaganda de bebidas alcoólicas. Algumas dessas, no Senado Federal, já estão em condições de entrar nas pautas das Comis-

sões. Talvez, aproveitando a Semana Nacional Contra o Alcoolismo, seja este um bom momento para darmos novo impulso à tramitação das proposições.

Também auspíciosa foi a escolha do Brasil, ainda no ano passado, para a implantação de um programa de prevenção do alcoolismo, idealizado pela OMS, a Organização Mundial de Saúde. Com o sucesso desse programa, o Brasil poderá até mesmo vir a ser um modelo para outros países no que diz respeito à prevenção dessa doença. Se conseguirmos, por exemplo, articular esse esforço de prevenção com os programas de saúde como o Saúde da Família.

Sr. Presidente Mão Santa, Senador Flávio Arns, Srs e Srs. Senadores, a razão pela qual marcamos o nosso calendário com datas especiais é para que tenhamos ocasião, ao longo do ano, de refletir de forma mais pausada sobre temas que merecem a nossa atenção mais cuidadosa, mas que, normalmente, ficam como que submersos, escondidos sob as nossas preocupações cotidianas.

Inicia-se hoje a Semana Nacional Contra o Alcoolismo. Eis aí uma ocasião não apenas para refletir, mas também para renovar os nossos esforços, fazendo cada um a parte que lhe cabe no combate a esse terrível mal social que é a doença chamada alcoolismo.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Augusto Botelho, o Sr. Flávio Arns, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Concedo a palavra ao Senador José Jorge, do PFL do Estado de Pernambuco.

Pediríamos a compreensão de V. Ex^a, porque querem fazer uso da palavra os Srs. Senadores Garibaldi Alves Filho, Antero Paes de Barros e o Senador Demóstenes Torres. S. Ex^as estão dispostos a usar a palavra até sábado de Carnaval.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Eu também, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, eu gostaria de aproveitar essa oportunidade, no final da sessão, porque hoje de manhã, ao ler o **Jornal de Brasília**, tive a oportunidade de achar uma coincidência. Há uma matéria na página 11, se não me engano, que diz: "Bancos têm lucro recorde." Então, estão demonstrados aqui os lucros dos principais bancos do País: Banco Itaú, R\$3,52 bilhões; Banco do Brasil,

R\$2,381 bilhões; Bradesco, R\$2,306 bilhões; Caixa Econômica Federal, R\$1,616 bilhão; Unibanco, R\$1,50 bilhão. Todos os lucros foram maiores do que no ano passado, com 23,2% a mais, num total de mais de R\$10 bilhões.

Portanto, Srs. e Srs. Senadores, na realidade, quando o Governo do Presidente Lula se candidatou, o discurso que fez para conseguir os votos dizia que aquele Governo que esteve no País durante anos e anos era feito para beneficiar banqueiros e que o Governo do PT, do Presidente Lula, iria ser programado para beneficiar a população, para gerar emprego, aumentar os salários e a renda. E o que aconteceu? Todos os brasileiros acreditaram. Eu, particularmente, não acreditei. Mas muitos acreditaram, e o Presidente Lula teve essa vitória eleitoral.

Entretanto, Sr. Presidente, os últimos 20 ou 30 anos foram o período em que os bancos no Brasil tiveram maior lucro. E isso não aconteceu apenas com bancos bem administrados. Todos os bancos foram contemplados, porque foram mantidas altas taxas de juros para permitir que a economia consertasse, o que, na verdade, não ocorreu.

Mas admirei-me, porque, no verso da folha, consta: "Menos emprego e renda", em artigo que trata particularmente da situação na indústria. Ao contrário dos bancos, que aumentaram os lucros, o emprego caiu, o salário do trabalhador sofreu um decréscimo de 4,3% no ano passado, e a produção, que no ano anterior tinha crescido 2,5%, cresceu apenas 0,3%, ou seja, praticamente zero.

O Presidente Lula disse que haveria, no segundo semestre, um espetáculo de crescimento, mas o que houve foi um espetáculo de crescimento zero para a economia, o emprego e a renda. Na verdade, Sr. Presidente Mão Santa, o verdadeiro espetáculo de crescimento que houve foi o do lucro dos bancos. Realmente, esse espetáculo houve, e os bancos estão bastante felizes com os lucros obtidos no ano anterior.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Senador José Jorge, permita-me interrompê-lo.

Regimentalmente, encerra-se a sessão, mas a Presidência prorroga-a por mais meia hora, para que o Brasil possa acompanhar o pronunciamento de V. Ex^a, bem como os dos Senadores Garibaldi Alves Filho, Antero Paes de Andrade e Demóstenes Torres.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Então, Sr. Presidente, esse foi o resultado econômico do ano passado.

Ainda estamos no início do segundo ano de mandato – quando se realizaria a promessa de o País crescer 3,5% –, antes mesmo do Carnaval, e já houve o maior escândalo do Governo: o Subchefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil, Waldomiro Diniz, foi filmado pedindo propina e dinheiro para a campanha do PT, no Rio de Janeiro e no Distrito Federal. Após a divulgação da filmagem, ele confessou que recebeu e entregou o dinheiro ao candidato a governador.

E, na realidade, o Governo acredita que tomou as providências cabíveis, porque mandou a Polícia Federal investigar e porque demitiu o funcionário. Na realidade, porém, ele foi demitido a pedido, conforme publicado no respectivo decreto. Ele logo pediu para ser demitido, porque não tinha mais condições de ficar no cargo.

Então, creio que temos que instalar uma CPI no Congresso. Acredito que todos se convencerão disso e que ela se realizará.

No entanto, o que considero mais importante é o afastamento do Ministro José Dirceu, porque, na realidade, esse Waldomiro Diniz não é a personagem dessa notícia. A verdadeira personagem é o Ministro José Dirceu, Presidente do PT na época do fato. Como não acreditamos em “Papai Noel”, é muito difícil crer que alguém peça dinheiro e, depois, não vá dizer ao chefe que conseguiu. É muito difícil que o Ministro da Casa Civil não soubesse de que esse seu funcionário estava arrecadando dinheiro para as campanhas eleitorais do seu Partido.

Em segundo lugar, Waldomiro Diniz foi promovido, Senador Antero Paes de Barros, para Subchefe da Casa Civil; circulou aqui no Senado, na Câmara e em outros órgãos.

Portanto, considero importante a instalação CPI, cujo requerimento já assinei. Essa Comissão pode ser pequena; pode ser maior, conforme sugestão do Senador Aloizio Mercadante; pode ser a da Senadora Heloísa Helena ou a do Senador Magno Malta. Cada CPI terá o seu papel.

Entretanto, considero necessário o afastamento do Ministro José Dirceu, porque S. Ex^a é o Primeiro-Ministro, manda em tudo, é quem demite e nomeia Ministros. Assim sendo, S. Ex^a não tem mais condições éticas para ocupar o cargo e deve ser afastado. E o Brasil não elegeu o Ministro José Dirceu para governar, mas, sim, o Presidente Lula. Então, o Presidente Lula deve retirar o Ministro José Dirceu e voltar a governar, como realmente é a sua obrigação.

Então, quero manifestar meu ponto de vista, favoravelmente à instalação da CPI, mas penso, principalmente, que já está em tempo de o Ministro José Dirceu chegar ao Presidente Lula e evitar o constrangimento de ser retirado. Já estou no Congresso Nacional há 21 anos e, diversas vezes, presenciei Ministros sofrendo pressões em virtude de assuntos como esse. Nenhum deles continuou no cargo, Senador Cristovam Buarque.

Não há cargo que suporte sete páginas publicadas sobre o tema, na **Folha de S.Paulo**, e cinco em **O Globo**, durante uma semana. Então, se vai mesmo sair, é melhor que saia logo e aproveite o Carnaval. Depois do Carnaval, voltaremos com um Governo novo, e com o Presidente Lula efetivamente governando.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho, do PMDB do Rio Grande do Norte.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna para dizer que hoje apresentei um requerimento solicitando a constituição de uma comissão de cinco Senadores para uma visita ao Nordeste, a fim de fazer um balanço a respeito das providências adotadas com relação às inundações, mas não apenas isso. Os Senadores se debruçariam também sobre as possibilidades, abertas pelo inverno, de um melhor monitoramento dos açudes e dos reservatórios, que estão transbordando naquela região.

Creio que esse balanço é necessário.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Pois não, Senador Ney Suassuna.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Nobre Senador, quero, desde logo, hipotecar minha solidariedade ao requerimento de V. Ex^a, mas quero também dizer que poderíamos incluir, como atividades desse grupo, a verificação de algumas comportas ou do estado de algumas barragens, que estão recebendo mais água ainda, porque a chuva continua, e podem se tornar perigosas. Outrossim, penso que a comissão, ao voltar, poderia fazer instância junto ao Ministério da Saúde, porque normalmente, após uma grande enchente, surgem problemas decorrentes da poluição das fontes de água, e será preciso providenciar vacinas e medicamentos para combater doenças como leptospirose, diarréia infantil e febre tifóide.

Além disso, com toda certeza, será preciso fazer o levantamento da necessidade de sementes e equipamentos agrícolas e do estado das nossas rodovias. Solidarizo-me com V. Ex^a, acrescentando esses itens que também considero importantes para serem analisados na comissão.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Senador Ney Suassuna, seria feito um levantamento exatamente como V. Ex^a citou. Um levantamento mais amplo do que as providências emergenciais, pois estas, bem ou mal – espero que bem –, já estão sendo tomadas. Esse relatório abordaria esses pontos citados por V. Ex^a, visando até mesmo a que a Região tivesse um aproveitamento dessas barragens no tocante à pesca, ao turismo e à irrigação.

Já existem projetos prontos e possibilidades de financiamento. Não podemos desperdiçar toda essa água, que está caindo de forma inédita no Nordeste, nos últimos anos, haja vista que a Região estava atravessando um ciclo de seca. Agradeço a V. Ex^a o aparte.

Ressalto que, depois do período de recesso do Carnaval, deveremos formar essa comissão, constituí-la com os Senadores do Nordeste, que têm responsabilidade e sabem muito bem que, tanto com relação à seca como à enchente, não podemos ficar concentrados apenas nas providências emergenciais. Precisamos ir adiante.

Senador Ney Suassuna, V. Ex^a tem a experiência de Ministro da Integração Regional. Quero informá-lo que aquela barragem de 300 milhões de metros cúbicos, em cuja inauguração V. Ex^a esteve presente como Ministro, está praticamente transbordando, assim como outras barragens maiores, como a barragem Armando Ribeiro Gonçalves, de 2,4 bilhões de metro cúbicos, e a barragem Santa Cruz, inaugurada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, de 600 milhões de metros cúbicos. Todas estão transbordando. Precisamos aproveitá-las bem.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Senador Garibaldi Alves, qual é o total de metros cúbicos de água no Rio Grande do Norte? A Paraíba tem 5 bilhões de metros cúbicos.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – O Rio Grande do Norte tem em torno de 5 bilhões de metros cúbicos de água.

Sr. Presidente, comprehendo a preocupação de V. Ex^a, pois ainda há dois oradores inscritos para falar antes do término da sessão.

A Petrobras, por meio do seu diretor, José Sérgio Gabrielli, informou que poderá adiar novamente a

construção de uma nova refinaria no País. Esse é outro assunto que está levando os nordestinos à exaustão. Já se falou tanto nessa refinaria, inclusive que seria localizada no Nordeste. Criou-se uma expectativa. Vários Estados habilitaram-se, e novamente temos essa notícia. Peço uma confirmação oficial, para que não fiquemos apenas com essas declarações, a despeito de o Sr. José Sérgio Gabrielli ser diretor daquela empresa estatal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Concedo a palavra ao Senador Antero Paes de Barros, do PSDB do Mato Grosso.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, deixarei para amanhã o discurso que havia preparado. No entanto, farei alguns registros da tribuna do Senado da República.

Em primeiro lugar, declaro que assinei a CPI dos Bingos, proposta pelo Senador Magno Malta, para que todos eles sejam investigados, o que não significa dizer que, com isso, não se deva instalar a CPI do caso Waldomiro Diniz. Defendemos que se faça a investigação ampla, mas defendemos também que se foque a investigação no caso Waldomiro Diniz. Por quê? Há uma lógica nessa situação. Nós da Oposição reconhecemos que somos minoria nesta Casa. Numa CPI com diversos assuntos e itens, quem oferece a pauta do andamento será a maioria – aliás, uma tradição correta do Parlamento. É por isso que nossa Constituição exige a existência de um fato determinado para a criação de uma CPI.

Recentemente, o fato determinado é o caso Waldomiro Diniz. Nada obsta que se prolongue a investigação para todos os bingos, para a sua origem e para tudo o mais nessa Comissão Parlamentar de Inquérito proposta pelo Senador Magno Malta. Mas fazemos questão de enfatizar a necessidade de uma CPI para o caso Waldomiro Diniz.

Sr. Presidente, quero registrar algumas preocupações. O meu respeito era grande e aumentou bastante, com a minha participação na CPI do Banestado, com relação a uma instituição importante para todos os brasileiros: a Polícia Federal. Não tenho dúvidas da lisura, da competência e da eficiência da Polícia Federal. Contudo, quero chamar atenção para algo que causa enorme preocupação: o fato de a Polícia Federal, em mandado de busca e apreensão, ter chegado ao local determinado para efetivar a tarefa apenas e tão-somente quando faltavam três horas para expirar o prazo de 48 horas determinado pelo

magistrado. Esse é um dado absolutamente relevante, que se deve levar em conta.

Conversei com o Senador Romeu Tuma, pela experiência que tem por ter comandado a Polícia Federal brasileira, e S. Ex^a me disse que a tradição da Polícia Federal é cumprir imediatamente o mandado de busca e apreensão, porque a instituição entende que o plantão deve fazer o cumprimento da ordem judicial. No caso Waldomiro, ela foi cumprida quando faltavam três horas para serem completadas as 48 horas de prazo.

A entrevista do Delegado César Nunes pareceu-me meio deslocada, por ter dito que não vai pedir a prisão preventiva do Waldomiro. Ora, vai-se começar um processo de investigação, e ele não vai pedir a prisão preventiva do Waldomiro. Ele pode até não pedir, mas existe uma confissão pública do Sr. Waldomiro!

Como se pode ter certeza de que não se vai pedir a prisão preventiva do Waldomiro? A imprensa divulga agora que “talvez o Waldomiro seja ouvido no Carnaval”. Se ele for ouvido no Carnaval e disser alguns fatos relevantes, o Delegado não vai pedir a prisão? É inédito esse comportamento do Delegado.

Além disso, não sou contra apurar a origem da fita, mas não aceito nem que Delegado, nem que Ministro da Justiça, nem que autoridade do Governo, nem que Parlamentar algum venha insinuar algo sobre quem tinha a informação ou a prova. Ora, importa quem tinha a informação, se o Waldomiro falou a verdade na entrevista que concedeu à **Veja**? Não me refiro nem aos documentos. Tinha a informação quem recebeu o dinheiro.

Se é verdade o que o Waldomiro disse, quem tinha a informação eram os responsáveis pelas campanhas de Magela ao Distrito Federal e de Benedita e Dona Rosinha ao Rio de Janeiro.

Repto: nunca prevariquei na minha vida. A denúncia chegou e dei a ela o tratamento correto. Encaminhei-a a um jornalista e só o fiz porque o considero um bom jornalista investigativo e porque imaginei se tratar de um assunto ligado exclusivamente ao Rio de Janeiro. Não conhecendo o Waldomiro e percebendo que era uma conversa localizada sobre a Loterj, sobre o Rio de Janeiro, entreguei a denúncia a um jornalista. Senão, se soubesse que era o assunto mostrado posteriormente, teria feito nesta Casa um debate, convocando todos os Senadores e toda a imprensa brasileira, ao mesmo tempo.

Não tenho nada contra a investigação da fita. Não sou daqueles que retêm provas. Não tenho, na

minha biografia, a defesa de bandidos. Espero que o Ministro da Justiça do meu País procure fazer justiça. S. Ex^a, como advogado criminalista – era seu direito no exercício da advocacia –, defendeu alguns bandidos deste País, mas, como Ministro da Justiça, não pode transformar quem denuncia bandidos em alvos prioritários e exclusivos de investigações a serem feitas pelo seu Ministério!

Já me disseram para ter cuidado, porque toquei num assunto que vai levar à investigação da minha vida desde o jardim-de-infância. Investiguem! A investigação é um direito da sociedade. Não temo investigação alguma! Já usei alguns **slogans** nas minhas campanhas políticas em Mato Grosso: “Senador de mãos limpas” é um deles. Sou geneticamente honesto, porque meu pai foi honesto, meu avô foi honesto; sou honesto, meus filhos são honestos e minhas netinhas vão ser honestas. Podem investigar à vontade! É um direito da sociedade! Investiguem todos!

Mas, Sr. Presidente, causa-me inquietação saber que o Governo tem a preocupação de me investigar porque denunciei bandidos que praticam tráfico de influência para receber propina, para legalizar o jogo, para legalizar cassinos. O cassino e o jogo desastroem a família brasileira. Uma coisa é o cidadão abastado sair do Brasil para freqüentar cassinos em outros países; outra é a legalização de máquinas caça-níqueis que serão utilizados por alguém que ganha menos de um salário mínimo, e faz sua fezinha. É um absurdo que um Partido com origem na Igreja católica venha com essa proposta indecorosa!

Não há dúvida. Querem investigar, ótimo. Vamos investigar tudo e todos. Já li Karl Marx, que escreveu que é preciso duvidar de tudo. Ótimo, duvidem de tudo, investiguem, mas não venham denunciar o foco da investigação, pois, neste momento, o Brasil deseja saber qual a capilaridade total do Sr. Waldomiro Diniz e onde estão todas as suas impressões digitais.

Voltarei ao tema posteriormente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Com a palavra o Senador Demóstenes Torres, pelo PFL do Estado de Goiás. Peço a V. Ex^a que utilize a sua capacidade sintética.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores,

“É como se descortinasse o interior do homem, e tudo fosse lodo e pântano”.

Thomas Mann

O Supremo Tribunal Federal é composto por onze dos melhores cérebros do Brasil, um time de jurista notáveis, de vasta sabedoria e imenso conhecimento não apenas nas diversas áreas do Direito. Em tese, a experiência e a formação dos Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) deveriam ser aproveitadas em questões relevantes para a Nação, mas é triste constatar exatamente o contrário.

Em sua edição de domingo passado, o jornal **Folha de S.Paulo** publicou reportagem de página inteira acerca do que venho repetindo nesta tribuna e por todos os lugares: não se pode desprezar o Supremo Tribunal Federal com causas miúdas. Repito, há alguns anos, um caso quase inacreditável que foi parar no Supremo e relembrado no domingo pela **Folha de S.Paulo**. É uma briga entre cães, que gastou tempo, pessoal e material do Poder Judiciário desde a primeira instância até o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e daí até o STF.

Infelizmente, não é um caso isolado. O próprio jornal usou como chamada a expressão “pequenas causas”, referindo-se aos juizados especiais – uma ironia à Suprema Corte brasileira. Além disso, a **Folha** descreveu alguns que chamou de “processos esdrúxulos no STF”, elencando o furto de três galinhas gordas e duas magras, o sumiço de uma jaqueta numa lavanderia do Guarujá, o defeito em um aparelho de ar-condicionado e mais dois casos de cachorro além da briga dos totós no Rio Grande do Sul: a morte da cadela Pretinha, que tem como acusada a carrocinha da Prefeitura de Belo Horizonte, e a mordida de um cachorro em uma senhora vizinha de seu dono em Porto Alegre.

Seria até engraçado se não estivéssemos falando em uma das causas que emperram a Justiça e que provocam a lentidão que tanto desgosto semeia na esperança da população. Por isso, é necessário que o Senado se ocupe com prioridade das reformas, a reforma do Judiciário, a reforma política e a reforma da tranquilidade pública, que têm ligações mais próximas entre si do que Waldomiro Diniz com José Dirceu.

Logo neste início dos trabalhos legislativos de 2004, é vital que esta Casa se dedique à reforma do Judiciário, iniciada há mais de uma década no Congresso Nacional, sonhada há mais de meio século por especialistas e desejada até por quem nada entende de Direito, mas é vitimado pela burocracia, a demora e a suspeita. Essa reforma não é um assunto restrito a advogados, membros do Ministério Público, das Procuradorias e do Poder Judiciário. O assunto já caiu no gosto do povo, porque ele entendeu que sua

vida é atrapalhada por diversos aspectos legais, notadamente os processuais.

Na noite de segunda-feira, fiz, com muita satisfação, a aula inaugural deste ano letivo da Unicaldas, Faculdade de Caldas Novas, cidade, jóia do turismo goiano, que tantos visitantes estrangeiros traz a nosso País e que tantos brasileiros leva a Goiás. O tema da aula foi a reforma do Poder Judiciário. A Unicaldas oferece onze cursos e nenhum deles é de Direito, Professor Buarque, que geralmente abriga os acadêmicos mais interessados em discutir mudanças na legislação. Apenas fui o primeiro a falar, pois, verdadeiramente, os alunos da Unicaldas deram a aula, e com participação efetiva, demonstração de conteúdo e interesse no tema. A Unicaldas tem 1.384 estudantes matriculados e, para minha alegria, 1.200 estavam presentes. Ao final de duas horas de debate, eles aplaudiram de pé não a mim, mas à oportunidade de discutir uma pauta que não lhes é proposta, porque alguns pensam que só interessa aos operadores do Direito.

É o típico engano cavalar, pois os estudantes querem, sim, saber por que o Congresso não reforma o Judiciário. Querem, sim, cobrar de Deputados e Senadores providências urgentes para a procrastinação interminável das ações. Querem que a justiça seja feita e que seu andamento não se interrompa com a maré alta dos recursos. Sei que essa é uma péssima notícia para quem torce contra alguns itens da reforma do Judiciário, como a súmula vinculante, mas fiquei muito contente ao constatar, em Caldas Novas, o nível de preocupação que vi em 12 Unidades da Federação por onde passei, em palestras, simpósios e encontros acadêmicos, debatendo essas modificações legais. Por todo o País, e na Unicaldas não foi diferente, ouço indagações acerca da morosidade na aprovação dos projetos. Os estudantes, com a ousadia característica da idade, nos perguntam sempre por que nós, os Parlamentares, queremos reformar o Poder Judiciário para tornar menos lentas as decisões finais se o Poder Legislativo não é exatamente um exemplo de rapidez. Em todos os lugares, respondendo que nos esforçamos para não decepcionar. Que o Congresso Nacional tem os méritos de boa parte das reformas Tributárias e da Previdência Social, que só foram apreciadas em tempo abaixo da expectativa por esforço do Deputados e dos Senadores, e discutir muitos outros temas de interesses absolutamente pertinentes ao cidadão e à sociedade.

Relembro que o Senado aprovou, após ampla discussão na Subcomissão de Segurança Pública, presidida com muito denodo pelo Senador Tasso Je-

reissati, o endurecimento para os chefões do crime organizado. As modificações na Lei de Execução Penal e no Código de Processo Penal aprovadas no Senado evitariam que bandidos como Fernandinho Beira-Mar afrontassem a sociedade com seu turismo judiciário, andando de jatinho fretado, voando de helicóptero, tratados como monarcas. Por falta de legislação específica para criminosos de seu quilate, o Poder Judiciário mandou as autoridades penitenciárias relaxarem nesta semana o regime para Beira-Mar, porque ele já está há nove meses em prisão de segurança máxima. Infelizmente, a Lei de Execução Penal e o Código de Processo Penal são dois poemas de amor a marginais como Fernandinho Beira-Mar, dois sambas de exaltação ao banditismo, duas declarações de que o crime compensa, beneficiado pela omissão, a frouxidão e as benesses legais. Agora, se a lei for seguida à risca, Beira-Mar voltará às mordomias de antes, com três dezenas de advogados fazendo visita a toda hora, telefone celular por conta e, se deixarem, acoplam um DVD no **home theater** da cela. Como já disse Boris Casoy, isso é uma vergonha, é uma afronta à sociedade, é um soco no estômago das pessoas de bem, é um desestímulo à probidade, é um incentivo ao crime.

Continuo acreditando que nós, Parlamentares, vamos acabar com essa moleza que os bandidos têm. Vou reapresentar o projeto que restringe as visitas de advogados e endurece o cumprimento da pena para bandidos como Fernandinho Beira-Mar. Assim, o Juiz da Vara de Execução poderá isolar chefões do crime organizado por até 720 dias, com banho de sol de duas horas por dia. É o regime disciplinar diferenciado de segurança máxima, o RDD Max, que o Senado aprovou em 2003 após debates com especialistas favoráveis e contrários.

Esta Casa não se rendeu aos argumentos fragilíssimos do Ministério da Justiça e deu aos chefões do crime organizado o que eles merecem, mas infelizmente a Câmara rejeitou o projeto. Não há problema. Foi dado mais um ano de folga para a bandidagem, mas vamos voltar a discutir o novo, até porque agora ficou mais fácil aprová-lo, já que passou o efeito inicial da contrapropaganda do Governo, segundo a qual o RDD Max atingiria bandidinho pé-de-chinelo.

Não foi só ignorância de quem espalhou essa boataria, foi também má-fé. A rede de publicidade oficial incentivou até um movimento que se denominou antiterror, comandado por advogados criminalistas que, quando puderam realizar, ao contrário, permitiram com sua ineficiência que os bandidos espalhassem o pânico nas ruas brasileiras. Deveriam ser anti-

terror, mas o terror que os criminosos espargiram pelo Brasil.

Por causa de mentalidades assim é que quadriguilhas determinam o toque de recolher em bairros inteiros, como ocorreu nesta semana em São Paulo e como já aconteceu no Rio de Janeiro.

A mídia do Governo Federal poderia ter dito a verdade, que o RDD Max seria para, no máximo, 70 bandidos no País inteiro, chefes das maiores organizações criminosas, com ligações inclusive internacionais. Mas preferiu manter a moleza para marginais como Beira-Mar e Elias Maluco.

Vou reapresentar o projeto e, certamente, o Senado haverá de aprová-lo novamente e, dessa vez, os Deputados também, pois já sabem que a liberalidade do Ministério da Justiça é beira-omissão.

Essa reforma da tranquilidade deve ser aprovada junto com a reforma do Judiciário. É uma cobrança do País. Muita gente do povo com quem converso todos os dias, praticamente implora por mudanças. As histórias de suas vidas se confundem com as enrolações legais. Um foi vitorioso numa demanda com uma empresa de telefonia e, cinco anos depois, ainda não viu seu dinheiro de volta. Outro igualmente ganhou de um banco, o que por si só representa algo como um time de várzea vencer o Campeonato Brasileiro, e, até agora, não sentiu os efeitos da condenação à parte graúda. Um terceiro lamenta o desfile de um assassino na porta das casas de familiares da vítima enquanto aguarda um julgamento que nunca chega. Outro reclama que parentes de determinadas autoridades conseguem emprego facilmente, enquanto alguns mais capacitados perdem a vaga porque lhes sobra competência, mas lhes falta sobrenome.

Portanto, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, essa reforma interessa a todos, não apenas a quem sente mais de perto as consequências da ausência da súmula vinculante, da quarentena de entrada e saída e do controle externo do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos advogados.

O Ministério da Justiça, que tem até uma Secretaria de Reforma do Judiciário, está agindo nos bastidores e em público para vetar os itens que considera ruins, como a súmula vinculante. É bom que se resalte que a súmula vinculante é ruim na visão do Sr. Ministro da Justiça.

Esta Casa, mais uma vez, não vai se curvar a influências alienígenas, porque depois quem precisa do apoio popular somos nós, os Parlamentares; quem defende o Estado é cada um dos Srs. Senado-

res e das Sras Senadoras; quem vai dar explicação à sociedade somos nós.

Que justificativa daria à população um Ministro de Estado que se diz “radicalmente contra” a súmula vinculante se o Supremo Tribunal Federal está lotado com quase meio milhão de processos, contados apenas os recebidos entre 1999 e 2003?

Esse não é um argumento só de um Senador da Oposição ao Governo, é uma informação publicada pela **Folha de S.Paulo**, com base em dados do próprio Supremo Tribunal Federal. Enquanto cada integrante das Cortes maiores de outros países civilizados julga umas poucas dezenas de ações durante um ano, o Supremo Tribunal Federal tem uma média de quase 50 mil ações para cada Ministro. É, inclusive, desumano para os membros do Supremo Tribunal Federal, mas o Ministro da Justiça se diz “radicalmente contra” a súmula vinculante.

Se enfrentasse o povo em debates abertos, o Sr. Ministro da Justiça teria de dizer que ao Governo interessa manter um Judiciário lento, sem súmula vinculante, pois o Poder Público é o responsável por quase 80% dos processos que estão no Supremo Tribunal Federal.

O Ministro da Justiça tem que ser radicalmente contra a Corte Maior do País julgar a morte da cadela Pretinha e o furto das três galinhas gordas e duas magras do camponês João José Rambo, em vez de se ocupar das grandes questões constitucionais.

O Ministro da Justiça tem de ser radicalmente contra o represamento de R\$6 bilhões em verbas sociais, enquanto milhões de famílias aguardam quase desesperançosas os repasses do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, o Peti, tão bem implantado pela Senadora Lúcia Vânia como Ministra da Secretaria de Ação Social.

O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT – PR) – Senador Demóstenes Torres, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Flávio Arns.

O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT – PR) – Se a Presidência me permitir...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – A Presidência não pode negar a palavra ao Senador Flávio Arns.

O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT – PR) – Senador Demóstenes Torres, só quero solidarizar-me com V. Ex^a por toda a fundamentação com relação à importância da reforma do Poder Judiciário em um conjunto de aspectos, mas, particularmente, na área processual: a processual penal, a processual civil. Há um anseio extraordinário da sociedade em relação a esses

aspectos. Eu diria que se nós, Senadores, Deputados, o Congresso Nacional, conseguirmos realmente levar a cabo essa missão que V. Ex^a aponta de maneira tão contundente e eficaz, poderemos ter, com um Poder Judiciário forte, bom, ágil, acessível a todas as pessoas, um País diferente também. Mais justo, mais humano, mais cidadão, em que as pessoas tenham confiança e acesso à Justiça, Justiça acessível à população e mecanismos que permitam que isso aconteça. Então, não poderia deixar de ressaltar que essa é uma das tarefas mais importantes dentre tantos aspectos que V. Ex^a mencionou no seu pronunciamento. Parabéns!

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Muito obrigado, Senador Flávio Arns. A intervenção de V. Ex^a valoriza sobremodo este discurso, porque é justamente com estas palavras que gostaria de concluir: o Poder Judiciário é um dos pilares, senão o maior pilar da democracia. É quem garante que, no caso de conflito de interesses, haja uma solução. O Poder Judiciário não pode ser um poder intermediário. Tem que ser um poder final. Temos que ter o Poder Judiciário para decidir quem tem razão.

O Ministro da Justiça tem que ser radicalmente contra os juros altos, os impostos e a espoliação de quem produz, enquanto apenas um banco privado lucrou R\$3,1 bilhões no primeiro ano de Governo do PT. Apenas com o dinheiro que esse banco lucrou sobre seus clientes, o então Ministro da Educação, o nobre Senador Cristovam Buarque, conseguiria antecipar para o próximo ano a implantação da Escola em Tempo Integral no Brasil inteiro. Humilhado em público por um superministro que agora é megassuspeito, o Senador Buarque não perdeu muita coisa ao deixar a equipe dos Waldomiro. Quem perdeu com sua saída não foi Cristovam Buarque, mas o Brasil. A Escola em Tempo Integral, que o ex-ministro tão bem defendia, é o primeiro e o maior passo para evitar a criminalidade, para garantir a paz nas ruas, para fazer a reforma da tranquilidade pública.

Enquanto o Governo se enrola nos fios da suspeita tecidos por ele próprio, tentando safar-se da inevitável Comissão Parlamentar de Inquérito que deve apurar as implicações do novo caso PC, mais de 170 milhões de brasileiros continuam sofrendo com a falta de políticas eficientes para setores vitais, como a segurança pública. Já repassei a integrantes do Governo uma pergunta que ouço sempre: a segurança vai melhorar em 2004? Ouço frases desestimulantes, como aquela lengalenga de que inicialmente o Governo vai fazer o bolo, para depois etc, etc, etc. Dinheiro,

que é bom, nada; priorizar a paz nas ruas, que é bom, nada.

Na próxima semana, haverá carnaval, e podem sair manchetes que o Governo espera sobre as personalidades que prestigiaram a folia no Rio de Janeiro, os blocos que se destacaram no Nordeste, as festas de fato populares nas vias públicas de cidades do interior como Caldas Novas, Jataí e Porangatu. Enfim, tudo o que o Governo quer ler, mas ele talvez dance mais que as passistas dos sambódromos, pois o escândalo ganhou as ruas e pode virar marchinha de carnaval. O novo caso PC está sendo chamado de caso WD, quando se quer a referência ao articulador do Governo no Congresso, Waldomiro Diniz, demitido sete meses depois de divulgado que tinha ligações perigosas, e caso JD, uma referência ao chefe de WD, José Dirceu, que novamente derrama escuridão sobre o Governo que lhe confiou a maior concentração de poder que um ministro de Estado reuniu na história recente da República. WD e JD dão uma rima fácil para as marchinhas e instigam a criatividade dos compositores.

Em verso ou em prosa, o povo deve cobrar de seus Parlamentares, inclusive nas palestras, o andamento das apurações desse escândalo, porque não se deve deixar somente a cargo das supostas investigações, iniciadas há uma semana. A Polícia Federal é excelente, trabalha bem, diante dos poucos recursos de que dispõe. O Ministério Público idem. São agentes, escrivães, peritos, delegados, promotores e procuradores suando para fazer um Brasil melhor. Mas o Congresso não pode envergonhar o Brasil com uma **pizza** de 8 milhões e 514 mil quilômetros quadrados. Até a cadeia Pretinha vai se revirar no túmulo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Augusto Botelho.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 181, DE 2004

Requeremos, nos termos regimentais, a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), composta de 9 (nove) membros titulares e de 6 (seis) suplentes, obedecido o princípio da proporcionalidade partidária, para investigar, até o dia 15 de dezembro de 2004, os procedimentos e conflitos na demarcação de terras indígenas.

Elencamos, a seguir, por força de preceito constitucional, os fatos determinados, com documentação anexa, motivadores da instalação da presente CPI:

1 – Como fator determinador temos a demarcação das áreas indígenas em Roraima, especificamente, a homologação da área Raposa-Serra do Sol;

2 – Os recentes conflitos envolvendo indígenas e fazendeiros no Estado do Mato Grosso do Sul e em outros Estados.

Para o seu funcionamento a Comissão contará com recursos no valor de R\$200.000,00 (duzentos mil reais).

Sala das Sessões, 18 de fevereiro de 2004. – **Mozarildo Cavalcanti** – **Edison Lobão** – **Demóstenes Torres** – **Juvêncio da Fonseca** – **Romeu Tuma** – **Delcídio Amaral** – **Augusto Botelho** – **Jefferson Peres** – **Rodolfo Tourinho** – **Garibaldi Alves** – **Heráclito Fortes** – **José Agripino** – **Ney Suassuna** – **Lúcia Vânia** – **Eduardo Siqueira Campos** – **José Maranhão** – **Pedro Simon** – **Leomar Quintanilha** – **Almeida Lima** – **Duciomar Costa** – **Mão Santa** – **João Tenório** – **Ramez Tebet** – **Papaléo Paes** – **Jonas Pinheiro** – **Aelton Freitas** – **Waldir Raupp** – **Osmar Dias** – **Efraim Morais** – **João Ribeiro** – **César Borges** – **Paulo Octávio** – **Maguito Vilela** – **Leônio Pavan** – **Fernando Bezerra** – **Maria do Carmo Alves** – **João Motta** – **Álvaro Dias** – **Antônio Carlos Magalhães** – **Eduardo Azeredo** – **Reginaldo Duarte** – **Sérgio Pereira** – **Gilberto Mestrinho** – **Sérgio Cabral** – **Valmir Amaral** – **Géron Camata** – **Sérgio Zambiasi** – **Antero Paes Barros** – **Patrícia Saboya Gomes** – **Luiz Otávio** – **Arthur Virgílio** – **Magno Malta**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – O requerimento lido contém subscritores em número suficiente para constituir a comissão parlamentar de inquérito, nos termos do art. 145 do Regimento Interno, e será publicado para que produza os devidos efeitos.

Para a comissão parlamentar de inquérito constituída, a Presidência fará oportunamente as designações, de acordo com as indicações que receber das Lideranças.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Augusto Botelho.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 182, DE 2004

Nos termos do art. 75 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja designada comissão, composta de 5 (cinco) Senadores, para vi-

sitar o Nordeste e verificar as providências tomadas em relação às enchentes, os prejuízos causados e as medidas que estão sendo tomadas visando o aproveitamento do período de inverno naquele Região.

Sala das Sessões, 18 de fevereiro de 2004. – Senador **Garibaldi Alves Filho**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – O requerimento lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do disposto no art. 255, II, c, 6, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – A Presidência comunica ao Plenário que, uma vez findo o prazo fixado no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, sem interposição do recurso ali previsto, determinou o arquivamento definitivo do **Requerimento nº 925, de 2003**, do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, *solicitando voto de censura e de repúdio à Relatora de Direitos Humanos da ONU, Asma Jahangir, por ter proposto que aquele organismo internacional envie emissário para inspecionar a Justiça do Brasil.*

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 72, de 2003**, de autoria do Senador Marco Maciel, que acrescenta novo § 1º ao art. 81 do Regimento Interno do Senado Federal, para explicitar que Senador que se desligar do Partido perderá o cargo que exerce em qualquer Comissão.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e à Comissão Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu o **Recurso nº 2, de 2004**, interposto no prazo regimental, no sentido de que seja submetido ao Plenário o Projeto de Lei do Senado nº 26, de 1996, de autoria do Senador Fernando Bezerra, que *dispõe sobre os depósitos bancários das entidades privadas do serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e dá outras providências*.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis para recebimento de emendas, de acordo com o disposto no art. 235, II, c, do Regimento Interno.

É o seguinte o recurso recebido

RECURSO Nº 2, de 2004

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 91, inciso II § 3º, requeremos que o Projeto de Lei do Senado nº 26, de 1996, seja apreciado pelo Plenário do Senado.

Sala das Sessões, 18 de fevereiro de 2004. – Senador **Almeida Lima** – **Efraim Moraes** – **Paulo Octávio** – **Mão Santa** – **Papaléo Paes** – **Osmar Dias** – **Álvaro Dias** – **Augusto Botelho** – **Jonas Pinheiro** – **Heloísa Helena** – **Leonel Pavan** – **Lúcia Vânia** – **Demóstenes Torres** – **José Agripino** – **Arthur Virgílio** – **Juvêncio da Fonseca**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – A Presidência comunica que foi publicado o **Relatório da Presidência do Senado Federal e Congresso Nacional**, sob a Presidência do Senador José Sarney, referente aos trabalhos da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura (períodos de 15 de fevereiro a 30 de junho de 2003 e de 1º de agosto a 15 de dezembro de 2003); da 1ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura (período de 1º a 31 de julho de 2003); e da 2ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura (período de 16 a 23 de dezembro de 2003).

O relatório tem 1.111 páginas de trabalhos e ações do Congresso, realizados por intermédio do Senado da República.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Quero, neste instante, prestar nossa homenagem ao extraordinário homem público, Presidente José Sarney. A meu ver, nos 180 anos de Senado, ninguém o excepcionou em competência, obstinação e liderança. Quero também homenagear todos os funcionários que fazem o Senado cumprir sua missão de criar leis boas e justas, ser a Casa Revisora da Câmara Federal e ser uma importante instituição fiscalizadora de todos os outros Poderes.

Quero dizer que essa homenagem e os aplausos devem ser estendidos a todos os funcionários públicos que colocaram, neste ano, o Senado da República no alto, como está o seu Patrono: Rui Barbosa, que nasceu no alto do Monte Sinai, onde Deus entregou a Moisés as leis para governar o mundo. Rui Barbosa sintetizou: “O único caminho, a única salvação é estar com a lei, dentro da lei.”

Com essas palavras, quero externar a todos a minha gratidão aos extraordinários homens públicos, mormente ao Secretário-Geral desta Mesa, Raimundo Carreiro Silva, e ao Diretor-Geral Agaciel Maia.

Para sintetizar, digo que um quadro vale por dez mil palavras. Hoje todas as Comissões funcionaram. Saliento a presença do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Maurício Corrêa, que expôs a sua experiência e seu ponto de vista sobre a reforma do Judiciário, que esta Casa estuda e com a qual vai premiar a Pátria.

Desde 14h30min, o Senado Federal está funcionando. Na primeira parte homenageou o saudoso ex-Diretor-Presidente do **Jornal do Brasil**, Dr. Manoel Francisco do Nascimento Brito. A sessão se prolongou até agora, com a presença e a participação de todos os Srs. Senadores, que discutiram os pontos fundamentais para a grandeza deste País.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Mozarildo Cavalcanti, Arthur Virgílio, Antonio Carlos Valadares, Maria do Carmo Alves, Reginaldo Duarte, Romero Jucá e Antero Paes de Barros enviaram discursos à Mesa para serem publicados, na forma do disposto do art. 203 do Regimento Interno, combinado com os incisos I e II do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as}s serão atendidos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, desde o final do ano passado, temos recebido repetidas sinalizações de que um novo impulso será dado ao Programa Calha Norte.

Esse fato, Sr^{as}s e Srs. Senadores, é auspicioso.

Afinal, desde sua criação, em 1985, o que o Programa Calha Norte tem enfrentado é uma série quase interminável de dificuldades.

Primeiro, foi estigmatizado por ter sido concebido no fim do regime militar, o que fez com que fosse encarado como apenas uma estratégia de ocupação das fronteiras.

Depois, ao longo dos sucessivos governos democráticos, nunca conseguiu ver reconhecida sua importância. Aos preconceitos políticos, somaram-se as dificuldades financeiras, cada vez maiores, ao longo das últimas décadas.

De modo que, quase vinte anos depois, as medidas até aqui adotadas tinham sido tímidas.

Tímidas, ao menos se comparadas com a importância estratégica do Programa. Tímidas, ao menos se comparadas com tudo de positivo que ele pode trazer para a Região Amazônica e para o Brasil.

Sabemos todos, Sr. Presidente, que o patrimônio daquela região é digno de inveja. Na Amazônia, estão mais de trinta por cento das florestas do mundo. Em sua bacia hidrográfica, temos vinte por cento da água doce do planeta – essa mesma água doce que, dizem os especialistas, ainda será o principal motivo de disputas entre as nações. Na Amazônia, Sr^{as}s e Srs. Senadores, há uma biodiversidade configurada em oito milhões de espécies. Isso, sem falar nas reservas de ferro, manganês, cobre, bauxita e outros minerais valiosos.

Ora, o principal objetivo do Programa Calha Norte sempre foi o de proteger essa Região e, mais que isso, desenvolvê-la, integrando-a de forma definitiva e incontestável ao restante do País.

Ademais, a ação pioneira das Forças Armadas e a criação simultânea de novos pólos de desenvolvimento econômico provocarão uma série de efeitos colaterais, todos benéficos. Por exemplo: tornar-se-ão mais intensas as relações bilaterais com os países vizinhos, especialmente no que diz respeito às atividades comerciais; será dada maior assistência e proteção aos povos indígenas da região; poderão ser intensificadas as ações demarcatórias de fronteira; será ampliada a infra-estrutura viária e acelerada a produção de energia local.

É esse Programa, Sr. Presidente, esse Programa de indiscutível valor para nosso País, que vinha sendo tratado com desdém – eu diria, até, quase com irresponsabilidade – ao longo de tanto tempo.

Por um momento, cheguei a pensar que a situação não mudaria muito neste Governo. Afinal, em 2003, o orçamento da União reservava quarenta e dois milhões de reais para o Programa Calha Norte – um valor, diga-se a bem da verdade, já pouco significativo para a dimensão do empreendimento. Mesmo assim, mesmo sendo tão escassos os recursos previstos, o contingenciamento se fez presente, e foram liberados para o Programa modestos quatorze milhões de reais.

Tudo bem, todos sabemos que, no ano passado, o Governo teve que proceder a rigoroso ajuste fiscal. E essa, vejo agora, é uma explicação convincente. Até porque, a partir daí, o que temos visto são mostras inequívocas de apoio ao Programa.

Já em outubro de 2003, Sr^{as}s e Srs. Senadores, o Ministério da Defesa e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) assinaram um importante convênio, no valor de doze milhões de reais, para reativar o Programa Calha Norte. Um convênio que tive oportunidade de destacar em pronunciamento que aqui fiz, no mês de novembro. Um convê-

nio em que os recursos, a fundo perdido, permitirão o desenvolvimento de projetos sociais na área do Programa Calha Norte. Um convênio que prevê ações nas áreas de saúde, educação, justiça, esportes, alimentação, preservação do meio ambiente, desenvolvimento rural, infra-estrutura de transportes e energia.

Mas tem mais, Sr. Presidente: para o orçamento de 2004, aos vinte milhões de reais da proposta orçamentária do Governo, foram somados outros quarenta e sete milhões em emendas de parlamentares e de bancada, em mais uma demonstração de que o Congresso Nacional busca colocar-se, sempre, ao lado dos anseios da Nação.

Por fim, o próprio Ministério da Defesa, ao qual foi conferida a gestão do Programa, tratou de deixar bem clara a importância que lhe atribui, ao ampliar sua área de abrangência.

Se, anteriormente, o Programa contemplava os Estados do Amazonas, Pará, Roraima e Amapá, agora recebe, também, o Acre e Rondônia. Se, antes, tinha o potencial de beneficiar setenta e quatro Municípios, agora poderá levar avanços sociais e econômicos a cento e cinqüenta e um Municípios. Se, antes, atuava numa linha de fronteira de sete mil e quatrocentos quilômetros, agora marcará presença ao longo de quase onze mil quilômetros, nas fronteiras com a Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa.

Então, Sras Senadoras, Srs. Senadores, acho que temos muito a comemorar. Tenho repetido à exaustão, aqui mesmo desta tribuna, que somente por meio da atuação marcante do Governo Federal é que conseguiremos impulsionar o desenvolvimento da Amazônia, e garantir as suas fronteiras e a integridade nacional.

Nesse sentido, a importância do Programa Calha Norte é decisiva. E espero que sua retomada com força total, nesse novo impulso que se vislumbra, não seja fogo de palha. Espero que o Governo Federal – e aqui falo não só do Ministério da Defesa, mas de todos aqueles cuja atuação é fundamental ao bom andamento do Programa, como os Ministérios da Educação, da Saúde, dos Transportes, de Minas e Energia, da Justiça, e da Agricultura –, espero, repito, que o Governo Federal continue a tratar do assunto como prioridade. A Amazônia e, principalmente, o Brasil só terão a agradecer.

Muito obrigado!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) –

GOVERNAR É PRECISO, PARA NÃO PASSAR EM BRANCA NUVEM, EM PLÁCIDO REPOUSO

Sr. Presidente, Sras. Senadoras, não é à-toa nem é por acaso que o Governo do Presidente Lula deixou o ano de 2003 passar em brancas nuvens. Nada foi feito e, em terreno assim nuvioso, o País é que ficou a ver navios.

Não será demais lembrar Manuel Bandeira, cujos versos advertem para o mal do nada. Adaptando-os ao Brasil de hoje, seria possível dizer:

quem passou pelo governo em branca
nuvem
e em plácido repouso desgovernou,
só passou pelo governo, não governou.

Trago o poeta a este Plenário a propósito de uma boa análise feita, na edição de 18 de fevereiro de 2004 de **O Estado de S. Paulo**, mostrando uma face da inanição do Governo petista no primeiro ano do mandato de Lula.

No período, o Governo não registrou praticamente nenhum avanço na criação de um ambiente seguro para o investimento privado de longo prazo nos setores da infra-estrutura.

Cansei de falar desta tribuna que o País necessita com urgência de marcos regulatórios, para que possa ocorrer a retomada do desenvolvimento.

Cansei. E hoje venho com versos. De Manuel Bandeira. Adaptados para o malogro do Governo Lula, que tanto prometeu, que tanto alardo espalhou aos quatro ventos. E, na verdade, apenas se encheu de ventos, tentou enfunar, tornou-se enfatizado e, como dizem, morreu na praia. Pelo menos seu governo.

A matéria do **Estadão** reproduz a opinião do presidente da Associação Brasileira de Infra-estrutura e das Indústrias de Base, José Augusto Marques. Para ele, durante todo o ano passado, apenas se discutiu, mas tudo ficou nisso e o Brasil não avançou nada. Ele ressalva que “apenas houve uma discussão no Congresso em relação a uma proposta de modelo para o setor elétrico.”

A esse propósito, Marques qualifica o projeto, hoje no Senado – e que deverá figurar da Ordem do Dia de 2 de março – “é muito mais um modelo de delegação do Legislativo ao Executivo do que um marco regulatório.”

Tem razão o entrevistado do **Estadão**. Já me pronunciei sobre o projeto da Ministra Dilma e estou convencido de que ele nada tem de marco, “tantos

são os atos administrativos dos quais dependerá a formação do modelo para o setor."

Em consequência, adverte Augusto Marques, nenhum investidor vai se interessar e, pior ainda, o setor público não dispõe de recursos para a implantação de novos empreendimentos.

Marques segue a mesma linha que venho defendendo no Senado, ao dizer que o Brasil precisa de marcos regulatórios firmes, de agências reguladoras fortes e instrumentos de financiamento adequados.

Ao contrário disso tudo, que é o razoável, que é o de bom senso, o que vimos foi o Governo estilhaçar as agências reguladoras, como se elas não tivessem um papel a desempenhar.

Do setor elétrico, o presidente da Associação das Empresas de Infra-estrutura passa à análise do Projeto de Parcerias Público-Privadas, o chamado PPP. Para ele, "segredo do êxito estará em outro projeto de lei, que trata do fundo garantidor para os projetos incluídos nesse modelo de parceria."

Para José Augusto Marques, o Brasil é um mercado atraente, mas a inanição do Governo se exterioriza pela "falta de apetite."

Dou razão a Bandeira. Há quem prefira passar em branca nuvem, sem perceber que, do outro lado, nuvens negras e ameaçadoras rondam a economia.

Era o que tinha a dizer.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Parmalat é a maior empresa do setor alimentício da Itália, o oitavo grupo industrial daquele país e atua em 30 países, com um total de 35 mil funcionários. No Brasil, ela é a segunda compradora de leite (a primeira é a suíça Nestlé) e controla indústrias de leite e outros alimentos industrializados em São Paulo, Pernambuco, Goiás e outros estados; dispõe de fábricas de leite como as de Garanhuns, em Pernambuco e Santa Helena, em Goiás, com capacidade, cada uma delas, de processar mais de 1 milhão de litros de leite por dia.

Como se sabe, tudo isso entrou em crise, a Parmalat quebrou: o conglomerado italiano pediu concordata em dezembro, e sua subsidiária no Brasil apelou para o mesmo procedimento semanas atrás e acaba de sofrer intervenção da Justiça brasileira, que demitiu toda sua diretoria. Para os tribunais italianos, que declararam a Parmalat insolvente por criar ativos falsos (fraude contábil) e outras irregularidades financeiras, ficou evidente que as contas da empresa eram pouco mais que uma peça de ficção e seu rombo financeiro foi além dos 15 bilhões de dólares, valor incomparavelmente maior que o dos seus ativos no Brasil, por exemplo.

Desde que surgiu o escândalo da matriz em dezembro, já apareceram, só na Justiça brasileira, seis

pedidos de falência contra a Parmalat no Brasil. Pelo menos 1 bilhão de euros da Parmalat já foram parar na conta pessoal de Tanzi, chefão e fundador da Parmalat, através de um esquema que passava pela conta fictícia da megacorporação nas Ilhas Cayman. O próprio Tanzi se viu obrigado a admitir esse desvio, assim como teve que confessar – diante dos fatos – que a conta de 4,7 bilhões de dólares daquele paraíso fiscal não tinha qualquer fundo. O resultado de tudo isso é que ficou mais que evidente que a liquidez da Parmalat estava absolutamente aquém do seu endividamento, coisa que vinha sendo ocultada por empresas de contabilidade, auditoria e consultoria ligadas a grandes grupos financeiros americanos e italianos, que ganhavam com isso.

Ora, o escândalo da Parmalat não pode e nem vai ser considerado – no que depender do Senado Federal – como um problema menor. É grave. A quebra da Parmalat tem impacto sério sobre o setor leiteiro e sobre trabalhadores e consumidores brasileiros e, em especial, se constitui em mais uma aberração econômica e social que já está virando hábito e rotina nesse capitalismo desregulado e financeirizado do nosso tempo; portanto deve merecer atenção de nossa parte, principalmente num processo onde estamos rediscutindo leis de falência e investigando desvio ilegal de dólares para o exterior e lavagem de dinheiro em paraísos fiscais.

Não se trata somente de punir a Parmalat por suas irregularidades financeiras ou de salvaguardar os interesses dos credores, dos fornecedores de leite e da economia brasileira. Tudo isso tem que ser feito, a Polícia Federal tem que agir, o Ministério Público tem que agir, o governo brasileiro entrou em campo e o Senado Federal está atento e está agindo, inclusive através da CPI mista. A Polícia Federal brasileira já começou a investigar remessa ilegal de dólares para o exterior pela Parmalat, pelas contas CC5, já solicitou quebra de sigilo bancário e telefônico da Parmalat e, de nossa parte, vamos continuar cumprindo nosso dever de fiscalizar essa gigantesca falcatura e fazer com seus responsáveis paguem por ela. E temos que salvaguardar cada brasileiro e brasileira que esteja sendo ou venha a ser prejudicado pelo *crack* da Parmalat, naturalmente sem que se recorra ao dinheiro público.

Mas, ao mesmo tempo, se faz necessário questionar profundamente esse modelo de capitalismo do qual Enron e Parmalat são expressão mais fiel. Essa fraude colossal, onde mais de 15 bilhões de dólares desaparecem via paraísos fiscais, não reflete apenas desonestade dos mercados financeiros ou de contadores que registram super-liquidez ali onde existe, na verdade, super-endividamento e fraude.

Estamos diante de um processo bem mais sério e profundo, onde o capital financeiro, esse mesmo que controla as contas brasileiras através do FMI, aparece como o grande beneficiário, o grande interessado e aquele que sai lucrando com essas crises. Todos nós sabemos: nenhum grande banco veio abaixo com a quebra da Enron. A Enron era uma grande pirâmide financeira de 60 bilhões de dólares, que assumia como fachada os negócios de eletricidade e outros. A Parmalat, por sua vez, aparece ocupada com o negócio do leite e alimentos, mas seu grande filé *mignon* é a especulação financeira: os seus negócios com o leite, acobertavam endividamentos gigantescos, desvios e “investimentos” bilionários em paraísos fiscais.

Quem tende a perder com a quebra da Parmalat são os clientes, são os fornecedores, são os pequenos e médios poupadões, são os fundos de pensão que se envolveram com ela, é o abastecimento de leite. Os grandes grupos financeiros tratarão de sair ilesos. Quando a Parmalat do Brasil pediu concordata no dia 28 de janeiro último, automaticamente conseguiu, com essa medida, a extinção dos seis pedidos de falência em curso contra ela e ganhou dois anos de moratória; como ficarão os pequenos fornecedores, aqueles que não podem esperar dois anos para receber um dinheiro que lhe é devido? E aquele passivo de 1,8 bilhão de dólares que a Parmalat deve, somente no Brasil? Como ficarão os desempregados da Parmalat? Como ficará a produção de leite organizada em torno daquela empresa? A única coisa que nós sabemos é que os grandes bancos podem esperar um ano, dois anos, e vão ganhar mais uma vez: e que o grande capital financeiro tratará de seguir em frente ocupando o lugar que antes era da produção e da geração de empregos decentes na economia real.

Essa é a cara desse novo capitalismo parasitário. A mega-fraude da Parmalat, o iceberg financeiro em que ela tinha se tornado com seus tentáculos em paraísos fiscais, mostram que aquele conglomerado estava menos preocupado com leite do que com ganhos parasitários que nada tinham a ver com produção de alimentos. Contra isso temos que nos insurgir. Esse mesmo capital financeiro que leva uma Parmalat à quebra, que leva cooperativas de produtores e criadores a serem responsabilizados pelas dívidas e fraudes financeiras dos controladores da Parmalat, pode levar países como o nosso não apenas à recessão crônica, não apenas a décadas perdidas, mas à bancarrota em benefício dos grandes grupos financeiros credores da nossa eterna dívida externa, aquela que quanto mais se paga mais ela cresce.

Vamos continuar lutando pelo controle do capital financeiro e dos seus paraísos fiscais, e combatendo a lavagem de dinheiro, a economia da fraude e um

tipo de falência que preserva os grandes bancos mas confisca clientes, consumidores, poupadões da classe média, trabalhadores e aposentados. Continuaremos nossa luta contra essa indústria do roubo contábil, do roubo de colarinho branco, que vem se desenvolvendo em meio à recessão da economia real e que funciona como uma praga que aparece bem representada, em toda sua crueldade, no escândalo da Parmalat. E apoiamos a intervenção da Justiça brasileira contra a Parmalat.

Por outro lado, é preciso que o nosso governo imponha condições para quem for comprar a Parmalat, que discuta a crise com as partes mais interessadas e prejudicadas da nossa economia, e que aproveite essa crise para reorientar a produção leiteira brasileira em função dos interesses nacionais e regionais, dos consumidores e produtores.

Escândalos como esse parecem querer mostrar que abastecimento alimentar não é um assunto que possa ficar nas mãos do capital internacional desregulamentado, das grandes corporações multinacionais envolvidas com operações escusas de lavagem de dinheiro. Um exemplo: a Nestlé suíça, maior compradora de leite no Brasil, diante da crise da Parmalat, declarou que não vai comprar a Parmalat nem qualquer parte dela; vai deixar que ela quebre e tratar – como declarou à *Gazeta Mercantil* – de ampliar sua própria participação no mercado. Essa é sua preocupação capital: expandir seus lucros, ocupar maior fatia do mercado, exercer o monopólio. A nossa preocupação tem que ser outra: temos que impedir que fornecedores e consumidores sejam prejudicados, temos que deter esse incêndio especulativo de uma globalização financeira que vem consumindo e corroendo a economia real e não respeita mais nem o leite das crianças.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, a situação energética do País tem sido objeto de debate neste Congresso Nacional, em especial, nesta Casa. Houve tempo em que se falou em “apagão”, planos emergenciais, racionamentos etc. São grandes as preocupações que incomodam a todos. Mas, em tempo de desemprego crescente, de baixos índices de crescimento, de queda do poder aquisitivo dos trabalhadores preparamo-nos, também, com a saúde financeira das nossas empresas, especialmente aquelas cujo controle acionário encontra-se nas mãos dos brasileiros.

Sr. Presidente, tivemos notícias de que o Grupo Cataguases-Leopoldina tem travado intensas batalhas jurídicas para conter a ação de grupos americanos, liderados pelas empresas Alliant Energy e Fond-

Elec Group, na intenção de assumirem o controle acionário do Grupo.

O Grupo Cataguazes, quase centenário, é formado por diversas empresas de distribuição de energia elétrica nas regiões Nordeste e Sudeste do País, muitas delas com renomados prêmios, concedidos pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica, pela qualidade e desempenho dos seus serviços, como é o caso da Energipe e da Saelpa. Possui, hoje, mais de três mil e quinhentos funcionários e distribui energia a mais de um milhão e oitocentos mil consumidores.

Sr. Presidente, segundo informação do Presidente do Conselho, Sr. Ivan Botelho, a manobra jurídica pretende impedir o pagamento de dividendos de 2003 aos seus sete mil, setecentos e sessenta acionistas preferencialistas do Grupo Cataguazes. Pagamento este aprovado em Assembléa Geral.

Sr. Presidente, não quero entrar no mérito das questões jurídicas que envolvem o caso, esse é um problema para a justiça resolver. Mas, a questão que realmente nos preocupa é o processo de desnacionalização que vem ocorrendo em diversas empresas brasileiras. Não somos contra o capital estrangeiro. O capital estrangeiro é bem-vindo desde que seja para gerar empregos, renda e desenvolvimento social e econômico. O que nos preocupa, e em especial nesta seara, é o compromisso com o nosso país. Com as nossas questões sociais e com a manutenção dos serviços essenciais para a população brasileira. Será

que este caminho, a desnacionalização de nossas empresas, é o melhor para o nosso País? Essa é a nossa questão!

Muito obrigada.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE.
Sem apanhamento taquigráfico.) –

ESCÂNDALO DA PROPINA

Sr. Presidente, Sr.ºs e Srs. Senadores, ocupo hoje a tribuna para registrar as denúncias de envolvimento do ex-Subchefe de Assuntos Parlamentares da Presidência da República, Waldomiro Diniz, com o pagamento de propinas e contribuições para campanhas políticas, assunto que foi objeto de diversas matérias publicadas no último fim de semana.

“Planalto demite assessor suspeito”, “Depoimentos revelam estreita relação com bicheiros”, “Assessor era ponte entre cúpula do PT e Garotinho”, “Escândalo de propina de bicheiro derruba assessor do Planalto”: Estes são os títulos de algumas matérias que, Sr. Presidente, passo a ler, para que fique integrando este pronunciamento.

Na oportunidade, requeiro que as referidas matérias sejam inseridas nos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ZERO HORA

ANO 40 - Nº 14.054

PORTO ALEGRE, SÁBADO, 14 DE FEVEREIRO DE 2004

SC/PR
R\$ 1,75

Escândalo de propina de bicheiro derruba assessor do Planalto

Uma denúncia de recebimento de propina estremece desde quinta-feira o Palácio do Planalto. O subchefe de Assuntos Parlamentares do Ministério da Coordenação Política, Waldomiro Diniz, admitiu ter pedido propina a um bicheiro para repassar o dinheiro a três candidatos a governador.

Diniz foi indicado para o governo pelo ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, a quem assessorava até o início deste ano. Ele foi exonerado quinta-feira à noite, por telefone, tão logo o governo soube que a denúncia estava sendo publicada pela revista Época, que chegou às bancas ontem. **Páginas 6 e 7**

JORNAL	O ESTADO DE S. PAULO	DIA	14	MÊS/ANO	FEVEREIRO/2004	EDITORIA	NACIONAL	CADERNO	A	PÁGINA
										10

NO PLANALTO

Depoimentos revelam estreita relação com bicheiros

Segundo um banqueiro do bicho, Diniz era representante de donos de bingos no Congresso

EDSON LUIZ

BRASÍLIA - Dois depoimentos colhidos na semana passada pelo Ministério Público Federal mostram que o ex-subchefe de Assuntos Parlamentares da Presidência da República Waldomiro Diniz tinha uma estreita relação com donos de casas de bingos e banqueiros do jogo do bicho. Diniz, segundo o bicheiro Carlos Roberto Martins, foi quem incentivou seu colega Carlos Ramos, o Carlinhos Cachoeira, a transferir seus negócios para o Rio de Janeiro. A intenção de Diniz era pressionar o empresário espanhol Alejandro Ortiz - um dos mais importantes donos de bingos do País - a desistir do negócio no Estado. "Ou aumentar os percentuais pagos a título de propina para os donos do jogo no Rio", conforme o depoimento de Martins ao Ministério Público.

Ele também afirmou ao MP que, pouco depois dessa investigação, o ex-assessor palaciano passou a defender os interesses de Ortiz no Congresso e no governo. Diante dos fatos, a Polícia Federal indicou ontem o delegado Antônio César Fernandes Nunes para presidir o inquérito que vai apurar o envolvimento de Diniz com a contravenção.

Cachoeira, um antigo bicheiro conhecido em Brasília e Goiânia, gravou vários trechos de conversa entre ele e Diniz, conforme publicou a revista *Época*. Mas depoimentos de outros dois bicheiros mostram que a ligação de Diniz com a contravenção pode ser bem maior do que se imagina. O nome do ex-subchefe de Assuntos Parlamentares do governo já estava relacionado para prestar esclarecimentos em outro inquérito aberto há um ano pela PF que apura o funcionamento dos bingos no Brasil. "Até então ele ainda não era objeto central desta investigação, mas agora passará a ser", diz um policial envolvido no inquérito.

Além de Martins, o Ministério Público ouviu depoimento do bicheiro Messias Antônio Ribeiro Neto, que confirmou o fato de Cachoeira ter ganho um contrato para a exploração de uma loteria online no Rio, quando Diniz era presidente da Loterj, no governo de Anthony Garotinho. Apesar de ter sido levado para o Rio, Cachoeira recompôs com Ortiz, por meio de José Renato Granado, ligado ao empresário espanhol, de quem Diniz se aproximou e, segundo o depoimento de Martins, passou a defender.

Martins confirmou que o ex-assessor era intermediário dos bingos no Congresso e dentro do próprio governo. "Os interesses do jogo são defendidos por Waldomiro através de orientações de Ortiz", disse o

bicheiro, no depoimento da semana passada. "Todo mundo da Abrabin (Associação Brasileira de Bingos) sabe que Waldomiro defende os interesses de Olavo Salles (presidente da entidade) e da própria Abrabin, nessas reuniões", acrescentou Martins.

Indicados - O inquérito da Polícia Federal contra Waldomiro Diniz será feito no Rio, onde o caso já está sendo apurado pelo Ministério Público Federal no Estado. As denúncias chegaram ao subprocurador-geral da República, José Roberto Santoro, que as recebeu do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT).

Ontem, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, pediu ao procurador-geral da República, Cláudio Fontes, a indicação de um integrante do MPF para acompanhar o caso. O delegado indicado para conduzir as investigações, Antônio Nunes, faz parte da equipe de elite da Polícia Federal e chefiou quase todas as divisões na Bahia. Antes deles, foram indicados os delegados Gesival Gomes - que atuou na investigação dos grampos envolvendo o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) - e Paulo de Tarso Teixeira, que presidiu o inquérito sobre o dossiê Cayman.

»

ORNAL O ESTADO DE S. PAULO | DIA 14 | MÊS/ANO Fevereiro/2004 | EDITORIA L1 | CADERNO NACIONAL | PÁGINA A 9

NO PLANALTO

Assessor era ponte entre cúpula do PT e Garotinho

Após rompimento entre petistas e ex-governador, Diniz foi o único que ficou no governo fluminense

LUCIANA NUNES LEAL
e WILSON TOSTA

RIO - Quando, em abril de 2000, o PT rompeu com o então governador do Rio Anthony Garotinho, na época do PDT, todos os colaboradores petistas da administração estadual deixaram seus cargos. Um único indicado do PT continuou no governo: o representante do governo fluminense em Brasília, Waldomiro Diniz, que chegou ao posto por sugestão do então presidente do PT, José Dirceu. No ano seguinte, Diniz foi promovido. Em fevereiro de 2001, assumiu a presidência da Loterj, autarquia responsável pela administração e gerenciamento das loterias e pela autorização e fiscalização dos bingos no Estado.

Um importante integrante do PT ouvido ontem pelo Estado diz que esta promoção não aconteceu por acaso. Segundo esta fonte, apesar do rompimento político, o PT nacional tinha interesse em manter um elo com Garotinho, pensando nas eleições para governador e principalmente para presidente da República em 2002. Diniz fazia esta ligação. Mais ainda: ele te-

ria um papel de garantir dinheiro, supostamente obtido em um esquema de corrupção, para ser usado nas campanhas.

Informações colhidas ontem pelo Estado indicam que Diniz recebia propinas que totalizavam R\$ 300 mil mensais de bingos no Rio. Em troca, garantia que funcionassem sem fiscalizações mais rigorosas. Como presidente da Loterj e amigo de Dirceu, mantinha vínculo com o PT e com o governador.

Em abril de 2002, Garotinho deixou o governo para disputar a Presidência pelo PSB e a petista Benedita da Silva assumiu o governo do Estado. Benedita manteve Diniz à frente da Loterj e, segundo informações obtidas pelo Estado, o esquema com os bingos teria continuado como antes.

A esta altura, a campanha já estava em curso. Benedita concorría à reeleição e Rosinha Matheus, mulher de Garotinho, era sua principal adversária. Candidata pelo PSB, Rosinha foi eleita no primeiro turno. Segundo este integrante do PT, houve um acordo entre o PT nacional e Garotinho pelo qual Rosinha venceria a eleição e, em troca, Garotinho apoiaria Luiz Inácio

Lula da Silva no segundo turno.

Logo depois de assumir o governo, Benedita evitou fazer críticas diretas a Garotinho. Apesar da pressão de determi-

nados grupos do PT do Rio, não chegou a ser feita uma rigorosa auditoria nas contas do antecessor. Lula reconhecia que a candidatura de Benedita era um "sacrifício", pois ela teria eleição

garantida para o Senado.

Em nota divulgada ontem, a governadora Rosinha, hoje no PMDB, que chega hoje de manhã ao Rio de uma viagem a Israel, negou que Diniz tivesse autorização para tratar de assuntos em nome de sua candidatura - nas gravações a que a revista *Época* teve acesso, ele negocia com o bicheiro Carlinhos Cachoeira contribuições de R\$ 150 mil para as campanhas eleitorais de Rosinha e Benedita. A governadora ameaça processar Diniz, se ficar comprovado que ele agiu em seu nome.

"Os recursos da campanha de Rosinha foram obtidos e utilizados com transparência e declarados ao Tribunal Regional Eleitoral, em cujo site se encontram disponíveis para consulta", diz trecho da nota. (Colaborou Clarissa Thome)

EM NOTA,
ROSINHA
AMEAÇA
PROCESSÁ-LO

ESCÂNDALO DA PROPINA

Planalto demite assessor suspeito

Ex-subchefe de Assuntos Parlamentares aparece em vídeo pedindo dinheiro a bicheiro

Bernardo de la Peña
e Gerson Amarotti

BRASÍLIA.

Por determinação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo, exonerou ontem o subchefe de Assuntos Parlamentares do Palácio do Planalto, Waldomiro Diniz, depois de uma reportagem da revista "Época" mostrar que ele negociou com o bicheiro Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, contribuição para campanhas eleitorais e o pagamento de propina, quando ainda era presidente da Loteria do Estado do Rio de Janeiro (Loterj) em 2002. O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, mandou a Polícia Federal abrir inquérito para investigar o caso.

O presidente Lula, segundo um ministro, não escondeu sua irritação ao saber do episódio. A preocupação de Lula era evitar que as denúncias contra um assessor com gabinete no Planalto arranhassem o governo. O chefe da Casa Civil, José Dirceu, que convidou Waldomiro para o governo, evitou comentar o caso. Até as mudanças na Casa Civil, no mês passado, Waldomiro trabalhava como articulador de Dirceu no Congresso. Rebelo disse que o presidente Lula reagiu com indignação ao saber das denúncias contra o assessor:

— Naturalmente, diante de um episódio desses, o presidente reage com indignação e quer ver esse episódio investigado e esclarecido

Saída foi decidida na quinta-feira

• Embora o ministro tenha dito que todos tomaram conhecimento das denúncias com a publicação da revista, a noite de quinta-feira no Planalto foi tensa. Assim que soube da reportagem, Waldomiro informou os ministros Dirceu e Rebelo do teor das denúncias. Ele também avisou que ia pedir afastamento do cargo. Foi aconselhado a esperar a publicação da revista. Mas sua saída já estava decidida.

As 21h de quinta-feira, num telefonema, o então subchefe da Casa Civil desabafou com um interlocutor, tentando dar a sua versão dos fatos:

— A conversa gravada é constrangedora. Eu fui induzido numa armadilha. Apareço pedindo 1% de comissão, mas não era para mim. Era para um assessor meu, que já morreu. Vou me afastar. É o melhor que posso fazer. Na verdade, estão querendo atingir o governo.

A preocupação no Palácio do Planalto é deixar as denúncias restritas a Waldomiro. O grande temor dos assessores do presidente é que o escândalo acabe carimbando o governo do PT com uma imagem negativa, como ocorreu no caso do grampo no BNDES, no governo Fernando Henrique. O principal argumento de assessores de Lula para afastar essa possibilidade é que os fatos mostrados na fita de vídeo ocorreram antes de o PT virar governo.

A investigação da PF será feita no Rio de Janeiro pelo delegado federal

Antônio Cesar Fernandes Nunes, que virá da Bahia para comandar o inquérito. O ex-assessor do governo ontem procurava um advogado para representá-lo no Rio.

— A Polícia Federal é que vai delimitar o âmbito da investigação, mas eu pedi ao doutor Paulo Lacerda [o que a investigação fosse a mais ampla possível, inclusive identificando todas as articulações em torno desse tema] — afirmou o ministro da Justiça.

Bastos quer um procurador no caso

• Bastos também pediu ao procurador-geral da República, Cláudio Fontes, que indicasse um representante do Ministério Pùblico para acompanhar o processo.

— Temos, no governo, o compromisso inarredável com a moralidade, com os princípios e com a defesa do interesse público, da transparência de todos os atos e de todos os gestos. E a determinação do presidente é exatamente coerente com esses princípios, que movem a nossa trajetória e que movem, também, o atual governo — afirmou Rebelo.

Ao saber das articulações da oposição no Congresso para a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o caso, Rebelo disse que o governo não se envolveria no caso.

— Ao governo não cabe estimular ou frear qualquer tipo de ação do Congresso, que é um poder so-

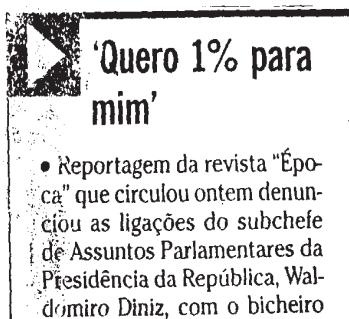
berano. O que cabe ao governo, foi feito: a determinação da abertura de inquérito pela Polícia Federal — afirmou.

Segundo Bastos, a PF vai investigar todas as possibilidades — se o assessor cometeu um crime comum ou eleitoral — e vai encaminhar o assunto às autoridades competentes:

— A Polícia Federal vai verificar todos os aspectos da questão. Se forem identificadas questões que dizem respeito à Justiça estadual, naturalmente isso irá para a polícia judiciária estadual. ■

► **NO GLOBO ONLINE:**

Revista Época explica como foi feita a denúncia



Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, de quem cobrou propina e contribuições para as campanhas de Geraldo Magela, Rosinha Matheus e Benedita da Silva, respectivamente candidatos do PT ao governo do Distrito Federal, do PSB ao governo do Rio e do PT ao governo do Rio, em 2002.

A revista teve acesso ao conteúdo de uma fita de vídeo gravada em 2002 pelo próprio bicheiro. Na época, Waldomiro era presidente da Loterj, a Loteria do Estado do Rio de Janeiro, cargo que obteve no governo Garotinho e no qual foi mantido durante a gestão de Benedita da Silva.

Informado da reportagem da revista, Waldomiro acabou confirmando que entregou pessoalmente R\$ 100 mil ao comitê de campanha de Magela, dinheiro que lhe fora dado por Cachoeira, segundo admitiu. Na fita, ele negocia contribuições mensais de R\$ 150 mil para as campanhas de Benedita da Silva e Rosinha Matheus.

Para si, pediu propina de 1% do valor dos contratos fechados. Em troca, o então presidente da Loterj garantiu ao bicheiro o monopólio da exploração das máquinas de apostas on-line, chegando a oferecer a Cachoeira a chance de reescrever o edital de licitação conforme sua conveniência. Na ocasião, a Loterj estava em processo de escolha da empresa que exploraria loterias com apostas em papel, por internet ou por telefone. "Quero 1% para mim", diz Waldomiro ao bicheiro.

Os dois ainda conversam em baixo tom de voz sobre o presidente da Associação dos Bingos do Rio de Janeiro, José Renato Granato Ferreira. Cachoeira diz a Waldomiro que aceita pagar R\$ 1,5 milhão para tirar José Renato do mercado de videobingo.

A fita de vídeo com a conversa foi entregue ao senador Antônio Paes de Barros (PSDB-MT) há duas semanas, que a mandou para o Ministério Público.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) — Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, uma importante publicação da CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil acaba de chegar-me às mãos. Trata-se do estudo intitulado **O que pensam os produtores brasileiros**, edição de 2003. Digo que estamos diante de um documento relevante, porque, de forma extremamente objetiva, valendo-se de recursos gráficos, nele é dado a conhecer o pensamento contemporâneo de agentes econômicos decisivos para qualquer processo de desenvolvimento e crescimento econômico, independentemente do governo e suas vocações ideológicas. Isso, claro, se for possível falar-se em ideologias no Brasil atual!

Não há qualquer dúvida, no quadro de uma sociedade capitalista conduzida sob a égide de preceitos democráticos, sobre a necessidade de conhecemos o modo de pensar e atuar dos distintos segmentos da sociedade. E essa necessidade ganha fôro especial quando se trata daqueles que definem a instância primeira e decisiva daquilo que conforma o mercado.

Como homens e mulheres que militam no espaço público, todos nós, Sras e Srs. Senadores, sabemos, antes mesmo da consagração moderna dos sofisticados instrumentos de **marketing**, o valor desse tipo de informação. Assim, para que V. Ex^{as}s compartam comigo uma pequena porção desse significativo relato, apresento alguns dos resultados mais marcantes.

Antes, porém, devo registrar que o levantamento integra o **Projeto Conhecer – Para Representar Melhor** e é difundido desde o ano 2000, a cada final de exercício. É o modo de identificar problemas e oportunidades para o setor rural, servindo, efetivamente, como ferramenta estratégica na consecução das políticas classistas da própria CNA, como registra a apresentação do documento.

Cabe também salientar que a metodologia adotada para a captação dos dados e informações segue modelo estatístico e reflete a opinião de parcela que representa 85% da produção agrícola e 77% do efetivo pecuário nacional, com base em informações do Censo Agropecuário de 1996, do IBGE. No total, foram ouvidos aproximadamente 30

mil produtores de todos os Estados da federação e do Distrito Federal.

O documento final, que evidencia a opinião do segmento agropecuário no ano 2003, está dividido em quatro capítulos centrais, seguindo-se as conclusões. Num primeiro momento, é analisado o plano agrícola e pecuário para o biênio 2003/2004; depois vêm, pela ordem, as reformas em tramitação no Congresso Nacional, como a tributária, a trabalhista e a previdenciária; a questão das invasões de terras, um assunto de crucial importância para a coletividade que atua no agronegócio; a rastreabilidade bovina, tema contemporâneo de grande apelo; e, por fim, o programa de melhoria da qualidade do leite.

A primeira parte do estudo revela que 62% dos entrevistados dependem do crédito rural obtido em bancos para o financiamento de suas atividades, enquanto 25% não o fazem, por dificuldades várias. Os números revelam a grande dependência do setor desse tipo de recurso. Somente 13% dos produtores afirmaram não precisar recorrer a instituições financeiras para financiar sua produção.

Ainda na mesma linha, 87% dos entrevistados responderam sim, quando indagados sobre o interesse em aumentar o volume dos recursos de crédito a taxas de 8,75% ao ano, no financiamento de suas atividades. Uma revelação importante, nesse capítulo, refere-se às grandes dificuldades para contrair financiamentos, pois, em média, para cada duas solicitações de financiamento, uma é negada, e os bancos, majoritariamente, alegam indisponibilidade de recursos.

No que tange às reformas constitucionais, os representantes do agronegócio brasileiro mostraram-se céticos quanto à tributária e à trabalhista, mas otimistas diante da reforma previdenciária. No primeiro caso, julgam que as mudanças na tributação significam alguns avanços, mas tímidos e insuficientes para diminuir o elevado ônus tributário na produção, o que é opinião corrente majoritária no setor privado como um todo. Já no que diz respeito à reforma trabalhista, uma maioria de peso, 89%, acredita que ela é onerosa e complicada, além de prejudicar a formalização do emprego no campo. Enfim, quanto à reforma previdenciária, mais de dois terços dos participantes mostraram-se satisfeitos, pois, segundo eles, com o equilíbrio das contas previdenciárias, o Governo poderá dirigir recursos financeiros para outras áreas, como fomento, atividade agropecuária, investimentos em saúde e segurança, por exemplo.

Na parte referente às invasões de terras, há uma boa surpresa, pois 62% acreditam que suas terras não serão invadidas, embora tenham preocupações com os rumos dos acontecimentos no caso das

práticas de ocupação de propriedades. Mesmo assim, por outro lado, apenas um terço afirma que não teve a própria terra invadida ou ameaçada ou não conhece proprietários de sua região que tenham enfrentado situação semelhante.

Cinquenta e oito por cento dos participantes afirmaram que não reagiriam com o uso da força caso suas terras fossem invadidas, enquanto 29% mostraram-se dispostos a usar a força; 13% não se posicionaram. Um número que preocupa refere-se à falta de confiança, registrada por metade dos produtores, na ação do poder executivo estadual para cumprir as determinações de reintegração de posse na propriedade. Apenas um terço crê na efetividade das ações dos governos estaduais.

Devo salientar, ainda, que mais da metade dos integrantes do agronegócio brasileiro conhecem partes dos mecanismos de rastreabilidade e os procedimentos de certificação bovina, existindo dúvidas de um percentual significativo. Menos de 10% dos produtores conhecem toda a legislação que trata da rastreabilidade. Fica claro, também, que a rastreabilidade interessa à maioria dos pecuaristas, porque 76% afirmaram pretender continuar ou implementar a rastreabilidade em seus animais, mas são confrontados com um grande impeditivo: o custo.

Finalmente, ficamos sabendo que é de pequeno e médio porte o perfil dos pecuaristas de leite, sendo que 82% dos consultados produzem menos de mil litros por dia. Esse segmento possui um alto grau de informação sobre o *Programa de Melhoria de Qualidade do Leite*, mas, no ano passado, apenas 42% estavam enquadrados nas normas do programa.

Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, é esse o registro que faço sobre o documento **O que pensam os produtores brasileiros 2003**. Ao tempo em que me congratulo com a CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, na pessoa de seu presidente, Antônio Ernesto de Salvo, cumprimento os demais integrantes da diretoria e, enfim, os produtores nacionais, pelo muito que representam para o desenvolvimento de nosso País.

Muito obrigado.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) –

FATO POSTERIOR

Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, a coluna "Coisas da Política", publicada no **Jornal do Brasil**, em sua edição de 18 de fevereiro do corrente, informa que o Ministério Público tem provas de que, durante o ano de 2003, o então assessor parlamentar da Presidência da República, Waldomiro Diniz, encontrou-se mais de uma vez com o bicheiro Carlos

Cachoeira. Se isso é verdade, cai por terra a linha de defesa do governo segundo a qual a relação do ex-assessor com o senhor Cachoeira se restringiu ao ano de 2002 e, portanto, anterior à sua passagem pelo governo Lula.

Pela oportunidade do assunto, requeiro que o texto da matéria do **Jornal do Brasil** seja dado como

lido e considerado como parte integrante deste pronunciamento. O texto é o seguinte

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

JORNAL	DIA	MÊS/ANO	EDITORIA	CADERNO	PÁGINA
JORNAL DO BRASIL	18	FEVEREIRO 2004	PAÍS	A	2
COISAS DA POLÍTICA					
Dora Kramer					
<h1>MP tem prova de ‘fato posterior’</h1> <p><u>O Ministério Público ainda investiga o motivo, mas já tem provas de que durante o ano passado o então assessor parlamentar da Presidência da República, Waldomiro Diniz, encontrou-se mais de uma vez com o bicheiro Carlos Cachoeira.</u></p> <p><u>Os procuradores apuraram a razão dessas conversas, cujo teor pode determinar a existência de conduta ilícita continuada nos procedimentos do assessor, invalidando a linha de defesa adotada pelo governo, segundo à qual a relação de Waldomiro com o contraventor limitou-se ao ano de 2002.</u></p> <p><u>O MP esquadriinha a movimentação de Waldomiro Diniz por uma área – bingos e loterias – em tese estranha às suas atribuições funcionais de assessor parlamentar do Palácio do Planalto.</u></p> <p><u>São três os focos: os encontros com o bicheiro, o contrato da Caixa Econômica Federal com a empresa operadora do sistema on-line de loterias, a Getch – o maior entre todos mantidos pela multinacional mundo afora, segundo informações do Ministério Público – e as relações do assessor com a Associação Brasileira dos Bingos.</u></p> <p><u>A pergunta considerada chave pelos investigadores é a seguinte: Por que o assessor parlamentar da Presidência participava de decisões – como a primeira grande reunião de governo para tratar da legislação de regulamentação dos bingos –, se não dispunha de delegação oficial para tal e se suas atribuições funcionais nada tinham a ver com isso?</u></p> <p><u>Sua participação na seara de loterias é definida, por enquanto, como “nebulosa”.</u></p> <p><u>A ocorrência do “fato posterior” veementemente negado pelo governo já estaria demonstrada apenas no registro – via depoimentos – dos encontros de Waldomiro Diniz com Carlos Cachoeira quando no exercício de função de confiança na Presidência da República, embora ele seja o único alvo da investigação no que tange a ocupantes de função pública.</u></p> <p><u>Nenhum integrante do governo consta da investigação, cujo foco exclusivo, pelo menos por</u></p>					
<p><u>Waldomiro manteve encontros com bicheiro em 2003</u></p> <p><u>enquanto, é o ex-assessor e os atos de corrupção e tráfico de influência que possa ter cometido na função da qual foi demitido.</u></p> <p><u>Não existem mais fitas, mas o Ministério Público ainda não concluiu o trabalho sobre os dois vídeos em que Diniz aparece conversando com o bicheiro, em 2002.</u></p> <p><u>Um deles, filmado pelas câmeras da Infraero no aeroporto de Brasília, suscita diversas dúvidas. Não apenas porque registra apenas imagens dos dois, sem áudio, como também pelo fato de a filmagem – explicitamente dirigida – ter sido feita com equipamento de empresa pública.</u></p> <p><u>Em princípio, a desconfiança no Ministério Público é a de que o bicheiro Carlos Cachoeira possa ter subornado alguém dentro da Infraero para produzir a fita, o que deverá provocar uma investigação de corrupção tendo como alvo a autarquia.</u></p> <p><u>Essa tese se baseia na suposição de que a ação “não parece coisa de governo”. Além disso, a outra fita, a primeira, onde Waldomiro Diniz aparece pedindo propina, foi feita pelo bicheiro.</u></p> <p><u>Nesta, as primeiras cenas mostram Carlos Cachoeira terminando a montagem do equipamento. Sozinho na sala com um funcionário, ele recomenda prudência na camuflagem do cenário: “Cuidado, porque o Waldomiro é muito esperto.”</u></p> <p><u>A advertência demonstra aos investigadores a existência de uma relação constante entre os dois, naquela altura já contaminada pela desconfiança.</u></p> <p><u>Mesmo assim, meses depois – a primeira fita data de maio de 2002 e a segunda, feita depois da eleição – os dois têm um encontro de uma hora no aeroporto de Brasília.</u></p> <p><u>Como não existe áudio, a fita será submetida ao exame de uma fonoaudióloga para fazer uma leitura labial da conversa para, pelo menos, tentar descobrir o conteúdo da grande sacola branca que Waldomiro carrega enquanto é acompanhado pela câmera da Infraero.</u></p> <p>Na ofensiva</p> <p>Talvez fosse boa providência, por parte da direção da empresa de administração de aeroportos, a abertura agora de uma sindicância interna para adiantar as investigações a respeito da presença de um órgão público na montagem de material estranho – para dizer o mínimo – às funções das câmeras da Infraero.</p> <p>O objetivo seria sustentar, ou derrubar, a tese levantada por governistas de que na administração Fernando Henrique houve uso escuso e privado de equipamento público.</p> <p>Mesmo a hipótese de suborno por parte do bicheiro levantada pelo Ministério Público, se comprovada, derrubaria a acusação de ação dolosa, mas não deixaria confortável o governo do PSDB.</p>					

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

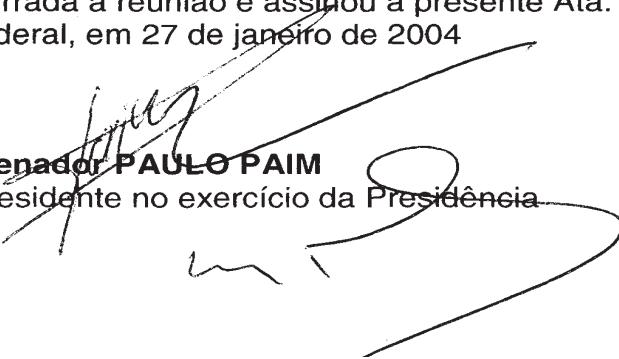
O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 21 minutos.)

**Ata da 1^a Reunião da Mesa do Senado Federal,
realizada em 27 de janeiro de 2004**

Às dezessete horas do dia vinte e sete do mês de janeiro de dois mil e quatro, na Sala de Autoridades do Gabinete da Presidência, com a presença dos Srs. Senadores Paulo Paim, Primeiro Vice-Presidente; Eduardo Siqueira Campos, Segundo Vice-Presidente; Romeu Tuma, Primeiro Secretário; Heráclito Fortes, Terceiro Secretário; e Sérgio Zambiasi, Quarto Secretário, reuniu-se a Mesa do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, Primeiro Vice-Presidente no exercício da Presidência, para tratar de assunto referente a fax datado de 26 de janeiro de 2004, do Sr. Desembargador ELISEU FERNANDES DE SOUZA, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, vazado nos seguintes termos: *“Por força do disposto no art. 15, inciso III, da Constituição da República e para os fins de direito, comunico a Vossa Excelência o trânsito em julgado da condenação criminal do cidadão MÁRIO CALIXTO FILHO, primeiro suplente do Senador Amir Francisco Lando, a um ano de detenção, conforme certidão em anexo”*. Inicialmente, a Mesa deixou assentado que a posse do Sr. MÁRIO CALIXTO FILHO ocorreu tendo em vista que o empossando apresentou toda a documentação exigida por lei, não tendo, até o momento da posse, chegado ao conhecimento da Mesa o fato acima referenciado. Após discussão sobre a matéria, a Mesa decidiu, por unanimidade, aguardar a chegada da documentação original a que se refere o fax em comento e, após o seu exame, se confirmado o seu teor, instaurar o devido processo, abrindo-se o direito de ampla defesa pelo prazo de cinco sessões ordinárias. Decidiu, também, desde já, designar como relator o Senador Eduardo Siqueira Campos. Deliberou, por fim, dar conhecimento ao Plenário dessa decisão. Em seguida, o Sr. Primeiro Vice-Presidente suspendeu a reunião, ao tempo em que determinou que eu, *Raimundo Carreiro Silva* (Raimundo Carreiro Silva), Secretário-Geral da Mesa, lavrasse a presente Ata. Reaberta a reunião, a Ata foi lida pelo Senhor Primeiro-Secretário e aprovada pelos Senadores presentes. Nada mais havendo a tratar, às dezessete horas e vinte e oito minutos, declarou encerrada a reunião e assinou a presente Ata.

Senado Federal, em 27 de janeiro de 2004


Senador PAULO PAIM

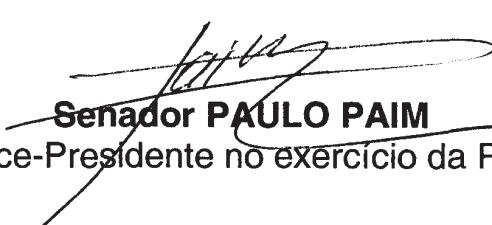
Primeiro Vice-Presidente no exercício da Presidência

**Ata da 2^a Reunião da Mesa do Senado Federal,
realizada em 29 de janeiro de 2004**

Às doze horas do dia vinte e nove do mês de janeiro de dois mil e quatro, na Sala de Autoridades do Gabinete da Presidência, com a presença dos Srs. Senadores Paulo Paim, Primeiro Vice-Presidente; Eduardo Siqueira Campos, Segundo Vice-Presidente; Romeu Tuma, Primeiro Secretário; Alberto Silva, Segundo Secretário; Heráclito Fortes, Terceiro Secretário; e Sérgio Zambiasi, Quarto Secretário, reuniu-se a Mesa do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, Primeiro Vice-Presidente no exercício da Presidência, com o objetivo de tomar conhecimento de documentação recebida do Sr. Desembargador ELISEU FERNANDES DE SOUZA, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, referente ao Senador MÁRIO CALIXTO FILHO, primeiro suplente do Senador Amir Lando. Inicialmente, o Sr. Primeiro Vice-Presidente no exercício da Presidência, Senador Paulo Paim, esclareceu, à Mesa, os motivos da demora na chegada dos documentos referidos. Tendo solicitado ao Diretor-Geral do Senado a apuração do fato, este lhe relatou que o Serviço de Portaria da Casa não havia sido alertado para a importância do documento, do qual também não constava nenhuma indicação de urgência, motivo por que a documentação foi acondicionada em armário próprio, para ser entregue no dia seguinte de manhã, como de praxe, só tendo sido procurado às 21h05 do dia 28 de janeiro. Iniciando os trabalhos, procedeu-se à abertura do envelope do qual constava o original do Ofício nº 046/2004-GAB-PRES-TRE, de 26 de janeiro em curso, do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, Desembargador Eliseu Fernandes de Souza, vazado nos seguintes termos: *“Por força do disposto no art. 15, inciso III, da Constituição da República e para os fins de direito, comunico a Vossa Excelência o trânsito em julgado da condenação criminal do cidadão MÁRIO CALIXTO FILHO, primeiro suplente do Senador Amir Francisco Lando, a um ano de detenção, conforme certidão em anexo”*. O referido expediente veio acompanhado dos seguintes documentos: 1) Despacho, datado de 26/1/2004, do Juiz Eleitoral João Luiz Rolim Sampaio nos autos da Ação Penal nº 691/99; 2) Certidão do Cartório da 6^a Zona Eleitoral do Município de Porto Velho, Rondônia; 3) Certidão da 24^a Zona Eleitoral de Porto Velho, Rondônia; 4) Ofício do Juiz Eleitoral João Luiz Rolim Sampaio, da 24^a Zona Eleitoral de Porto Velho, Rondônia, encaminhando despacho e certidão emitidos nos autos da Ação Penal nº 691/99-24^a Z.E./RO ao Presidente

do TRE-RO; 5) Extrato da Consulta no Cadastro Nacional de Eleitores referente a Mário Calixto Filho. Em seguida, o Sr. Primeiro Vice-Presidente, Senador Paulo Paim, entregou os documentos ao Sr. Primeiro Secretário, Senador Romeu Tuma, para que determinasse à Secretaria-Geral da Mesa a autuação da documentação e o encaminhamento desta ao Relator, Senador Eduardo Siqueira Campos, Segundo Vice-Presidente. A Mesa decidiu, também, oficiar ao Corregedor-Geral da Justiça Eleitoral, solicitando-lhe que, quando ocorrerem os casos previstos nos arts. 15, III; e 55, IV a VI, da Constituição Federal, envolvendo senador ou suplente de senador, o Senado seja imediatamente comunicado, a fim de se evitar o desgaste por que passou a Casa no presente episódio. Em seguida, o Sr. Primeiro Vice-Presidente suspendeu a reunião, ao tempo em que determinou que eu, Raimundo Carreiro Silva (Raimundo Carreiro Silva), Secretário-Geral da Mesa, lavrasse a presente Ata. Reaberta a reunião, a Ata foi lida pelo Senhor Primeiro-Secretário e aprovada pelos Senadores presentes. Nada mais havendo a tratar, às doze horas e vinte e cinco minutos, declarou encerrada a reunião e assinou a presente Ata.

Senado Federal, em 29 de janeiro de 2004


Senador PAULO PAIM
Primeiro Vice-Presidente no exercício da Presidência

**Ata da 3^a Reunião da Mesa do Senado Federal,
realizada em 05 de fevereiro de 2004**

Às treze horas e quarenta e cinco minutos do dia cinco do mês de fevereiro de dois mil e quatro, na Sala de Autoridades do Gabinete da Presidência, com a presença dos Srs. Senadores Paulo Paim, Primeiro Vice-Presidente; Eduardo Siqueira Campos, Segundo Vice-Presidente; Romeu Tuma, Primeiro Secretário; Heráclito Fortes, Terceiro Secretário; e Sérgio Zambiasi, Quarto Secretário, reuniu-se a Mesa do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, Primeiro Vice-Presidente no exercício da Presidência. Abertos os trabalhos o Sr. Presidente declarou que o objetivo da reunião era tratar da Representação nº 1, de 2004, que trata da *“Comunicação do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia à Presidência do Senado Federal, do trânsito em julgado da condenação criminal do Sr. Mário Calixto Filho, primeiro suplente do Senador Amir Francisco Lando, a um ano de detenção e, consequentemente, à perda ou suspensão dos direitos políticos, nos termos do art. 15, III, da Constituição Federal.”* Em seguida, concedeu a palavra ao Sr. Relator, Senador Eduardo Siqueira Campos, Segundo Vice-Presidente, para emitir o seu parecer. Usando da palavra, Sua Excelência fez um relato da tramitação da matéria, esclarecendo, em síntese, que: 1 – quando da posse, o Sr. Mário Calixto apresentou todos os documentos exigidos para o ato, inclusive o diploma de primeiro suplente de Senador, emitido pelo Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia; 2 – No mesmo dia da posse, o Presidente daquele Tribunal comunicou ao Senado Federal que o Sr. Mário Calixto estava com os seus direitos políticos suspensos, em razão de sentença criminal transitada em julgado; 3 – nestas condições a relatoria considera nulo o ato de posse e, por conseguinte, não haveria mais razão para que prosperasse a Representação nº 1, de 2004, não havendo, igualmente, sentido a notificação para que apresentasse defesa. Em seguida, apresentou a seguinte minuta de decisão à Mesa:

DECISÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

A MESA DO SENADO FEDERAL, no uso de suas competências constitucionais e regimentais,

CONSIDERANDO QUE:

- - o Senhor MÁRIO CALIXTO FILHO, Primeiro Suplente do Senador AMIR LANDO, apresentou todos os documentos necessários à posse no Senado Federal, quando do afastamento do titular;
- - após a posse do Senhor MÁRIO CALIXTO FILHO no Senado Federal, a Mesa recebeu do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Rondônia certidão judicial que comprova a suspensão de seus direitos políticos em decorrência de condenação criminal transitada em julgado;

RESOLVE:

- - **declarar nulo, não gerando quaisquer direitos, o ato de posse** no Senado Federal do Senhor MÁRIO CALIXTO FILHO, tendo em vista que, na data do referido ato, Sua Excelência encontrava-se com os **direitos políticos suspensos**;
- - convocar o Segundo Suplente do Senador AMIR LANDO para exercer o mandato, tendo em vista que o titular está investido no cargo de Ministro de Estado;
- - declarar extinta a Representação nº. 1, de 2004.

Senado Federal, 05 de fevereiro de 2004.

Senador Paulo Paim – 1º Vice-Presidente no exercício da Presidência

Senador Eduardo Siqueira Campos – 2º Vice-Presidente e Relator

Senador Romeu Tuma – 1º Secretário

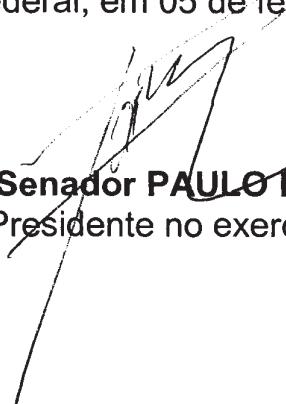
Senador Heráclito Fortes – 3º Secretário

Senador Sérgio Zambiasi – 4º Secretário

Colocada em discussão e submetida a votos, a proposta foi aprovada. Decidiu, também, a Mesa que esta decisão seria comunicada ainda hoje à Casa, na sessão plenária do Senado Federal. Decidiu, ainda, que seria enviado ofício, à Corregedoria do Tribunal Superior Eleitoral, estranhando o fato de que o Senado Federal não tenha sido informado, pelo Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, da condenação criminal do Sr. Mário Calixto Filho, que transitou em julgado em vinte e dois de outubro de dois mil e três.

Em seguida, o Sr. Primeiro Vice-Presidente suspendeu a reunião, ao tempo em que determinou que eu, Raimundo Carreiro Silva (Raimundo Carreiro Silva), Secretário-Geral da Mesa, lavrasse a presente Ata. Reaberta a reunião, a Ata foi lida pelo Senhor Primeiro-Secretário e aprovada pelos Senadores presentes. Nada mais havendo a tratar, às catorze horas, declarou encerrada a reunião e assinou a presente Ata.

Senado Federal, em 05 de fevereiro de 2004


Senador PAULO PAIM

Primeiro Vice-Presidente no exercício da Presidência

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 139, de 21 de novembro de 2003**, que “*institui o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado aos Portadores de Deficiência, e dá outras providências*”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 20 de fevereiro de 2004, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 18 de fevereiro de 2004.

Senador **José Sarney**
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 140, de 25 de novembro de 2003**, que “*cria o Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional – Profrota Pesqueira, e dá outras providências*”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 21 de fevereiro de 2004, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 18 de fevereiro de 2004.

Senador **José Sarney**
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

O **Presidente da Mesa do Congresso Nacional**, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 141, de 1º de dezembro de 2003**, que “*dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior*”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 27 de fevereiro de 2004, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 18 de fevereiro de 2004.

Senador **José Sarney**
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 142, de 2 de dezembro de 2003**, que “*dispõe sobre os créditos do Banco Central do Brasil contra instituição financeira credenciada a operar no Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos – CCR, e dá outras providências*”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 28 de fevereiro de 2004, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 18 de fevereiro de 2004.

Senador **José Sarney**
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 030 DE 2004

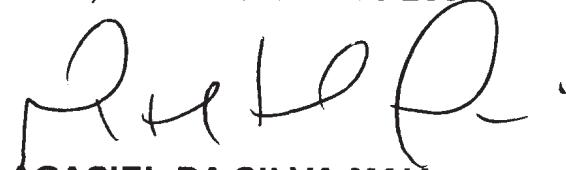
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no desempenho de suas atividades regimentais e regulamentares, RESOLVE:

Art. 1º - Instituir Comissão Especial, pelo prazo de 60 dias, para as providências necessárias à coleta das assinaturas dos Termos de Ocupação de Imóveis, no âmbito das Residências Oficiais do Senado Federal, designando os servidores Elias Lyra Brandão, matrícula 1312, como presidente e Luis Ignácio Moreno Fernandez, matrícula 3941, como vice-presidente.

Art. 2º - O Presidente nomeará seis membros e um secretário para compor a Comissão Especial.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Brasília, 17 de fevereiro de 2004



AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 031 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 320, do Regulamento Administrativo, conforme a redação dada pela Resolução nº 9, de 1997,

Considerando a edição do Regulamento Técnico da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, através da Resolução RDC nº 33/2003, que dispõe sobre o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, condutas de segregação, acondicionamento, identificação, transporte interno, armazenamento temporário, tratamento, armazenamento externo, coleta e transporte externo e destinação final de resíduos.

Considerando que a referida Resolução estabelece que a fonte geradora de resíduos de serviços de saúde deverá adequar-se ao gerenciamento dos RSS que se constitui em um conjunto de procedimentos de gestapo, planejados e implementados a partir de bases científicas e técnicas, normativas e legais, com o objetivo de minimizar a produção de resíduos e proporcionar os resíduos geradores um encaminhamento seguro, eficiente, visando a proteção dos trabalhadores, a preservação da saúde, dos recursos naturais e do ambiente.

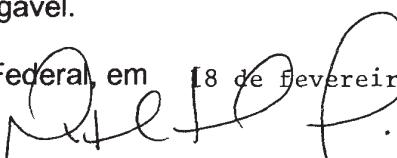
R E S O L V E:

Art. 1º – Instituir Comissão Especial destinada elaborar estudos, observado os termos de legislações específicas e na Resolução RDC nº 33, de 2003 - ANVISA com a finalidade de implantar as medidas e os requisitos técnicos contidos na referida norma.

Art. 2º - Designar para compor a Comissão Especial os servidores Cleber da Silva Alves Matrícula 5263, como Presidente e, na qualidade de membros os servidores Urânia Bueno da Silva, Matrícula 4883, Marcelo Freitas de Souza Matrícula 5005, Maria do Socorro Alves da Silva, Matrícula 5013, Luciano Freitas de Oliveira, Matrícula 3245, Antonio César Nóbrega Moura, Matrícula 4404.

Art. 3º – Fixar o prazo de 90 (noventa) dias para a conclusão dos trabalhos, em caráter improrrogável.

Senado Federal, em 18 de fevereiro de 2004.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 032 , DE 2004

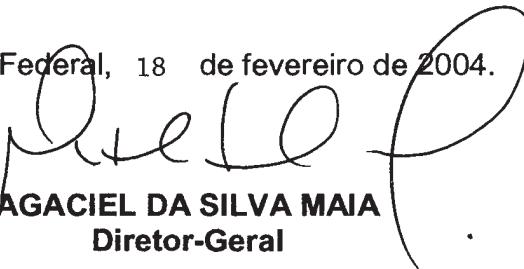
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

R E S O L V E:

I - Prorrogar por 30 (trinta) dias, o prazo de vigência dos trabalhos da Comissão de Sindicância, instituída pela Portaria nº 6 de 2004, do Diretor-Geral, tendo em vista a necessidade de serem adotadas todas as providências necessárias ao deslinde dos procedimentos constantes no Processo nº 000437/04-2.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de fevereiro de 2004.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

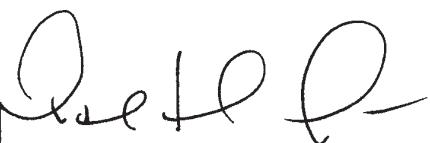
**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 260 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos Atos do Presidente do Senado Federal nºs 181/1997, 35/2002 e 58/2003,

RESOLVE:

nomear **Edmo D'aquino Salvatori**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar – AP-2, do Gabinete da Presidência, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 18 de fevereiro de 2004.



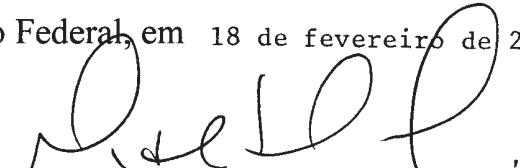
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 261, DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 002292/04-1,

R E S O L V E exonerar **FRANCISCO MAIORANA NETO**, matrícula n.º 34258, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-6 do Gabinete do Senador Duciomar Costa e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 18 de fevereiro de 2004.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL (52ª LEGISLATURA)

		BAHIA		
PFL		- Rodolpho Tourinho	PFL	- Heráclito Fortes
PFL		- Antonio Carlos Magalhães	PMDB	- Mão Santa
PFL		- César Borges		RIO GRANDE DO NORTE
		RIO DE JANEIRO	PTB	- Fernando Bezerra
PT		- Roberto Saturnino	PMDB	- Garibaldi Alves Filho
PL		- Marcelo Crivella	PFL	- José Agripino
PMDB		- Sérgio Cabral		SANTA CATARINA
		MARANHÃO	PFL	- Jorge Bornhausen
PMDB		- João Alberto Souza	PT	- Ideli Salvatti
PFL		- Edison Lobão	PSDB	- Leonel Pavan
PFL		- Roseana Sarney		ALAGOAS
		PARÁ	PT	- Heloísa Helena
PMDB		- Luiz Otávio	PMDB	- Renan Calheiros
PT		- Ana Júlia Carepa	PSDB	- Teotônio Vilela Filho
PTB		- Duciomar Costa		SERGIPE
		PERNAMBUCO	PFL	- Renildo Santana
PFL		- José Jorge	PDT	- Almeida Lima
PFL		- Marco Maciel	PSB	- Antonio Carlos Valadares
PSDB		- Sérgio Guerra		AMAZONAS
		SÃO PAULO	PMDB	- Gilberto Mestrinho
PT		- Eduardo Suplicy	PSDB	- Arthur Virgílio
PT		- Aloizio Mercadante	PDT	- Jefferson Peres
PFL		- Romeu Tuma		PARANÁ
		MINAS GERAIS	PSDB	- Alvaro Dias
PL		- Aelton Freitas	PT	- Flávio Arns
PSDB		- Eduardo Azeredo	PDT	- Osmar Dias
PMDB		- Hélio Costa		ACRE
		GOIÁS	PT	- Tião Viana
PMDB		- Maguito Vilela	PSB	- Geraldo Mesquita Júnior
PFL		- Demóstenes Torres	PT	- Sibá Machado
PSDB		- Lúcia Vânia		MATO GROSSO DO SUL
		MATO GROSSO	PMDB	- Juvêncio da Fonseca
PSDB		- Antero Paes de Barros	PT	- Delcídio Amaral
PFL		- Jonas Pinheiro	PMDB	- Ramez Tebet
PT		- Serys Slhessarenko		DISTRITO FEDERAL
		RIO GRANDE DO SUL	PMDB	- Valmir Amaral
PMDB		- Pedro Simon	PT	- Eurípedes Camargo
PT		- Paulo Paim	PFL	- Paulo Octávio
PTB		- Sérgio Zambiasi		TOCANTINS
		CEARÁ	PSDB	- Eduardo Siqueira Campos
PSDB		- Reginaldo Duarte	PFL	- João Ribeiro
PPS		- Patrícia Saboya Gomes	PMDB	- Leomar Quintanilha
PSDB		- Tasso Jereissati		AMAPÁ
		PARAÍBA	PMDB	- José Sarney
PMDB		- Ney Suassuna	PSB	- João Capiberibe
PFL		- Efraim Moraes	PMDB	- Papaléo Paes
PMDB		- José Maranhão		RONDÔNIA
		ESPÍRITO SANTO	PMDB	- Amir Lando
PPS		- João Batista Motta	PT	- Fátima Cleide
PMDB		- Gerson Camata	PMDB	- Valdir Raupp
PL		- Magno Malta		RORAIMA
		PIAUÍ	PPS	- Mozarildo Cavalcanti
PMDB		- Alberto Silva	PDT	- Augusto Botelho
			PMDB	- Romero Jucá

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)
Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata*
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Maguito Vilela
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Morais	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Álvaro Dias
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfiliou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO

TEMPORÁRIA (07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL -DF)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Shessarenko	2. Ideli Salvatti
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
PFL	
Paulo Octavio	1.
João Ribeiro	2. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida ao PPS.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO

TEMPORÁRIA (07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT - PA)
Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho (PFL - BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
PMDB	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata**
PFL	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Morais
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida pelo PFL

**Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 15.08.2003.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO
DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS TEMPORÁRIA
(09 titulares e 09 suplentes)**

Presidente: Senador César Borges (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra (PTB - RN)
Relator: Senador Ney Suassuna

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. Eduardo Suplicy.
Fernando Bezerra	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata*
PFL	
César Borges	1. Jonas Pinheiro
Paulo Octávio	2. José Jorge
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Lúcia Vânia
PDT - PPS	
(vago)	(vago)

*Desfiliou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
 Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
 Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
 E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO FOME ZERO TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Rodolpho Tourinho (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT - SP)
Relator: Senador Romero Jucá (PMDB - RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Delcídio Amaral.
Fernando Bezerra	2. Serys Slhessarenko
PMDB	
Ney Suassuna	1. Garibaldi Alves Filho
Romero Jucá	2. Luiz Otávio
PFL	
Jonas Pinheiro	1. Demóstenes Torres
Rodolpho Tourinho	2. Paulo Octávio
PSDB	
Lúcia Vânia	1. Leonel Pavan

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes* (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Fernando Bezerra
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
(vago)	6. (vago)
Aelton Freitas	7. Serys Slhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Leomar Quintanilha	2. Hélio Costa
Maguito Vilela	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. Gerson Camata**
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Paulo Octávio	4. Efraim Moraes
Maria do Carmo Alves	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
João Tenório	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Juvêncio da Fonseca	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfiliou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

** Desfiliou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
 Reuniões: Quintas - Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113515 Fax: 3113652
 E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO
ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)
Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1.(vago)
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. (vago)
Juvêncio da Fonseca*	2. (vago)
PFL	
Roseana Sarney	1. (vago)
PSDB	
Lúcia Vânia	1. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. (vago)

*Desfiliou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 10.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)

Vice-Presidente: (vago)

Relator: Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. (vago)
Aelton Freitas	2. (vago)
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. (vago)
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

* Desfiliou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003

Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz

Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS
DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Flávio Arns (PT-PR)
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)
Relator: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Flávio Arns	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
PFL	
Jonas Pinheiro	1. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. (vago)

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes*(PMDB-AP)
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)
Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Papaléo Paes*	2. (vago)
PFL	
Maria do Carmo Alves	1. (vago)
PSDB	
Reginaldo Duarte	1. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

*Desfiliou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 17.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
 Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113515 Fax: 3113652
 E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Shhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Duciomar Costa
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
Fernando Bezerra	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. Aelton Freitas
PMDB	
Amir Lando	1. Ney Suassuna
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Renan Calheiros	4. João Alberto Souza
Romero Jucá	5. Maguito Vilela
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Efraim Morais
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Álvaro Dias	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Eduardo Azeredo
Arthur Virgílio	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 10.12.2003

Secretária: Gildete Leite de Melo
 Reuniões: Quartas - Feiras às 10:00 horas. - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3113972 Fax: 3114315
 E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS
“INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E
RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS
COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Tasso Jereissati

Vice-Presidente: Pedro Simon

Relator Geral: Senador Demóstenes Torres

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
PFL	
Demóstenes Torres	1. Efraim Morais
César Borges	2. João Ribeiro
PT	
Serys Shhessarenko	1. Sibá Machado
PSDB	
Tasso Jereissati	1. Leonel Pavan
OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 02.09.03

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. (vago)
Duciomar Costa	5. (vago)
Aelton Freitas	6. (vago)
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Papaléo Paes
Gerson Camata*	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
José Maranhão	6. Amir Lando
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Efraim Morais	4. Marco Maciel
Maria do Carmo Alves	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. João Tenório
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres
Almeida Lima	2. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

* Desfiliou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
 Reuniões: Terças - Feiras às 11:30 horas - Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113498 Fax: 3113121
 E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)
Vice-Presidente: (vago)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. (vago)
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
PMDB	
Hélio Costa	1. Gerson Camata***
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca**
(vago)	3. Luiz Otávio
PFL	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
PDT	
Almeida Lima	2. (vago)

* Desfiliou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

**Desfiliou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

*** Desfiliou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 15.09.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
 Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113498 Fax: 3113121
 E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV
PERMANENTE
9 (nove) titulares
9 (nove) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

5) - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
(17 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
Vice-Presidente: Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
(vago)	1. Ana Júlia Carepa
Heloísa Helena	2. Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares	3. Geraldo Mesquita Júnior
Aelton Freitas	
Duciomar Costa	
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata*	
João Alberto Souza	
PFL	
César Borges	1. Jorge Bornhausen
Efraim Morais	2. Paulo Octavio
João Ribeiro	
Antonio Carlos Magalhães	
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	
PDT	
Osmar Dias	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	

* Desfiliou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
 Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3113935 Fax: 3111060
 E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**5.1) SUBCOMISSÃO DESTINADA A FISCALIZAR AS
AGÊNCIAS REGULADORAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT -PA)
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral (PMDB - DF)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	2. Duciomar Costa
PMDB	
Valmir Amaral	1. Romero Jucá
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Antero Paes de Barros

* Desfiliou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003

Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**5.2) SUBCOMISSÃO DE OBRAS INACABADAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senador Efraim Moraes (PFL -PB)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Ana Júlia Carepa
Delcídio Amaral	2. Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	
Gerson Camata*	1. Luiz Otávio
PFL	
Efraim Moraes	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Arthur Virgílio

* Desfiliou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 15.09.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)**

Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
(vago)	5. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Renan Calheiros
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Morais	2. Jonas Pinheiro
Maria do Carmo Alves	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
(vago)	1. Lúcia Vânia
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 05.11.2003

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
 Telefone 3111856 Fax: 3114646
 E - Mail: mariadul@senado.br

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	Sibá Machado (por cessão do PMDB)
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. (vago)
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	5. (vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Maria do Carmo Alves
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 23.10.03

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
 E - Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Marcelo Crivella
Vice-Presidente: Senador João Capiberibe
Relator: Senador Rodolpho Tourinho

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Marcelo Crivella	1. Duciomar Costa
João Capiberibe	2. Aelton Freitas
PMDB	
Hélio Costa	1. Ramez Tebet
Luiz Otávio	2. Juvêncio da Fonseca*
PFL	
Marco Maciel	1. Roseana Sarney
Rodolpho Tourinho	2. Maria do Carmo Alves
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Antero Paes de Barros

*Desfiliou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 18.09.2003

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Jefferson Péres
Vice-Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
João Capiberibe	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Valdir Raupp	1. Gilberto Mestrinho
PFL	
Marco Maciel	1. João Ribeiro
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Lúcia Vânia
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)
Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Eurípedes Camargo	2. Antonio Carlos Valadares
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Fátima Cleide	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata*	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Efraim Morais
Paulo Octavio	4. Maria do Carmo Alves
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
João Tenório	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

* Desfilhou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Celso Parente
 Reuniões: Terças - Feiras às 14:00 horas. - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3114607 Fax: 3113286

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1º Eleição Geral: 19.04.1995
2º Eleição Geral: 30.06.1999

3º Eleição Geral: 27.06.2001
4º Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBEKTO SOUZA ¹²
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES ²

Vice Presidente: Senador Raimundo Teixeira					
PMDB					
Titulares (Vago) ¹⁰	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
João Alberto Souza	MS	1128	1. Ney Suassuna	PB	4345
Ramez Tebet	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Luiz Otávio	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PDT					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpino Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PTB					
Heloisa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibé Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸	DF	2285	3. Eduardo Suplicy ¹³	SP	3213
PSDB					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. Reginaldo Duarte	CE	1137
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
(Vago) ⁵			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		

Nature

¹ Partidos pertencentes ao Bloco da Areia ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SE de 1.2.2003.

¹ Partidos pertencentes ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PDT).

² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador *Geraldo Mesquita Júnior* (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador Jefferson Péres (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador Juvêncio da Fonseca foi designado para esse cargo na Sessão do SF de 01.10.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador Flávio Arns (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador Eurípedes Camargo (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.
¹² Vaga ocupada pelo Senador Renaldo Santana (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora Maria do Carmo Alves

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador

¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento de Sanderia do Partido dos Trabalhadores.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Subsecretaria de Assuntos Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) | Telefones: 311-4561 e 311-5256

rgão do Parlamento (S)
ssen@senado.gov.br

www.premade.com.br/stines

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) ²	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 19.01.2004

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastou-se do exercício do mandato em 18.11.2003, para tratar de interesses particulares, por 125 dias - RQS 1.168/2003 (DSF de 19.11.2003, página 37785)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1^a Designação: 16.11.1995

2^a Designação: 30.06.1999

3^a Designação: 27.06.2001

4^a Designação: 25.09.2003

COMPOSIÇÃO

SENADORES	PARTIDO	ESTADO	RAMAL
Eurípedes Camargo ¹	Bloco/PT	DF	2285
Demóstenes Torres ¹	Bloco/PFL	GO	2091
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF do dia 25.09.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1^a Designação Geral : 03.12.2001

2^a Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko ⁴

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior ⁴

PMDB
Senador Papaléo Paes ⁸
PFL ⁶
Senadora Roseana Sarney (MA) ¹
PT ⁵
Senadora Serys Slhessarenko (MT) ¹
PSDB ⁶
Senadora Lúcia Vânia (GO) ¹
PDT
Senador Augusto Botelho (RR) ³
PTB ⁵
Senador Sérgio Zambiasi (RS) ⁷⁻⁹
PSB ⁵
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) ²
PL ⁵
Senador Magno Malta (ES) ¹
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) ¹

Atualizada em 19.01.2004

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF de 26.2.2003

² Designado na Sessão do SF de 7.3.2003

³ Designado na Sessão do SF de 11.3.2003

⁴ Eleitos, por aclamação, em 12.3.2003, na 1^a Reunião do Conselho.

⁵ Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

⁶ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁷ Vaga ocupada no período de 26.2.2003 a 10.10.2003 pelo Senador Papaléo Paes, que na Sessão do SF de 7.5.2003 comunicou seu desligamento do PTB e filiação ao PMDB.

⁸ Designado na Sessão do SF de 14.10.2003, conforme indicação da Liderança do PMDB lida na Sessão da mesma data. A vaga do PMDB foi ocupada no período de 26.2.2003 a 1º.08.2003 pela Senadora Íris de Araújo, cujo exercício do mandato encerrou-se em virtude do retorno do titular, Senador Maguito Vilela.

⁹ Designado na Sessão do SF de 10.10.2003, em substituição ao Senador Papaléo Paes.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente nato¹: Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado João Paulo Cunha (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Paulo Paim (BLOCO/PT-RS)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Luiz Piauhylino (PSDB-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Romeu Tuma (PFL-SP)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Alberto Silva (PMDB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PFL-PI)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Sérgio Zambiasi (BLOCO/PTB-RS)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Nelson Pellegrino (PT-BA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Tião Viana (PT/AC)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO</u> Deputado Luiz Eduardo Grenhalgh (PT-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Edison Lobão (PFL-MA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado Zulaiê Cobra (PSDB-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Atualizado em 07.11.2003

Nota:

¹ De acordo com o art. 5º do Ato nº 1/73-CN.

CONGRESSO NACIONAL

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

- 1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
- Mandato estendido até 5/6/2004, conforme Decreto Legislativo nº 77/2002-CN

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO¹

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	(VAGO) ³	(VAGO) ²
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIOPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUMPÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em dezembro de 2003

Notas:

¹ Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

² Vaga ocupada, até 04.08.2003, por **CARLOS ROBERTO BERLINCK**, que renunciou ao mandato, conforme comunicação lida na Sessão do Senado Federal desse dia.

³ Vaga ocupada, até 23.12.2003, por **PAULO CABRAL DE ARAÚJO**, que renunciou ao mandato, conforme comunicação lida na Sessão do Senado Federal desse dia.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefone: (61) 311-4561

sscop@senado.gov.br

www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização da Programação

(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

(constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão de TV a Cabo

(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)
Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS ⁽¹⁾	
Senador EDUARDO SUPLICY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÉ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
SENADORES	
TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT - PTB - PSB - PL) ⁽²⁾	
IDELEI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR) ⁽⁶⁾
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCÁ (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL ⁽³⁾	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB ⁽³⁾	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM) ⁽⁷⁾	Vago ⁽⁸⁾
PPS ⁽⁴⁾	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS/CE) ⁽¹¹⁾
DEPUTADOS	
TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ) ⁽⁵⁾	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR) ⁽¹⁰⁾	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT) ⁽¹⁰⁾
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP) ⁽⁹⁾
PPS ⁽⁴⁾	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Notas:

⁽¹⁾ Membros natos, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Resolução 1/1996-CN.

⁽²⁾ O Bloco de Apoio ao Governo foi constituído, no Senado Federal, em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

⁽³⁾ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituído em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

⁽⁴⁾ Vaga decorrente da aplicação da Resolução nº 2, de 2000-CN.

⁽⁵⁾ Vaga ocupada pelo Deputado Feu Rosa até 25.06.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁶⁾ Vaga ocupada pelo Senador Marcelo Crivella até 11.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁷⁾ Vaga ocupada pelo Senador Osmar Dias até 26.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁸⁾ Vaga ocupada pelo Senador Jefferson Péres até 26.08.2003, quando passou a ocupar a vaga de titular deixada pelo Senador Osmar Dias.

⁽⁹⁾ Vaga ocupada pelo Deputado Edson Ezequiel até 08.09.2003, conforme indicação da Liderança do PSB lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽¹⁰⁾ Vagas ocupadas pelos Deputados Welinton Fagundes (titular) e Neucimar Fraga (Suplente) até 30.09.2003, conforme indicação da Liderança do Bloco PL/PSL lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽¹¹⁾ Vaga ocupada pelo Senador João Batista Motta, que desligou-se do PPS e passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 02.10.2003.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador EDUARDO SUPLICY¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado ARLINDO CHINAGLIA (PT-SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador TIÃO VIANA (PT ² - AC) ⁴
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB) ³
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputada ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador EDUARDO SUPLICY (PT ² - SP)

Atualizado em 04.02.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

Notas:

¹ Conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 15.8.2001 (Ata publicada no DSF de 22.08.2001, pg. 17595).

² Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), no Senado Federal, constituído em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

³ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituída em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

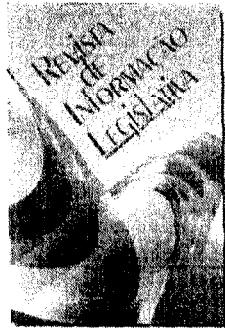
⁴ Maioria definida pela Mesa em sua 10ª reunião, realizada em 06.11.2003 (Ata publicada no DSF de 12.11.2003, pg. 36262) e comunicada na Sessão do SF de 07.11.2003 (DSF de 8.11.2003, pgs.35936/35937).



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conheça algumas de nossas publicações

Revista de Informação Legislativa – Publicação periódica, com circulação trimestral, atualmente em sua 141^a edição. Divulga trabalhos elaborados pela Subsecretaria de Edições Técnicas, além de artigos de colaboração. Os trabalhos reportam-se a assuntos da área do direito e ciências afins, de interesse dos temas em debate no Congresso Nacional ou que se relacionem ao Poder Legislativo. Cada edição comprehende, em média, trinta artigos inéditos.



Exemplar avulso: R\$ 10,00

Edições anteriores: R\$ 10,00

Assinatura anual (4 edições): R\$ 40,00



Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988

Publicação com atualização permanente. Contém o texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais de Revisão, de nºs 1 a 6, e demais emendas constitucionais.

Preço por exemplar: R\$ 5,00

Consulte nosso catálogo na Internet: www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir uma ou mais publicações:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone (061) 311-3575;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de FUNSEEP, agência 3602-1, do Banco do Brasil, Conta-corrente 170.500-8, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código 02000202902001-3 (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:

Endereço:

Cidade:

CEP:

UF:

Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 136 PÁGINAS